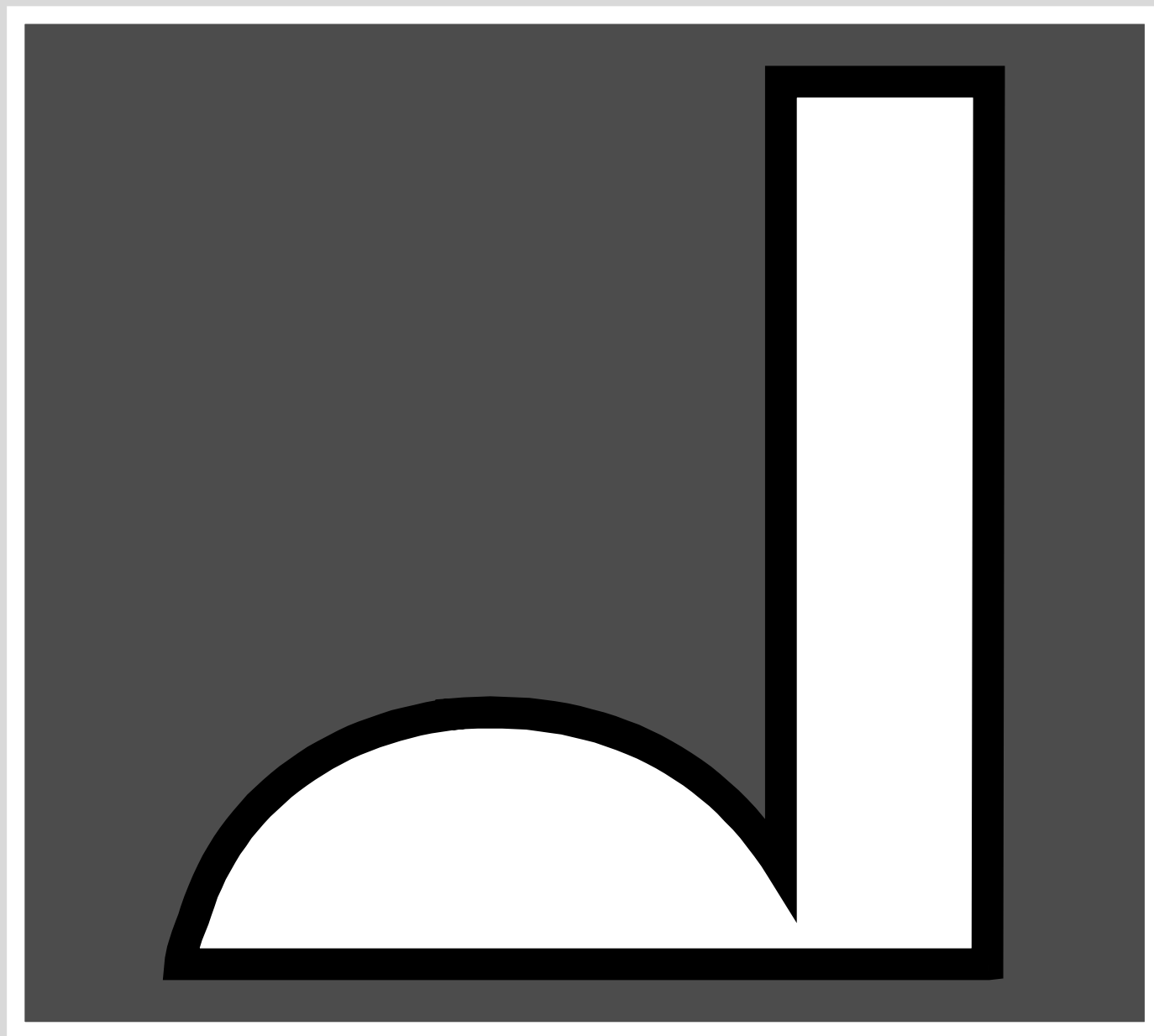




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 022 - QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Comparecimento, ao Plenário, do Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, em cumprimento ao Requerimento nº 7, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, aprovado no dia 6 de fevereiro do corrente ano, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América do Norte e México contra o rebanho bovino nacional. 02987

1.2.2 – Exposição do Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes

1.2.3 – Fase de interpeleções

Senador Osmar Dias 02995
Senador Roberto Saturnino..... 02998
Senador Leomar Quintanilha..... 03000
Senador Pedro Simon..... 03003
Senador Eduardo Suplicy 03006
Senador Hugo Napoleão 03009
Senador Arlindo Porto 03011
Senador Ademir Andrade 03013
Senador Íris Rezende 03017
Senador Jonas Pinheiro 03019
Senador Amir Lando..... 03020
Senador Casildo Maldaner 03021
Senador Ney Suassuna..... 03022

1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Edison Lobão)

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 03025

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 9ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 7 do corrente, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 03027

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JADER BARBALHO, EM 14-3-2001.

4– ATA DE COMISSÃO

18ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol, realizada em 8 de março de 2001. 03028

5 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 91 a 100, de 2001..... 03032

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 352 a 356, de 2001..... 03042
Nº 357, de 2001, referente à servidora Nara Lucia Rodrigues Canale..... 03047
Nºs 358 a 360, de 2001. 03048
Nº 361, de 2001, referente à servidora Marli Dalkiranes. 03051
Nº 362, de 2001, referente à servidora Victoria Maria de Freitas Murat Gebaili..... 03052
Nº 363, de 2001, referente ao servidor Ricardo Faria Correa Teixeira..... 03053
Nº 364, de 2001, referente ao servidor Ricardo Viana de Camargo. 03054
Nº 365, de 2001, referente ao servidor Pedro Enéas Guimarães Coelho Mascarenhas. 03055
Nº 366, de 2001, referente ao servidor José Mendonça de Araújo Filho. 03056
Nº 367, de 2001, referente ao servidor Cyro da Costa Bastos..... 03057
Nº 368, de 2001, referente ao servidor Antonio Carlos Ferreira da Silva. 03058
Nº 369, de 2001, referente ao servidor James Raymundo Menezes de Carvalho. 03059

Nº 370, de 2001, referente ao servidor Fernando Cicialiati Junior.....	03060
Nº 371, de 2001, referente ao servidor João Batista de Holanda Neto.	03061
Nº 372, de 2001, referente ao servidor Marco Antonio Motta de Souza.	03062
Nº 373, de 2001, referente ao servidor Wagner Rodrigues Teixeira.....	03063
Nº 374, de 2001, referente ao servidor Valmir da Silva.	03064
Nºs 375 a 377, de 2001.	03065

7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 13ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de março de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Matarazzo Suplicy – Eduardo Siqueira Campos – Emília Fernandes – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tasso Rosado – Teotônio Filho – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Exm^o Sr. Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes, convocado nos termos do Requerimento nº 7, de 2001, do Senador Osmar Dias.

Para conduzi-lo ao Plenário, a Presidência designa uma comissão, formada pelos Srs. Senadores

Osmar Dias, Leomar Quintanilha e José Roberto Arruda, Líder do Governo.

(Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada, tem ingresso no Plenário o Ministro, que ocupa a cadeira a ele reservada.)

Encontra-se em Plenário S. Ex^a o Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Nos termos regimentais, o Ministro disporá de meia hora para a sua exposição, cujo texto encontra-se nas bancadas, à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. Para as interpelações a S. Ex^a, serão chamados os Senadores inscritos, intercalando-se oradores de cada partido, que disporão de cinco minutos cada um, sendo assegurado ao Ministro igual tempo para as respostas. Para contraditá-lo, os Senadores poderão usar da palavra por dois minutos, concedendo-se ao Ministro igual tempo para tréplica.

Tem, portanto, a palavra o Exm^o Sr. Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Sr. Presidente do Senado Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, é com grande satisfação que, em minha dupla condição de Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento e de ex-integrante do Congresso Nacional, aqui compareço, atendendo à honrosa convocação desta Casa, por iniciativa do eminente Senador Osmar Dias, para falar aos Srs. Senadores a respeito da atuação do Ministério da Agricultura e do Abastecimento por ocasião do lamentável episódio do embargo temporário imposto às exportações brasileiras de carne industrializada pelo Canadá, ao qual aderiram os Estados Unidos da América e o México. Além de lhes dar as informações pertinentes, pretendo discorrer sobre os ensinamentos, de natureza técnica e também política, que pudemos extrair do ocorrido.

Estou informado de que o Ministro Celso Lafer aqui esteve ontem para tratar do mesmo tema, visto da perspectiva da Chancelaria brasileira e do conjunto de nossas relações diplomáticas com o Canadá.

Por essa razão, procurarei concentrar a minha apresentação nas questões mais diretamente afetas à agricultura e, nesse contexto, à tarefa de aprimoramento constante dos mecanismos de vigilância sanitária para assegurar a qualidade do rebanho brasileiro.

Desejo começar minha exposição salientando um fato simples e irrefutável: o Brasil não tem, em seu vasto território, a "encefalopatia espongiforme bovina" (BSE, como é conhecida em inglês). E essa constatação, que faço com tranqüilidade, deriva do fato de que, ao contrário do que ocorre no continente europeu, onde os subsídios e o sistema de produção transformaram o gado bovino em carnívoro e induziram ao canibalismo, o nosso gado é e continuará sendo herbívoro.

O Brasil possui, hoje, o maior rebanho comercial bovino do mundo: mais de 160 milhões de cabeças, o que significa que temos praticamente um animal para cada habitante. Praticamente todo o rebanho nacional é alimentado a pasto, sendo proibida, desde 1996, a utilização de farinha de origem animal para a alimentação de ruminantes. Além da proibição legal, fatores econômicos como o menor custo das farinhas vegetais levam os pecuaristas a optarem pela utilização destas em vez das proteínas animais. Vale lembrar que o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, principal matéria-prima utilizada no complemento da alimentação de nosso rebanho bovino.

O prosseguimento da luta para a erradicação da febre aftosa no País, combinado com o fortalecimento de mecanismos de monitoramento da qualidade sanitária do rebanho, permite-nos aspirar a ocupar, dentro de poucos anos, a posição de primeiro exportador mundial de carnes. Precisamente por isso, indignou-nos a decisão precipitada e sem consulta prévia do Canadá de embargar as exportações brasileiras de carne, visto que a ameaça de desqualificação da nossa carne poderia gerar uma reação em cadeia de fechamento de mercado para o produto brasileiro.

Durante a última década, a epidemia de BSE, também chamada de "vaca louca", registrada no Reino Unido e, subsequentemente, em outros países europeus, causou enormes prejuízos ao setor pecuário, principalmente mediante a acentuada redução do consumo de carne bovina naquele continente.

O sistema de produção de leite e de carne bovina utilizado no Brasil é baseado, quase que exclusivamente, na criação e engorda de animais a pasto. A suplementação alimentar, quando ocorre, utiliza fontes de proteína de origem vegetal, tornando o País extre-

mamente refratário ao surgimento e à manifestação da BSE em seu território.

Não obstante, desde o aparecimento da doença no Reino Unido, as autoridades sanitárias brasileiras preocuparam-se em evitar a sua introdução no País, visando a preservar o patrimônio pecuário brasileiro. Tal preocupação expressou-se na forma de medidas sanitárias que abordaram, entre outros, a proibição da importação de animais e produtos originários de países onde a doença havia sido registrada, bem como o acompanhamento dos animais importados de tais origens e a aplicação de restrições à formulação de alimentos destinados aos ruminantes.

Considerando o espaço real ocupado pelo rebanho bovino brasileiro, a densidade de ruminantes por área utilizável para pastagem situa-se em 0,49 animais/ha. Por essa densidade e pelas condições territoriais e climáticas brasileiras, cerca de 99% do efetivo bovino para corte é criado em regime extensivo, a pasto, não se utilizando suplementos alimentares.

As matérias primas mais utilizadas na suplementação alimentar de ruminantes, quando praticada, são as de origem vegetal (principalmente farelo de soja, milho, trigo, arroz, sorgo, bagaço de cana-de-açúcar, resíduos de colheitas, silagens diversas, entre outras), muitas vezes associadas à uréia e acompanhadas de suplementação mineral. O custo de produção é mais baixo quando se usa a proteína vegetal, devido ao baixo preço das proteínas de origem vegetal em relação às de origem animal, à melhor qualidade sanitária e à maior conversão alimentar.

Portanto, mesmo antes de 1996, quando da publicação da Portaria Ministerial nº 365, de 03 de julho de 1996 (que proibiu o uso na alimentação de ruminantes de proteína **in natura** e de farinhas de carne e ossos provenientes de ruminantes), modificada posteriormente pela Portaria Ministerial nº 290, de 16 de julho de 1997 (que manteve essas restrições, fazendo outras alterações), a utilização de proteína na alimentação de ruminantes era feita apenas usando matéria-prima vegetal, por questões econômicas e até culturais. Daí a razão de não admitirmos, de forma alguma, que se pretendam aplicar à pecuária brasileira, os parâmetros da cadeia de alimentação que são empregados nos Estados Unidos, no Canadá ou na Europa. Aqui, gado se cria a pasto, e esse é o principal fato que, na minha opinião, transforma o rebanho brasileiro numa grande opção, num momento em que os problemas sanitários se instalam nos grandes mercados do mundo.

Os subprodutos de origem animal (farinha de carne, farinha de carne e ossos e farinha de sangue) utilizados nas formulações de rações para cães, gatos, aves, suínos, peixes e outros organismos aquáticos, são obtidos através de um processo em lotes que usa temperaturas de 140 graus Celsius por um período de 3 a 4 horas.

As farinhas de carne e ossos são embaladas e rotuladas no próprio estabelecimento industrial. No Brasil, não há o problema que existe na Europa, onde há pessoas que arrecadam e levam os restos dos frigoríficos. Aqui, esses restos são aproveitados no próprio frigorífico.

Para que possa ser comercializado, o produto necessita, além do rótulo aprovado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, do acompanhamento do profissional habilitado. Não obstante, são observadas pelas indústrias as normas de boas práticas de fabricação (BPF) e exercida a fiscalização da produção pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Farei, agora, alguns comentários sobre a defesa sanitária animal no Brasil porque se estamos livres da BSE, estamos gradualmente ficando livres da febre aftosa, isso quer dizer que mais e mais cuidados devemos ter. Não podemos utilizar a ausência da BSE e o aumento das áreas livres da febre aftosa como argumento para reduzirmos os cuidados sanitários. Pelo contrário, temos que cuidar cada vez mais e mais da defesa sanitária animal para mantermos esses **status** de bom nível sanitário.

A defesa sanitária animal, no Brasil, conta com um sistema de vigilância que abrange todo o território nacional, alimentado por uma grande variedade de fontes de informações, oficiais e privadas. Está composto por uma rede de 2.259 unidades locais de atenção veterinária que capta, recebe e processa as informações para, em seguida, analisá-las, utilizá-las e enviá-las aos demais níveis hierárquicos. Compõem também essa rede de informação 284 unidades regionais, distribuídas no interior dos Estados, que agrupam as unidades locais mencionadas inicialmente, 27 unidades centrais estaduais e uma unidade de vigilância sanitária nacional, representada pelo Departamento de Defesa Animal – DDA/MA, em Brasília.

Destacam-se algumas das atividades desenvolvidas pelo sistema de vigilância epidemiológica para doenças exóticas:

- Análise de risco nas importações de animais, material de multiplicação animal e produtos de origem animal;

- Notificação, atendimento e investigação de episódios de doenças exóticas;
- Campanhas educativas;
- Vigilância de animais no campo;
- Inspeção em plantas frigoríficas e matadouros;
- Vigilância em pontos de concentração de animais;
- Vigilância dos animais em trânsito; e
- Diagnóstico laboratorial (três unidades para diagnóstico da BSE).

Em 9-12-97, pela Portaria Ministerial nº 516, o Brasil se declarou livre de encefalopatia espongiforme bovina, de acordo com o que estabelece o Código Zoosanitário Internacional e incluiu essa doença, assim como a paraplexia enzoótica (Scrapie) dos ovinos, na relação de doenças passíveis de aplicação de medidas de defesa sanitária animal, tornando as mesmas de notificação obrigatória. Assim sendo, a BSE e a Scrapie dos ovinos foram incluídas no sistema de vigilância da raiva animal, estabelecido desde 1976.

Quando da suspeita de raiva, uma vez coletado o cérebro, este é encaminhado a um dos laboratórios da rede de diagnóstico de raiva. Após exame para a raiva, o material que resulta negativo é encaminhado a um dos laboratórios de patologia autorizados pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento para a realização de diagnósticos diferenciais para a raiva, inclusive a BSE. É importante salientar que, no Brasil, dada a ampla disseminação da raiva transmitida por morcegos hematófagos (*Desmodus rotundus*), é rotina o encaminhamento de material à rede de laboratórios de raiva, quando da observância de sintomatologia nervosa em animais de produção. Até o presente, não foram encontrados casos positivos de BSE no Brasil, após a análise histopatológica de 2.904 bovinos com sintomatologia nervosa, no período de janeiro de 1990 até outubro de 2000.

Desde 1990, foram suspensas todas as importações de bovinos, caprinos e ruminantes silvestres do Reino Unido. As importações de ovinos do Reino Unido encontram-se igualmente proibidas desde 1985.

No período de 1980 a 1990, foi autorizada a importação de 280 bovinos do Reino Unido, mas efetivamente foram importados 258, sendo 79 no período de 1980 a 1988, 119 em 1989 e 60, em 1990. Em janeiro de 1991, médicos veterinários brasileiros estiveram no Reino Unido e constataram que, em nenhum dos

rebanhos dos quais foram exportados animais para o Brasil, havia casos de BSE.

Os bovinos importados do Reino Unido, em 1989 e 1990, possuíam elevado valor genético e destinavam-se à reprodução. Suas idades, na época da importação, encontravam-se assim distribuídas: 82 bovinos de 1 a 2 anos, 44 bovinos de 3 a 4 anos, 52 bovinos de 5 a 6 anos e 1 bovino com idade superior a 7 anos.

Não houve nenhuma sintomatologia compatível com BSE entre os animais importados. Considerando que as importações ocorreram entre 10 e 21 anos atrás (tempo consideravelmente mais longo do que o período médio de incubação da doença), a possibilidade de esses animais virem a ser acometidos de BSE é negligenciável. Não obstante, todos os animais importados, assim como os seus descendentes, vêm sendo acompanhados, inclusive com análises laboratoriais, pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Qualquer desses animais, ao morrer, passa por ampla investigação, inclusive laboratorial, que antes se restringia a animais que apresentassem sintomas de doenças nervosas e, hoje, é feita não importando a causa da morte.

O agravamento da crise da "vaca louca" no continente europeu na década de 90 levou à criação de uma Comissão Científica Independente para a avaliação dos riscos de ocorrência da BSE em países interessados em exportar para o mercado europeu. Esta Comissão produziu, em meados do ano passado, um relatório preliminar que incluía o Brasil, em razão das importações de bovinos feitas do Reino Unido e de outros países europeus, na categoria III, reservada a países em que haveria risco de provável ocorrência de BSE. A classificação preliminar europeia se baseava em informações incompletas e inferências errôneas. Todas as providências já haviam sido tomadas quando da crise de BSE no Reino Unido, e, com o surgimento do problema também na Alemanha e na França, atribuímos prioridade ao exercício de rastreamento da situação do gado importado em nível nacional. O nosso objetivo é ter o Brasil classificado na categoria I, que congrega os países nos quais o risco de surgimento da BSE é considerado negligenciável.

Vou fazer algumas considerações adicionais sobre a inexistência de BSE no Brasil:

– Desde 1980, todos os bovinos importados do Reino Unido destinaram-se à reprodução, morreram nas propriedades e nelas foram enterrados, nunca entrado na

cadeia alimentar. E aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero comentar que, na Europa, importa-se gado para abate, e, dessa forma, o grande problema que existe na Europa é a possibilidade de terem importado animais da Inglaterra ou de outros países onde surgiu a doença para abate. Aqui no Brasil se importa animal para a reprodução. É completamente diferente o cenário, como também é diferente o potencial de risco que apresentam essas duas utilizações diferentes dos animais importados;

– A farinha de carne e ossos contendo proteínas de ruminantes é exclusivamente produzida no País e utilizada apenas na alimentação de não ruminantes, o que se justifica por razões econômicas e de qualidade da proteína e, após 1996, por proibição oficial;

– O processo de transformação dos subprodutos animais em farinha de carne e ossos é do tipo convencional;

– Os bovinos que adoecem e morrem na propriedade não entram nunca na cadeia alimentar, tanto por razões culturais, quanto econômicas e legais. Na Europa, se o bovino morre, o frigorífico fica a cinco quilômetros de distância; aqui, no Brasil, pode ficar a 500 quilômetros de distância. Ninguém vai levar o cadáver de um boi ou de uma vaca para aproveitá-los num frigorífico que pode estar a essa distância.

– O sistema de vigilância epidemiológica da raiva assegura a contínua realização de diagnósticos diferenciais para BSE, distribuídos por todo o País;

– Até hoje, foram realizadas mais de 3.100 análises; e

– Não há registros de ocorrência de doença nas propriedades de origem dos animais importados.

O risco de que um ou mais bovinos infectados com BSE tenham sido introduzidos no Brasil e de que o agente da doença tenha se disseminado no sistema de criação de bovinos no País é considerado pelas nossas autoridades da Secretaria de Defesa Agropecuária e confirmado por autoridades de outros institutos universitários e acadêmicos como absolutamente negligenciável. Nós sabemos, no entanto, que não existe risco zero.

Farei alguns comentários específicos sobre a questão do Canadá.

Em 28 de maio de 1998, a Agência Canadense de Inspeção de Alimentos – CFIA – comunicou à Embaixada do Canadá em Brasília o início do processo de revisão da política de importação do Governo canadense, tendo como pano de fundo a preocupação com a questão da BSE. Como parte desse processo revisório, a CFIA estaria, então, solicitando aos países exportadores de gado, carnes e outros produtos de origem bovina para o Canadá o envio de informações previstas.

Em 1º de junho daquele ano, a Embaixada do Canadá encaminhou ao Departamento de Defesa Animal – DDA, da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, o questionário por intermédio do documento ZTTD-0336 (NC 100-3-20 ANIMAL).

Em 13 de julho, o então Diretor do DDA, Aluisio Berbert Sathler, encaminhou ao Dr. Brian Jamieson, da Divisão de Sanidade Animal-Comércio Internacional, resposta ao documento canadense, por meio do fax 258, dirigido àquela Agência. Cópia foi enviada à Embaixada do Canadá. Não houve posteriormente qualquer comentário das autoridades canadenses sobre esse documento.

Em 31 de janeiro último, o Itamaraty foi informado de que o Canadá estava para tomar uma decisão de suspensão de importações de carne industrializada brasileira em razão da alegada ausência de informações sobre a situação da BSE no Brasil. Ao Canadá coubera a análise do risco de BSE para os países membros do Nafta em determinadas regiões do globo, inclusive no Brasil. O Secretário-Geral das Relações Exteriores deu ciência do fato ao Dr. Márcio Fortes de Almeida, meu secretário executivo, que, então, exercia a Pasta da Agricultura, havendo ambos acordado solicitar informações adicionais ao Embaixador do Brasil no Canadá, solicitando que mantivesse contato com as autoridades locais para um adequado esclarecimento da matéria.

O Secretário de Defesa Agropecuária, Dr. Luiz Carlos de Oliveira, também recebera a mesma comunicação informal de funcionário do setor agrícola da Embaixada americana. Tendo procurado contato com o setor competente da Embaixada canadense, não obteve os esclarecimentos cabíveis diante da ausência de consulta ou aviso prévio sobre a iminência de medida de tal gravidade. Pareceu-lhe, na época, não haver interesse do lado canadense em manter qualquer diálogo para esclarecer a questão. O titular da SDA procurou também contactar, por telefone, a CFIA em Ottawa, mas não encontrou seus dirigentes, soli-

citando o retorno das chamadas, o que não ocorreu naquele dia.

No mesmo 31 de janeiro, à noite, o Embaixador do Brasil no Canadá confirmou que, efetivamente, as autoridades canadenses pretendiam adotar a suspensão temporária das importações de carne industrializada do Brasil, alegando falta de informações solicitadas em 1998.

De imediato, e mesmo tendo presente que o Ministério já havia prestado essas informações em 1998 – anterior à minha gestão; os documentos lá estão registrados –, propus o encaminhamento, por telefone, às autoridades canadenses de pormenorizado relatório, atualizado a partir da documentação elaborada para a União Européia, com o compromisso de fazer chegar tais informações à CFIA até o dia 2 de fevereiro.

Gostaria de ressaltar que, desde que assumi o Ministério da Agricultura, tive a oportunidade de encontrar o Ministro da Agricultura do Canadá, Sr. Lyle Vancilief, em cinco ocasiões: em Brasília, em agosto de 1999; em Buenos Aires, também em agosto de 1999; em Salvador, em outubro de 1999; em Seattle, nos Estados Unidos, na famosa reunião da Organização Mundial do Comércio que não aconteceu, entre os meses de novembro e dezembro de 1999; em Banff, no Canadá, em outubro do ano passado, quando essa questão da "vaca louca" já estava assumindo as manchetes no mundo inteiro.

Em nenhum momento, o Ministro da Agricultura do Canadá fez qualquer referência à existência de dúvidas ou perguntas pendentes do Brasil. Devo esclarecer que, em várias dessas reuniões, havia a presença de representantes de defesa agropecuária tanto do Brasil quanto do Canadá, a ponto de estarmos negociando, naquela época, com o Canadá, um acordo de equivalência sanitária.

Ainda na noite do dia 31 de janeiro, da Embaixada do Brasil em Ottawa, veio a comunicação de que os canadenses solicitavam as informações até o dia seguinte, 1º de fevereiro, sem contudo se comprometerem a não tomar atitude contra os produtos brasileiros nesse período.

O Ministério da Agricultura confirmou que não havia qualquer dificuldade para enviar a documentação na data fixada, o que efetivamente ocorreu, tendo as informações seguido por via eletrônica para a CFIA no dia 1º de fevereiro, com cópia para a Embaixada do Brasil em Ottawa.

Na manhã do dia 1º de fevereiro, finalmente, houve contato entre a defesa pecuária e a Vice-Presidente de Assuntos Científicos da Agência Canaden-

se, tendo sido informado, por meio de ligação telefônica, pelo Sr. Claude Lavigne, da CFIA, de que a decisão de suspender a importação de produtos cárneos brasileiros tinha sido tomada em nível ministerial.

No mesmo dia 1º de fevereiro, o Embaixador do Brasil em Ottawa foi informado da decisão adotada de suspensão das importações com a retirada dos produtos das prateleiras do comércio local. Essa foi a nossa grande preocupação, porque a suspensão temporária das importações em si não seria um problema grave. O problema grave foi a retirada, na presença de câmaras de televisão, dos produtos brasileiros das prateleiras dos supermercados. Isso tem um efeito terrível do ponto de vista comercial e do ponto de vista da segurança do consumidor.

Ao informar-nos de que, em razão de entendimentos tripartites no plano sanitário, os Estados Unidos e o México deveriam seguir a medida canadense, a Embaixada dos Estados Unidos aventou a possibilidade de que o Brasil tomasse, unilateralmente, a decisão de suspender temporariamente suas vendas ao mercado norte-americano. Nós rechaçamos essa hipótese porque, se suspendêssemos as exportações, estaríamos passando o recibo de que havia algum problema aqui. Além disso, criaríamos, perante o consumidor brasileiro, uma grande dúvida. O Brasil exportou, no ano passado, carnes de diferentes tipos – bovina, suína e de frango – para uma centena de mercados em todo o mundo. Não poderíamos correr o risco de colocar em dúvida a qualidade e a sanidade dos produtos consumidos no Brasil e exportados. Vale acrescentar que as carnes brasileiras são exportadas para 100 países e esse número está crescendo.

Por essa razão, no dia 02 de fevereiro, quando do recebimento formal da comunicação a respeito da medida canadense, o Ministério da Agricultura esclareceu que os Estados Unidos e o México acompanhariam a decisão canadense quanto à suspensão das importações, em face de entendimentos tripartites em matéria de sanidade.

A nossa preocupação naquele momento foi primeiro com relação ao mercado americano, para onde, no ano passado, vendemos US\$82 milhões de carnes industrializadas contra US\$5 milhões no mercado canadense.

Tão logo soube da iminência da adesão dos Estados Unidos à medida suspensiva do Canadá, viajei a Washington para um contato direto com a nova Secretária (Ministra) da Agricultura daquele país, Srª Ann Veneman. A Secretária Veneman fez questão de deixar claro para mim que os Estados Unidos se vi-

ram na contingência de adotar a suspensão em decorrência de entendimento pregresso sobre a coordenação de políticas na área de defesa sanitária entre os três países da América do Norte. Sublinhou, no entanto, que, ao contrário do que ocorrera no Canadá, os Estados Unidos haviam optado por não recolher as mercadorias no comércio local, o que, se tivesse ocorrido, danificaria o nosso mercado e a nossa imagem no mercado norte-americano. Ela me disse que esperava o rápido levantamento da suspensão tão logo fossem conhecidos os resultados da missão técnica, cujo envio ao Brasil solicitei fosse efetuado em caráter de urgência.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, a missão esteve aqui e visitou o Brasil no período de 13 a 18 de fevereiro passado. Em seus relatos informais, ao partir, declarou-se não só satisfeita mas cumprimentou as equipes brasileiras pelo trabalho que se realizava aqui em matéria de sanidade.

Após o retorno dessa missão, continuamos insistindo na necessidade de uma decisão rápida pelo temor do efeito dominó de uma decisão prolongada em que outros países ingressam no processo de suspensão. E obtivemos, na sexta-feira, dia 23 de fevereiro, pela Embaixada do Brasil em Washington, logo confirmada pelo Ministério da Agricultura americano, a informação antecipada de que os Estados Unidos iriam anunciar, unilateralmente, naquele mesmo dia, o término da suspensão temporária das importações, o que se materializou no final da tarde. Pouco depois, recebi um telefonema do Ministro da Agricultura do Canadá para me informar sobre a decisão canadense, do mesmo teor, lamentando que os Estados Unidos tivessem tomado a dianteira no processo de liberação do nosso produto.

A despeito de pequenas diferenças de linguagem nos respectivos comunicados, ficou claro que os técnicos constataram que o Brasil havia tomado medidas sérias e eficazes para prevenir a ocorrência de BSE no território nacional. Com o fito de assegurar a origem da carne, os três países estipularam que os novos embarques deverão estar acompanhados, como já estão sendo, de certificação de que os produtos deverão ser de gado nascido e criado no Brasil após 1996, com a especificação de que o gado exportado foi alimentado a pasto, sem consumo de proteínas de origem animal, como é a nossa prática. Esse é o gado brasileiro. Essa é a pecuária brasileira. Tais exigências, portanto, não representaram nenhuma dificuldade para os exportadores nacionais.

Na verdade, a carne brasileira recebeu um atestado de sanidade dos Estados Unidos, do Canadá e do México com relação à BSE e à qualidade geral do produto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de compartilhar com V. Ex^{as} alguns comentários e reflexões em torno desse lamentável episódio.

Em primeiro lugar, não me resta a menor dúvida de que a motivação primária da iniciativa canadense não foi de índole sanitária ou de proteção ao consumidor. Tratou-se de iniciativa marcadamente política, que deve ser analisada no contexto do contencioso comercial entre os dois países no tocante a medidas de incentivo às exportações de aeronaves, o que, tenho certeza, foi objeto ontem dos comentários e esclarecimentos do meu colega, o Ministro Celso Lafer.

A suspensão das importações com o recolhimento de mercadorias do comércio canadense não respeitou as obrigações de transparência e consulta prévia assumidas pelo Canadá no âmbito do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC. Já encaminhamos ao Itamaraty o pedido de que a Missão em Genebra se manifeste – e ela já manifestou preliminarmente o protesto – contra essa forma de ação que foi adotada.

Além da motivação política a que me referi, a medida canadense representou séria ameaça à confiabilidade do produto brasileiro, tendo iniciado algumas reações em cadeia que poderiam ter gerado graves repercussões negativas para as nossas exportações. Daí a nossa preocupação em acelerar o processo de revisão. Nesse contexto, cabe recordar que, na esteira da medida canadense, a Coreia e a Malásia adotaram medidas suspensivas em relação à carne brasileira, felizmente já revogadas, enquanto Japão e Argentina nos dirigiram questionários sobre os nossos procedimentos sanitários.

Em todo o episódio – desejo destacar, Sr. Presidente –, o nosso trabalho contou com o inestimável apoio e presteza de informações e gestões por parte do Ministério das Relações Exteriores. Já o fiz anteriormente, em entrevistas à imprensa, mas quero ressaltar o perfeito entrosamento e boa coordenação com o Chanceler Celso Lafer e a competente e rápida atuação de nossas Missões Diplomáticas, em particular as Embaixadas em Washington, Ottawa e a nossa Missão junto às Comunidades Européias, em Bruxelas. Devo registrar também a importante atuação do Ministro Pedro Malan, que teve vários contatos com o Ministro das Finanças do Canadá, alertando sobre os problemas que essa restrição nos trazia e

poderia representar para o futuro das negociações comerciais entre os países.

Sempre juízo de certeza inabalável, que sempre orientou nossa atuação, no sentido de que não temos a doença BSE, mas somos conscientes de que não existe risco zero, o episódio revelou uma formidável manifestação nacional de repúdio ao embargo à carne brasileira, refletida na firme reação de todas as forças políticas atuantes desta Casa, nos meios de comunicação e em manifestações espontâneas de diferentes segmentos da sociedade civil.

O término da suspensão das importações de produtos cárneos brasileiros, no entanto, não representa o fim de uma batalha. Na verdade, em minha longa trajetória ligada à área de Comércio Exterior, tenho podido constatar que, sempre que o Brasil ocupa novos espaços e demonstra com vigor que é competitivo, enfrenta novas e cada vez mais sofisticadas barreiras. Assim foi com as exportações de café solúvel, de calçados, de produtos siderúrgicos, de suco de laranja e, mais recentemente, de aviões, além de outros produtos. Portanto, é necessário ter presente que não podemos esmorecer na batalha da manutenção da qualidade e da sanidade do produto brasileiro, e também pouco relaxar nos esforços de promoção dos produtos brasileiros no exterior. Nos dois casos, é fundamental a perfeita articulação e coordenação de esforços entre o Governo e o setor privado.

Sr. Presidente, estou, a cada dia, mais convencido de que o constante recurso a barreiras sanitárias constitui, em verdade, o novo nome do protecionismo. Os países ricos baixam as tarifas e aumentam as restrições não-tarifárias. É isso que está acontecendo no comércio internacional.

Enfrentar essas barreiras pressupõe, em primeiro lugar, prosseguir com nossos programas de defesa animal e vegetal e atualizar e ampliar, de forma contínua, os instrumentos e as equipes técnicas dedicadas à sua execução.

A manutenção da qualidade dos produtos brasileiros exigirá cada vez mais articulação, competência e capacitação profissional dentro e fora do Governo, garantindo recursos, aperfeiçoamento e especialização técnica e flexibilização das estruturas para agir e reagir tempestivamente aos novos desafios, até porque, repito, não existe risco zero em nenhuma área da epidemiologia.

Uma das principais preocupações que tive ao assumir o Ministério da Agricultura foi a de recompor os quadros na área de defesa sanitária, com a contratação, em caráter emergencial, de 729 profissionais

deníveis superiores e técnicos para substituir funcionários contratados mediante convênios com os Estados e as Prefeituras na fiscalização dos abatedouros e na agroindústria.

Na última década, aconteceu uma revolução no agronegócio brasileiro, com grandes aumentos de produtividade e de produção, tanto na área vegetal quanto na animal. Para ilustrar, estamos colhendo uma safra de 91 milhões de toneladas com a mesma área plantada de dez anos atrás, quando colhemos 57 milhões de toneladas. Trata-se da mesma área. O aumento de produtividade da agricultura brasileira é de 50% a 60%. Nesse período, o Brasil deixou de ser importador de carnes para ser, hoje, o segundo maior exportador de carne de frango e o terceiro de carne bovina e voltará a ser, em breve, um dos maiores exportadores de carne suína. Porém, há 24 anos o Ministério da Agricultura não realiza concurso público, e, como consequência, reduziu-se em 30% o número de profissionais federais no exercício da atividade de fiscalização e defesa agropecuária, enquanto mais do que dobrou o número de unidades industriais do setor.

No momento em que os problemas sanitários assumem uma dimensão crucial, é fundamental que se fortaleça a defesa agropecuária para enfrentar não apenas as necessidades normais decorrentes do aumento da produção e do crescimento do número de unidades, garantindo-se a qualidade dos alimentos, mas também o novo cenário internacional, agravado pelo surgimento da BSE e o recrudescimento da febre aftosa no continente europeu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atividade de defesa agropecuária não é "privatizável", nem "terceirizável", nem pode ser feita por computadores. Ela precisa ser exercida por veterinários, agrônomos, zootecnistas e outros profissionais, cuja presença física é que rege o controle dos rebanhos, nas unidades de abate, nos portos e aeroportos, enfim, em todas as áreas que integram a cadeia do agronegócio, da pecuária.

Para reforçar as equipes técnicas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou, no ano passado, a carreira de Fiscal Federal Agropecuário, dando, com essa medida, **status** maior a esses profissionais e promovendo também uma revisão em seus níveis salariais. Agora, estamos promovendo concurso público nacional para contratar 500 profissionais que integrarão as equipes de trabalho nas áreas de defesa vegetal e animal, controle de rações e registro de cultivares.

Na área de pesquisa, também fundamental, estamos renovando a Embrapa, com a contratação,

este ano – uma vez que já está em andamento o concurso –, de 750 profissionais. No próximo ano, contrataremos mais 450 profissionais de nível superior e técnico, com prioridade para as áreas de biotecnologia e rastreabilidade da produção agrícola.

A sanidade animal e vegetal constitui, ao lado do desenvolvimento tecnológico, da agregação do valor à produção agrícola e da preservação do meio ambiente, uma das prioridades do Ministério da Agricultura, já consignadas desde que assumi o Ministério. Destaco, ainda, que fortalecer e modernizar a área de defesa agropecuária é uma meta do Governo Federal que consta do Plano Avança Brasil, do PPA e que foi reiterada recentemente, no último dia 8, pelo Presidente Fernando Henrique, ao apresentar a Agenda de Governo do biênio 2001/2002.

Tais ações não são motivadas apenas pelo cenário externo. Alguém poderia dizer que o Brasil faz isso porque quer exportar. No entanto, ele exporta muito pouco, provavelmente nem 10% da carne que produz nos diferentes segmentos. Essas preocupações levam em conta a absoluta necessidade de assegurar ao consumidor brasileiro a melhor qualidade para os alimentos produzidos e consumidos no País. Não adianta tentar promover produtos brasileiros no exterior, se eles não tiverem prestígio aqui. Costumo sempre dizer que campanhas de promoção de exportações no exterior devem ser precedidas da avaliação interna ou de campanhas internas, para que falemos bem dos nossos produtos. Ninguém no exterior vai querer os nossos produtos se aqui dentro não falarmos bem deles.

Essas ações, no entanto, não podem ficar restritas apenas ao âmbito da administração federal. Sua eficácia depende – em uma nação continental como o Brasil – do engajamento dos Estados, por meio de seus órgãos de apoio à agricultura, dos Municípios e, em especial, do setor privado, por meio das associações de classe e de criadores, dos sindicatos rurais e agroindustriais e de todas as lideranças do setor do agronegócio.

No âmbito da cooperação internacional, destaco a necessidade de consolidar e ampliar negociações para acordos de equivalência sanitária, como as que estão em curso no Mercosul e com a União Europeia. A propósito, vimos atuando também no plano bilateral e já conseguimos vencer algumas barreiras. Estão em curso negociações com a União Europeia para a exportação de carne suína, já tendo sido concluídas, com sucesso, no ano passado, as negociações com a Rússia para a exportação do mesmo pro-

duto. Também com a Rússia já foram iniciadas negociações para a exportação da carne bovina. Em breve, iniciaremos as nossas negociações com o Japão com vistas à exportação de carnes brasileiras. O Japão é o maior importador mundial de proteína animal.

O Brasil será, sem dúvida, o maior exportador de carnes em poucos anos. Isso dependerá da sistemática execução dos nossos programas sanitários e de negociações internacionais, para as quais, não tenho dúvida, sempre enfrentaremos, ao lado das questões sanitárias, o puro e simples protecionismo comercial, muitas vezes mascarado em defesa do consumidor ou em defesa sanitária.

Há a alocação de gigantescos recursos financeiros para subsidiar a produção agrícola no continente europeu. O mundo rico, Sr. Presidente, dá hoje US\$1 bilhão por dia de subsídios à agricultura. A nossa competição não é mais no nível da lavoura. Em matéria agrícola, ela se dá tesouro **versus** tesouro. Hoje, um agricultor da Noruega quando recebe uma unidade de sua moeda, 25% são pagos pelo consumidor, 75% pelo governo. Na Europa, 60% são pagos pelo governo e 40% pelo consumidor; nos Estados Unidos, 50% pelo governo e 50% pelo consumidor. Se adicionarmos a isso os subsídios à exportação, o custo será de US\$1 bilhão ao dia.

Essa alocação de recursos volumosos é que está na origem da introdução de mecanismos intensivos de criação de gado que, combinando confinamento e alimentação a base de proteína animal, levaram ao surgimento da BSE.

Notícias de ontem nos dão conta de que novas restrições foram impostas às carnes europeia e argentina destinadas ao mercado americano e à carne francesa destinada a outros mercados na Europa. Esses desastres sanitários associados à BSE e à febre aftosa em vários países têm tido como consequência uma grande redução do consumo de carne nos grandes mercados, atingindo em alguns países europeus mais de 50% nos últimos dois meses. Para a carne bovina brasileira, evidentemente, é uma oportunidade de crescimento a médio e longo prazos. Mas para a carne de frango e de suínos, que substituem boa parte da demanda da carne bovina, a oportunidade é extraordinária e imediata. As exportações de frango no primeiro bimestre deste ano são 37% superiores ao período equivalente do ano passado, e a carne suína apresenta crescimento de 90% no mesmo período.

Creio, portanto, que, se fizermos adequadamente o nosso dever de casa, de mobilizarmos a opi-

nião pública e principalmente os nossos produtores para a importância da sanidade animal e vegetal, o Brasil vai conquistar, dentro de quatro ou cinco anos, a liderança mundial na área de carnes. Não tenho dúvida de dizer que, com a continuação dos extraordinários avanços que a agricultura tem apresentado em todas as regiões – em particular, na região Centro-Oeste –, o Brasil vai atingir, dentro de 10 a 12 anos, a liderança internacional no agronegócio.

Agradeço a V. Ex^a e aos Srs. Senadores a oportunidade de estar aqui e me coloco à disposição para prestar esclarecimentos complementares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passamos agora à fase das interpelações.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Osmar Dias, autor do requerimento de convocação.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^{mo} Sr. Ministro da Agricultura, tivemos oportunidade de acompanhar de perto as negociações que realizou o Governo brasileiro a partir do momento em que o Canadá adotou aquela posição absurda, seguida pelos Estados Unidos e pelo México. Participamos de várias reuniões, inclusive, com V. Ex^a e com o próprio Embaixador do Canadá. E quando participamos da reunião com o Embaixador do Canadá, fiz a ele uma pergunta: se a Embaixada do Canadá continuava consumindo carne de bovinos. Embora não gostasse da pergunta, ele teve que responder que sim, o que demonstrava que pelo menos ele, Embaixador do Canadá, acreditava nos nossos argumentos de que não temos nenhum risco – pelo menos até agora – de ter, em nosso rebanho, a encefalopatia.

E por ter acompanhado de perto a situação, Ministro, quero cumprimentar o Governo brasileiro pela eficiência que demonstrou nesse episódio, especialmente, porque, num curto espaço de tempo, conseguiu suspender o embargo imposto pelo Canadá e pôs a verdade no mercado internacional. Foi com muita eficiência que V. Ex^a desempenhou o papel de Ministro da Agricultura e devo reconhecer também que o Presidente da República, pessoalmente, interferiu para que o Brasil não tivesse os seus direitos no mercado internacional feridos.

V. Ex^a, Ministro, na sua explanação e nas entrevistas que tem dado, tem exposto claramente o sentimento dos pecuaristas, dos produtores rurais brasileiros, dos exportadores e até da sociedade, que, num momento raro, se envolveu – toda a sociedade brasi-

duto. Também com a Rússia já foram iniciadas negociações para a exportação da carne bovina. Em breve, iniciaremos as nossas negociações com o Japão com vistas à exportação de carnes brasileiras. O Japão é o maior importador mundial de proteína animal.

O Brasil será, sem dúvida, o maior exportador de carnes em poucos anos. Isso dependerá da sistemática execução dos nossos programas sanitários e de negociações internacionais, para as quais, não tenho dúvida, sempre enfrentaremos, ao lado das questões sanitárias, o puro e simples protecionismo comercial, muitas vezes mascarado em defesa do consumidor ou em defesa sanitária.

Há a alocação de gigantescos recursos financeiros para subsidiar a produção agrícola no continente europeu. O mundo rico, Sr. Presidente, dá hoje US\$1 bilhão por dia de subsídios à agricultura. A nossa competição não é mais no nível da lavoura. Em matéria agrícola, ela se dá tesouro **versus** tesouro. Hoje, um agricultor da Noruega quando recebe uma unidade de sua moeda, 25% são pagos pelo consumidor, 75% pelo governo. Na Europa, 60% são pagos pelo governo e 40% pelo consumidor; nos Estados Unidos, 50% pelo governo e 50% pelo consumidor. Se adicionarmos a isso os subsídios à exportação, o custo será de US\$1 bilhão ao dia.

Essa alocação de recursos volumosos é que está na origem da introdução de mecanismos intensivos de criação de gado que, combinando confinamento e alimentação a base de proteína animal, levaram ao surgimento da BSE.

Notícias de ontem nos dão conta de que novas restrições foram impostas às carnes europeia e argentina destinadas ao mercado americano e à carne francesa destinada a outros mercados na Europa. Esses desastres sanitários associados à BSE e à febre aftosa em vários países têm tido como consequência uma grande redução do consumo de carne nos grandes mercados, atingindo em alguns países europeus mais de 50% nos últimos dois meses. Para a carne bovina brasileira, evidentemente, é uma oportunidade de crescimento a médio e longo prazos. Mas para a carne de frango e de suínos, que substituem boa parte da demanda da carne bovina, a oportunidade é extraordinária e imediata. As exportações de frango no primeiro bimestre deste ano são 37% superiores ao período equivalente do ano passado, e a carne suína apresenta crescimento de 90% no mesmo período.

Creio, portanto, que, se fizermos adequadamente o nosso dever de casa, de mobilizarmos a opi-

nião pública e principalmente os nossos produtores para a importância da sanidade animal e vegetal, o Brasil vai conquistar, dentro de quatro ou cinco anos, a liderança mundial na área de carnes. Não tenho dúvida de dizer que, com a continuação dos extraordinários avanços que a agricultura tem apresentado em todas as regiões – em particular, na região Centro-Oeste –, o Brasil vai atingir, dentro de 10 a 12 anos, a liderança internacional no agronegócio.

Agradeço a V. Ex^a e aos Srs. Senadores a oportunidade de estar aqui e me coloco à disposição para prestar esclarecimentos complementares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passamos agora à fase das interpelações.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Osmar Dias, autor do requerimento de convocação.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ex^{mo} Sr. Ministro da Agricultura, tivemos oportunidade de acompanhar de perto as negociações que realizou o Governo brasileiro a partir do momento em que o Canadá adotou aquela posição absurda, seguida pelos Estados Unidos e pelo México. Participamos de várias reuniões, inclusive, com V. Ex^a e com o próprio Embaixador do Canadá. E quando participamos da reunião com o Embaixador do Canadá, fiz a ele uma pergunta: se a Embaixada do Canadá continuava consumindo carne de bovinos. Embora não gostasse da pergunta, ele teve que responder que sim, o que demonstrava que pelo menos ele, Embaixador do Canadá, acreditava nos nossos argumentos de que não temos nenhum risco – pelo menos até agora – de ter, em nosso rebanho, a encefalopatia.

E por ter acompanhado de perto a situação, Ministro, quero cumprimentar o Governo brasileiro pela eficiência que demonstrou nesse episódio, especialmente, porque, num curto espaço de tempo, conseguiu suspender o embargo imposto pelo Canadá e pôs a verdade no mercado internacional. Foi com muita eficiência que V. Ex^a desempenhou o papel de Ministro da Agricultura e devo reconhecer também que o Presidente da República, pessoalmente, interferiu para que o Brasil não tivesse os seus direitos no mercado internacional feridos.

V. Ex^a, Ministro, na sua explanação e nas entrevistas que tem dado, tem exposto claramente o sentimento dos pecuaristas, dos produtores rurais brasileiros, dos exportadores e até da sociedade, que, num momento raro, se envolveu – toda a sociedade brasi-

leira – na defesa da nossa soberania. E V. Exª tem colocado um cenário que é mais ou menos o seguinte: o Brasil vai ser, dentro de alguns anos, dentro de dez ou doze anos, o maior exportador de carne do mundo – talvez até num espaço menor de tempo. Já somos o terceiro maior exportador de carne bovina do mundo.

Isso cria um ambiente de concorrência e de competição que exalta os nossos concorrentes e faz com que alguns deles adotem posturas arbitrárias e até ilegais – porque a medida adotada pelo Canadá foi ilegal. O Canadá, embora tenha comunicado à OMC, não esperou a manifestação do Governo brasileiro, como propõe o tratado com a OMC, portanto, foi ilegal.

Então, há essa perspectiva e essa consciência do Governo brasileiro de que teremos que enfrentar outras posturas como a adotada pelo Canadá – inclusive ontem o **New York Times** publicou uma matéria falando que o Brasil terá que enfrentar outros problemas, exatamente por ser o país que tem o maior potencial de crescimento e de conquista de novos mercados. Num cenário em que há o problema vivido pela União Européia, especialmente Inglaterra e França, com a aftosa, leio hoje notícias no jornal que considero até inadequadas. Numa entrevista, o Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne disse que o Brasil pode se beneficiar com o veto à Argentina. Considero isso completamente inadequado e incorreto, porque estamos diante de um cenário em que a carne mundial está sob suspeita. Vi um diretor da FAO fazendo um alerta hoje de que a sanidade animal deve ser um compromisso de todos os governos e deve ser tratada com muita seriedade, seriedade que deve levar inclusive os países a não usarem a questão sanitária como barreira comercial, como fez o Canadá. E nesse cenário, Ministro, coloca o Brasil, para alguns, como o grande ganhador, o grande vencedor da situação em que se encontram a União Européia e a Argentina. Esses que entendem que o Brasil poderá ganhar mercados, no meu entendimento, estão equivocados, porque há já uma redução no consumo de carne nos grandes mercados consumidores, o que, evidentemente, não interessa a ninguém.

O Brasil tem que ganhar mercados pela qualidade da carne que temos, pela qualidade do nosso rebanho, que evolui, pelas técnicas de manejo e, também, de controle sanitário, que melhoram a cada dia, a ponto de estarmos, em muitas regiões, produzindo o novilho precoce, o superprecoce, o que nos garante, sem dúvida nenhuma, na evolução, a conquista de

mercado, por oferecermos uma carcaça de melhor qualidade. Mas não devemos comemorar o fato de a Argentina estar sofrendo o drama da febre aftosa, e também a Europa, porque isto, na verdade, representa um impedimento, no meu entendimento, para que o Brasil conquiste novos mercados.

Diante disso tudo, embora V. Exª tenha dito que um concurso estará sendo realizado para a contratação de técnicos, V. Exª não acha que o Brasil precisa dar mais segurança aos pecuaristas, aos produtores, ampliando a sua estrutura técnica, ampliando a sua estrutura de laboratórios? Porque nós demonstramos, em determinados momentos, uma certa fragilidade e uma certa carência de recursos técnicos para garantir ao mundo inteiro que a nossa carne continuará sendo a de melhor qualidade – porque ela é a de melhor qualidade. E nós não podemos aguardar, a meu ver, que um problema surja para que o Governo brasileiro tome providências.

Pergunto: V. Exª está tendo dificuldade para equipar a Secretaria Nacional de Defesa Sanitária para que ela possa exercer o seu papel com mais eficiência e dar respostas mais rápidas inclusive aos questionamentos que outros países fazem?

E, de outro lado, preocupa-me, Ministro, saber como, em Estados como o Paraná – que não conseguem pagar a folha ou sustentar a máquina administrativa, porque estão em crise, e agora começam a dar meio expediente –, pode a vigilância sanitária dar respostas, desempenhar o seu papel com eficiência, se os funcionários estão exercendo a sua função durante meio expediente apenas. O Governo brasileiro está preparado para enfrentar esses desafios que serão colocados diante de nós, brasileiros, nos próximos anos? Nós, sim, oferecemos ameaça a alguns concorrentes.

Essa é a pergunta, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado, Sr. Senador Osmar Dias, obrigado pelas suas palavras generosas de introdução.

Concordo inteiramente com V. Exª: não devemos comemorar. Pelo contrário, devemos adquirir mais consciência da responsabilidade que temos e dar mais apoio, prioridade e cuidado à questão sanitária, tanto animal, quanto vegetal.

A manifestação de potencial de exportação todo mundo conhece, mas não pretendemos utilizar esses problemas sanitários como um argumento de venda. Nós queremos mostrar ao mundo que a nossa carne

é boa. Nós não vamos dizer que a carne dos outros não está boa, mas mostrar que a nossa carne é boa. E foi o que buscamos fazer nesse trabalho, realizado pelos nossos veterinários, de esclarecimento à missão técnica que nos visitou. Nós temos que ganhar mercado, como diz V. Ex^a, com qualidade e com sanidade animal.

Quanto à pergunta que V. Ex^a formula, realmente não é uma tarefa fácil. O Ministério da Agricultura não fazia concursos há 24 anos; está fazendo agora. A Embrapa não fazia concurso há 11 anos; fez agora. Devo dizer, entretanto, a V. Ex^{as}, que tenho recebido, desde o início da minha gestão, do Presidente Fernando Henrique Cardoso e da equipe econômica do Governo todo o apoio dentro das colocações que tenho feito – e procuro fazê-las razoáveis. Tenho, também, responsabilidade fiscal. Não vou fazer propostas de recursos gigantescos que não caibam nas nossas restrições orçamentárias, mas temos sido atendidos. Criamos a carreira de Fiscal Federal Agropecuário, obtivemos autorização para contratar 729 fiscais e técnicos em regime emergencial e, agora, estamos com autorização para contratar mais 500 em regime de concurso nacional pleno.

Com relação a recursos, no ano passado, nós realizamos um total de R\$98 milhões para a defesa agropecuária, animal e vegetal. Para este ano, a Lei Orçamentária prevê R\$135 milhões, que deverão ser suficientes para as nossas atividades, inclusive de apoio aos Estados. No ano passado – se não me falha a memória –, destinamos aos Estados R\$42 milhões. Devo dizer a V. Ex^a que, graças ao extraordinário apoio que tivemos, inclusive desta Casa – dos Senadores Amir Lando, Jonas Pinheiro e de outros Parlamentares –, temos também uma emenda de R\$135 milhões, que, em boa parte, se destinará, também, se for necessário, à defesa agropecuária e à área de tecnologia, suplementando recursos da Embrapa.

Portanto, o nosso problema agora não é tanto a questão de recursos, que foi um problema difícilíssimo em 98, mas que conseguimos superar. O nosso problema agora é de renovação das equipes. Precisamos oxigenar a casa, trazer mais gente e trazer jovens para serem treinados nessas novas técnicas. A coisa não termina aí. Precisamos rever os currículos de algumas escolas de Medicina Veterinária, que retiraram de seus currículos os temas que hoje são prioritários, como epidemiologia, incluindo nos seus currículos principalmente tratamento de animais domésticos. Esse é um problema que temos de enfrentar. Estou conversando com Santa Maria e outras escolas

para vermos como podemos ajudar na reinstalação de alguns desses cursos. A nossa prioridade final – porque sou mais preocupado com o humanograma do que com o organograma – será mudar a estrutura organizacional da Secretaria de Defesa Agropecuária, provavelmente propondo a V. Ex^{as}, se o Presidente da República assim acordar, a criação de uma agência de vigilância, com autonomia e recursos próprios, que possa ter mais elasticidade e flexibilidade para as suas ações. Essas são, em resumo, as ações que pretendemos desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retorno a palavra ao Senador Osmar Dias, por dois minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Ministro, V. Ex^a sabe que as fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Argentina, grandes extensões de fronteira seca, trazem-nos problemas quando os países vizinhos não têm em funcionamento um sistema sanitário eficiente. Agora mesmo, os pecuaristas do Estado de V. Ex^a, Rio Grande do Sul, reclamam medidas concretas do Ministério para que haja uma política homogênea, que cuide dessa questão no Mercosul, porque, evidentemente, ficamos sempre sob ameaça. Nós já avançamos. Os dois Estados do Sul já estão livres da vacinação e nós, do Paraná para cima, estamos vacinando, mas com uma grande área livre para exportação. Esse risco, Ministro, precisa ser reduzido, já que não existe risco zero. No meu entendimento, porém, precisa aproximar-se de zero, com o estabelecimento de uma política sanitária homogênea para o Mercosul, e acho que o Brasil deve lidar, na presença de V. Ex^a, nosso Ministro da Agricultura, esse movimento para o estabelecimento dessa política para o Mercosul. Caso contrário, estaremos sempre com um risco muito maior do que aquele que poderíamos estar com essa política homogênea.

Encerro, perguntando se V. Ex^a pode responder rapidamente quando sairá o Plano de Safra de Inverno, porque os agricultores estão esperando essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador, agradeço a colocação de V. Ex^a quanto ao Mercosul, com a qual estamos inteiramente de acordo, não apenas eu, mas os nossos técnicos. Não é possível fazer uma política de combate à aftosa só pelo circuito Sul ou pelos circuitos centrais. Essa política tem que abranger todas as regiões.

Nesse sentido, tomei algumas providências. Em primeiro lugar, em Washington, com a Organização

Panamericana da Saúde, estabelecemos um programa de fortalecimento do Panaftosa, com reuniões periódicas dos técnicos dos vários países, com o objetivo de trocar informações. Já está funcionando, e a próxima reunião começa hoje, no Paraguai.

Paralelamente a isso, quando tivemos a emergência sanitária de Jóia, no Rio Grande do Sul, imediatamente convoquei os Ministros da Agricultura do Uruguai, Argentina e Paraguai, para que, em Porto Alegre, tomassem conhecimento do que tinha ocorrido no Rio Grande do Sul e das providências que havíamos adotado. Ali combinamos um mecanismo que já está funcionando, que é, em primeiro lugar, um mecanismo informal de troca de informações e de alerta prévio entre os Ministros da Agricultura quanto a questões sanitárias. Também estreitamos as relações entre a nossa Secretaria de Defesa Agropecuária e os serviços sanitários dos outros países.

Para lhe dar um exemplo, quando tivemos a confirmação – que hoje está admitida publicamente – de que havia focos de febre aftosa na Argentina, em vez de tomarmos uma decisão de restrição, convidamos o Senasa, órgão sanitário da Argentina, para conversar com os nossos veterinários; em vez de tomarmos uma decisão isolada, a Argentina tomou a decisão de restringir a exportação ao Brasil, tendo em vista a nossa colocação.

Com relação ao Plano de Inverno, devo dizer a V. Exª que o nosso maior interesse é o trigo e que vamos anunciar um preço mínimo para o trigo, que espero seja um incentivo bom para o Estado de V. Exª. Vamos fazer também opções de trigo, porque no ano passado foi um desastre.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Quanto Ministro?

O SR. PRATINI DE MORAES – Não posso antecipar, porque dependo do Conselho Monetário, mas acredito que será um nível agradável. Amanhã, inclusive, tenho reunião com o pessoal do Paraná, e deverão ficar satisfeitos.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Saturnino pelo prazo de cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, Sr. Ministro, assim como disse ontem ao Ministro Lafer, repito agora que o ponto específico que motivou o convite a V. Exª foi inteiramente superado – bem superado – e por isso queremos também cumprimentar V. Exª pelo desempenho, pelo êxito que teve ao conseguir rapidamente contornar, superar esse problema. Evidente que o

Canadá teve uma atitude claramente política e pouco honesta, pouco ética – vamos dizer a verdade. Podemos pensar, lembrando o general De Gaulle, que talvez o Canadá **ne soît pas un pays sérieux**.

De qualquer forma, ficou essa lição e é importante refletirmos sobre a nossa situação. As minhas preocupações já foram muito bem colocadas pelo Senador Osmar Dias: apesar de o Canadá não ter agido seriamente, levantou um pretexto que descobriu uma carência brasileira – uma carência que V. Exª está agora procurando obviar com a reconstrução da estrutura técnica da secretaria.

O Ministério da Agricultura, como a Nação brasileira, foi vitimado por uma política de desmonte do Estado praticada antes da gestão de V. Exª – ao curso de toda a década dos 90 – para obter superávits primários para poder pagar a dívida. Essa política resultou num plano de demissão voluntária em que os funcionários técnicos, em grande número, deixaram o ministério, o que desfalcou a sua capacidade de fiscalização.

Os convênios feitos com os estados para suprir essa deficiência nada resolveram, porque os estados estão em situação pior ainda. Os estados vão ter de receber ajuda do Governo Federal e V. Exª está compreendendo isso muito bem. Os estados estão emparedados entre a Lei de Responsabilidade Fiscal e aquele compromisso de despendar 13% de sua receita líquida para pagar as dívidas com a União.

A situação se tornou grave e durante a crise correu pela imprensa um noticiário que chegou, em certo momento, a nos preocupar. Refiro-me ao noticiário de que o Brasil havia importado, anos atrás, milhares de cabeças de gado europeu e que não se sabia sequer em que quantidade essa importação havia sido feita – o Brasil não foi capaz de recuperar informações sobre o destino desse gado, sequer sobre o número. Segundo algumas informações a importação teria sido de cinco ou seis mil cabeças, segundo outras, teria sido de dez mil, doze mil. Isto é, ficou patente que havia uma carência de informação muito grave, o que forneceu o pretexto para a atitude condenável e desonesta do Canadá de impor esse embargo.

Esse episódio foi útil também para nos alertar para essa política de desmonte. O Senador Osmar Dias indagou de V. Exª se V. Exª está tendo dificuldades. V. Exª disse que não. Eu aqui, intimamente, um pouco que desconfio dessa afirmação de V. Exª por uma questão de harmonia com o governo ao qual V. Exª pertence, mas imagino que a área econômica não esteja sendo compreensiva para com as necessi-

dades do Ministério da Agricultura, que são necessidades da Nação brasileira relacionadas a essa atividade econômica tão importante para nós.

De forma que gostaria de reiterar as preocupações do Senador Osmar Dias e reiterar também o pedido de um comentário de V. Ex^a a esse respeito, dizendo que com o nosso apoio para enfrentar dificuldades que venham a surgir, por exemplo, no tocante ao reequipamento do Ministério, com os concursos necessários – houve proibição de concursos públicos durante alguns anos! O que é isso? O propósito era desmontar mesmo a estrutura técnica do Estado brasileiro para torná-lo mínimo e gerar superávits para pagar a dívida. Nós queremos que isso seja superado e, ao constatarmos os esforços de V. Ex^a, queremos dizer que estamos apoiando esses esforços e que queremos ouvir de V. Ex^a um comentário mais tranquilizador a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Devo dizer a V. Ex^a que, realmente, 99 foi mais difícil, mas consegui, até o final daquele ano, recursos para executar 100% do orçamento da Embrapa e 100% das transferências aos estados, ainda que isso fosse feito no finalzinho do ano. De qualquer maneira, conseguimos honrar esses compromissos. No ano passado, conseguimos honrar praticamente tudo.

Mas tive um problema muito sério e para solucioná-lo queria pedir o apoio desta Casa. Uma das primeiras preocupações que tive foi, ao analisar relatórios dos meus antecessores, ver que havia uma sistemática no Ministério da Agricultura que estava sendo contestada, inclusive pela União Européia, que era o fato de a fiscalização nos frigoríficos abatedouros ser feita, em geral, por funcionários contratados pelos estados ou prefeituras com recursos, muitas vezes, das próprias entidades privadas. Essa prática não podia acontecer.

A minha primeira preocupação foi propor ao Presidente da República a contratação de pessoal para substituir os funcionários contratados pelos estados e municípios nas condições que mencionei. Eram 729. O Presidente concordou – isso foi dois, três meses depois de eu assumir o Ministério. No entanto, recebemos um **e-mail** no setor de recursos humanos do Ministério, enviado pelos procuradores, contestando a idéia da contratação emergencial para defesa à pecuária. Isso foi no início do ano 2000.

Depois, houve uma ação que impediu essa contratação e que acabou atrasando-a por um ano. Essa

ação foi baseada no argumento de que não eram válidas as leis que V. Ex^{as} haviam aprovado sobre essa matéria de contratação temporária.

Jamais passou pela minha cabeça contratar funcionários sem fazer concurso, ainda que se tratasse de uma contratação emergencial. Nós contratamos a UnB, entregamos a ela a responsabilidade pela realização do concurso – apenas era um concurso simplificado, porque precisávamos de gente para colocar nos frigoríficos imediatamente, treiná-los nos próprios frigoríficos. Não conseguimos fazer isso.

Propus isso no final do ano passado, mas só conseguimos contratar esse pessoal no início deste ano e eu estou sendo processado, porque me preocupei com a defesa agropecuária do País num momento em que ninguém falava em vaca louca e não havia a febre aftosa na França. Esse tipo de problema também enfrentamos hoje como administradores públicos. Nisso os senhores podem nos ajudar, revendo, talvez, os dispositivos legais que permitem ações que impedem o Executivo de cumprir o seu dever, antecipando-se, inclusive, a problemas graves, como foi essa questão da sanidade animal.

Com relação aos recursos: graças à ajuda do Senador Amir Lando, do Senador Jonas Pinheiro e mais os nossos deputados lá da Comissão de Agricultura, o Congresso, com o seu trabalho, suplementou quaisquer deficiências que tínhamos. Senador, eu sei da experiência de V. Ex^a, de sua tradição de engenheiro que sabe fazer projeto, sabe sobre custos, nos deu aulas lá no Instituto de Engenharia no Rio de Janeiro, no BNDE. Por isso, V. Ex^a há de compreender a minha grande preocupação de gastar bem. O problema é o seguinte: os projetos feitos pelos órgãos públicos muitas vezes não são de boa qualidade. O que estou pedindo aos estados, ao mandarem os seus pleitos de recursos, é que discriminem melhor a utilização desses recursos, porque muitas vezes pedem recursos e justificam o seu emprego com “ações na área de defesa”. O que quer dizer isso? Quero saber que ação é essa. É para comprar caminhonete, ar condicionado para gabinetes de secretários ou é realmente para pagar diárias para certo número de fiscais que vão ficar fazendo barreiras entre os Estados, zona tampão, etc.? Precisamos melhorar a qualidade dos programas de trabalho na área sanitária também. Tenho dado instruções à Secretaria de Defesa Agropecuária no sentido de exigir mais. A concessão de recursos federais aos Estados deve ser feita com projetos mais precisos. Essa é outra preocupação nossa.

Agradeço muito a V. Exª pelo seu apoio e generosidade, o que muito me estimula. Lembro-me dos velhos tempos, das nossas discussões no BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retorno a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ministro, nós é que agradecemos a V. Exª pelas informações que nos traz e até o chamamento a uma colaboração, que certamente não nos negaremos a dá-la. Estaremos prontos a isso.

Vou aproveitar para fazer um breve comentário sobre um assunto que penso que mereceria toda uma tarde de discussão aqui no Senado. Refiro-me à questão que V. Exª ressaltou; ou seja, V. Exª tem insistido, tem lutado bravamente contra o protecionismo e os subsídios que os países mais ricos, especialmente os da Europa, dão a sua agricultura.

Mas precisamos refletir o seguinte: a atitude deles não é inteiramente irracional nem insensata. Temos que reconhecer que há razões até muito sólidas para fazerem isso, pois têm preocupação com o desenvolvimento do tecido social. Se abrirem a sua agricultura – é claro que produzimos com custo muito mais baixo –, vamos arrebentar o campo deles, deixando milhões de excluídos sem saber o que fazer. Assim sendo, entendo que eles não estão inteiramente errados. É claro que o nosso papel é forçar, mas também devemos compreender as razões deles e fazer a reflexão sobre o nosso processo: nós, insensatamente, abrimos a nossa indústria, que tem produtividade mais baixa que a deles, enquanto eles não querem abrir a agricultura, que tem produtividade mais baixa que a nossa. Ou seja, abrimos, insensata e unilateralmente, a nossa indústria e geramos milhões de excluídos brasileiros, porque fomos invadidos por importações para cuja competição não estávamos preparados ainda.

Agora estamos ameaçados com a questão da Alca, que tem preocupado profundamente o Senado. De forma que avalio que V. Exª está correto no sentido de forçar as exportações brasileiras, de combater o protecionismo, mas cabe-nos fazer a reflexão de que eles não estão inteiramente errados, mas nós é que estivemos errados quando fizemos uma abertura insensata da nossa indústria.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retorno a palavra ao Sr. Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Roberto Saturnino, não tenho a menor dúvida em manifestar a V. Exª minha integral concordância com o seu ponto de vista, particularmente naquilo

que diz respeito ao setor agrícola, porque essa conversa de mercado aberto, esse título "Abertura de Mercado" é título de tese de faculdade. Na prática, Senador Roberto Saturnino, os países defendem com unhas e dentes os seus mercados, não abrem nada. Por exemplo, vamos experimentar vender açúcar nos Estados Unidos, na Argentina. Vamos experimentar vender café solúvel na Europa, vamos tentar vender aço em volume maior nos Estados Unidos, vamos vender sapato em alguns mercados! Isso não acontece, os produtos não entram lá.

Não teríamos tempo para discutir essa questão da estratégia de abertura econômica, mas a verdade é que abertura econômica não se programa, ela acontece, e às vezes acontece de forma pouco ordenada, como aconteceu no Brasil. Mas ela foi um instrumental na modernização da economia brasileira, e é um fator que devemos considerar. No entanto, não tenho a menor dúvida em afirmar que, no momento em que se aproxima essa proposta de negociação da Alca, em que se anuncia uma nova negociação, uma nova rodada do milênio da OMC, nessas novas negociações o Brasil não pode abrir um milímetro. O Brasil tem que ter abertura para ele primeiro. Não podemos fazer mais nenhuma concessão se não nos fizerem concessões a começar na área agrícola.

Tenho dito que nessas negociações da OMC, se não houver uma agenda agrícola, não há por que haver sequer reunião da OMC. E a Alca é a mesma coisa: ou oferecem uma abertura consistente para os nossos produtos agrícolas... É o caso do café solúvel, por exemplo. Podemos exportar café em grãos para os Estados Unidos, mas não podemos exportar solúvel porque há uma taxa que afeta o Espírito Santo. Podemos exportar soja em grãos, mas não podemos exportar óleo de soja, e isso afeta o Mato Grosso, São Paulo e Paraná. E por quê? Porque protegem a sua indústria.

Creio, então, que a grande lição que vimos aprendendo no correr dos anos é de que nas novas negociações internacionais o Brasil só pode conceder no "toma-lá-dá-cá". Temos que ser muito claros no que nos interessa e negociar em função de aberturas para as nossas exportações. E não só aberturas tarifárias, mas também mudanças nas restrições não-tarifárias, como as restrições sanitárias.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Leomar Quintanilha pelo prazo de cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eminente Mi-

Agradeço muito a V. Exª pelo seu apoio e generosidade, o que muito me estimula. Lembro-me dos velhos tempos, das nossas discussões no BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retorno a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ministro, nós é que agradecemos a V. Exª pelas informações que nos traz e até o chamamento a uma colaboração, que certamente não nos negaremos a dá-la. Estaremos prontos a isso.

Vou aproveitar para fazer um breve comentário sobre um assunto que penso que mereceria toda uma tarde de discussão aqui no Senado. Refiro-me à questão que V. Exª ressaltou; ou seja, V. Exª tem insistido, tem lutado bravamente contra o protecionismo e os subsídios que os países mais ricos, especialmente os da Europa, dão a sua agricultura.

Mas precisamos refletir o seguinte: a atitude deles não é inteiramente irracional nem insensata. Temos que reconhecer que há razões até muito sólidas para fazerem isso, pois têm preocupação com o desenvolvimento do tecido social. Se abrirem a sua agricultura – é claro que produzimos com custo muito mais baixo –, vamos arrebentar o campo deles, deixando milhões de excluídos sem saber o que fazer. Assim sendo, entendo que eles não estão inteiramente errados. É claro que o nosso papel é forçar, mas também devemos compreender as razões deles e fazer a reflexão sobre o nosso processo: nós, insensatamente, abrimos a nossa indústria, que tem produtividade mais baixa que a deles, enquanto eles não querem abrir a agricultura, que tem produtividade mais baixa que a nossa. Ou seja, abrimos, insensata e unilateralmente, a nossa indústria e geramos milhões de excluídos brasileiros, porque fomos invadidos por importações para cuja competição não estávamos preparados ainda.

Agora estamos ameaçados com a questão da Alca, que tem preocupado profundamente o Senado. De forma que avalio que V. Exª está correto no sentido de forçar as exportações brasileiras, de combater o protecionismo, mas cabe-nos fazer a reflexão de que eles não estão inteiramente errados, mas nós é que estivemos errados quando fizemos uma abertura insensata da nossa indústria.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retorno a palavra ao Sr. Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Roberto Saturnino, não tenho a menor dúvida em manifestar a V. Exª minha integral concordância com o seu ponto de vista, particularmente naquilo

que diz respeito ao setor agrícola, porque essa conversa de mercado aberto, esse título "Abertura de Mercado" é título de tese de faculdade. Na prática, Senador Roberto Saturnino, os países defendem com unhas e dentes os seus mercados, não abrem nada. Por exemplo, vamos experimentar vender açúcar nos Estados Unidos, na Argentina. Vamos experimentar vender café solúvel na Europa, vamos tentar vender aço em volume maior nos Estados Unidos, vamos vender sapato em alguns mercados! Isso não acontece, os produtos não entram lá.

Não teríamos tempo para discutir essa questão da estratégia de abertura econômica, mas a verdade é que abertura econômica não se programa, ela acontece, e às vezes acontece de forma pouco ordenada, como aconteceu no Brasil. Mas ela foi um instrumental na modernização da economia brasileira, e é um fator que devemos considerar. No entanto, não tenho a menor dúvida em afirmar que, no momento em que se aproxima essa proposta de negociação da Alca, em que se anuncia uma nova negociação, uma nova rodada do milênio da OMC, nessas novas negociações o Brasil não pode abrir um milímetro. O Brasil tem que ter abertura para ele primeiro. Não podemos fazer mais nenhuma concessão se não nos fizerem concessões a começar na área agrícola.

Tenho dito que nessas negociações da OMC, se não houver uma agenda agrícola, não há por que haver sequer reunião da OMC. E a Alca é a mesma coisa: ou oferecem uma abertura consistente para os nossos produtos agrícolas... É o caso do café solúvel, por exemplo. Podemos exportar café em grãos para os Estados Unidos, mas não podemos exportar solúvel porque há uma taxa que afeta o Espírito Santo. Podemos exportar soja em grãos, mas não podemos exportar óleo de soja, e isso afeta o Mato Grosso, São Paulo e Paraná. E por quê? Porque protegem a sua indústria.

Creio, então, que a grande lição que vimos aprendendo no correr dos anos é de que nas novas negociações internacionais o Brasil só pode conceder no "toma-lá-dá-cá". Temos que ser muito claros no que nos interessa e negociar em função de aberturas para as nossas exportações. E não só aberturas tarifárias, mas também mudanças nas restrições não-tarifárias, como as restrições sanitárias.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Leomar Quintanilha pelo prazo de cinco minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eminente Mi-

nistro Pratini de Moraes, é com muita satisfação que aqui, no Senado Federal, recebemos a presença de V. Ex^a, que dirige com muita competência a Pasta da Agricultura, que teve uma das suas atividades econômicas ferida de morte por um dos países que deveria ser e que se propunha a ser um parceiro comercial do Brasil.

Acompanhamos o episódio desde o seu começo até o estágio atual e vimos com uma certa gratificação e alegria a reação que ocorreu em diversos segmentos brasileiros, inclusive com a participação da juventude brasileira que acabou levando uma vaca para as portas da embaixada canadense, fornecendo uma demonstração de confiança na qualidade do nosso rebanho bovino.

Gostaria de registrar também, Sr. Ministro, preliminar e rapidamente, a satisfação que sinto como brasileiro de testemunhar a firmeza e a competência com que V. Ex^a se houvesse episódio, fazendo que a reversão do embargo ocorresse em um tempo recorde. Naturalmente coadjuvado com outros representantes do Governo do Presidente Fernando Henrique e com a participação do próprio Presidente Fernando Henrique e da nossa Chancelaria, o embargo foi suspenso, muito embora o Ministro Celso Lafer tenha nos dito aqui, ontem, que as divergências comerciais com o Canadá estão muito longe de ter uma solução. E até entendemos isso.

Atentamente ouvi V. Ex^a dizer que não existe risco zero, não há preocupação zero em relação às epidemias que podem acometer os rebanhos, mas causa-nos espécie um país de primeiro mundo e que se propõe a ser parceiro comercial do Brasil, embasado em risco teórico, propor esse embargo sanitário absurdo, em relação ao qual teve que retroagir, dando um atestado da boa qualidade do rebanho bovino brasileiro.

Nota mentalmente esse embargo sanitário – e V. Ex^a o afirmou com muita veemência –, a forma teórica é muito diferente da prática, uma vez que todos os países defendem, de forma virulenta, a proteção do seu mercado. E o Canadá não age de modo diferente. Talvez eles tenham até uma certa razão, porque estamos incomodando. É uma alegria para o povo brasileiro perceber que uma de suas empresas, a Embraer, conseguiu avanços tecnológicos para produzir um aparelho de altíssima qualidade, que não tem concorrência no mundo, desbancando a colocação de primeiro lugar que a empresa canadense Bombardier tinha na venda de jatos regionais. Entendo que o embargo sanitário imposto à carne brasileira foi "cortina

de fumaça" para esconder as efetivas razões que levaram o Canadá a tomar uma atitude como essa.

Felizmente, a primeira etapa do episódio está vencida. Mas, embasado na afirmação do Ministro Celso Lafer, segundo a qual a divergência comercial com o Canadá está longe de ser resolvida, e as consequências desse ato praticado pelo Canadá, que expôs à exprobração pública internacional a qualidade do produto brasileiro, expondo também a sua credibilidade, é que impõe a nós, agora, em uma segunda etapa, ações vigorosas também, tão eficientes quanto aquelas que eliminaram o embargo, com vistas a recobrar a credibilidade do produto brasileiro, principalmente a carne bovina, não só nos mercados canadense, americano e mexicano, mas nos demais mercados com os quais o Brasil mantém relações comerciais.

Sr. Ministro, tenho duas questões rápidas a formular, até para colaborar com o tempo, pois outros colegas de trabalho também querem inquirir V. Ex^a, embora a exposição de V. Ex^a, somada aos atos do Ministério que de forma tão competente dirige, já dirimam muitas das nossas dúvidas.

Primeiro: qual o comportamento que o Ministério e o Governo brasileiro estão adotando com vistas a proteger o território brasileiro nas fronteiras com os países que ainda não tiveram a possibilidade de erradicar a febre aftosa?

Segundo: quais são as providências efetivas que estariam sendo tomadas para a reversão do quadro crítico de descrédito que o produto brasileiro passou a ter no mercado internacional? Temos alguma campanha pronta, elaborada ou preparada para recuperar a imagem e a credibilidade do produto brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Nobre Senador Leomar Quintanilha, em primeiro lugar, permita-me agradecer-lhe as palavras generosas de introdução. Os inúmeros contatos que tenho tido com V. Ex^a têm sido produtivos, e espero também poder dar uma contribuição a seu Estado, que é extraordinário e que tem um progresso fantástico no agronegócio.

Com relação às suas perguntas, estamos neste momento em entendimentos com os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, revendo os atuais sistemas de defesa, que estão muito concentrados na área das pontes sobre o Rio Uruguai e em alguns pontos onde há balsas. O objetivo é ampliar a presença de unidades federais não só do Ministério,

mas também da Polícia Federal, na realização do controle de fronteira, para evitar o trânsito de animais e de carne, que podem trazer o vírus da febre aftosa.

Essas providências já foram adotadas, porém, a nosso juízo, são insuficientes. Está prevista uma nova reunião para hoje, na qual vamos discutir a necessidade eventual de solicitarmos o apoio das Forças Armadas em determinadas regiões, para, com muita firmeza, mostrarmos que não admitiremos o contrabando, seja de animais, seja de produtos que possam trazer o vírus de aftosa.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina continuam livres de aftosa, sem vacinação, **status** que a Argentina perdeu e que foi formalmente anunciado hoje. As providências que o Ministério da Agricultura está tomando estão em estreita ligação com os governos dos Estados e com os produtores, porque não basta a ação governamental. Uma das recomendações que tenho dado é a de criarmos, a exemplo do que fez o Paraná, um conselho de sanidade animal e vegetal em cada Município brasileiro que tenha produção no agronegócio. Essa sugestão já está sendo implementada. Na semana passada, em São Borja, no Rio Grande do Sul, houve uma primeira reunião com os prefeitos da área, presidentes de sindicatos rurais e de associações rurais, produtores, pequenos produtores, federações de trabalhadores agrícolas, para conscientizá-los quanto à importância de termos atenção, cuidado e prioridade para a questão de sanidade.

Portanto, a conjugação Governo Federal, governos estaduais, secretarias de agricultura, entidades privadas e a própria população dos Municípios agrícolas contribui para que se crie a conscientização da sanidade e se evitem as importações, o contrabando ou o comércio ilegal de produtos que podem trazer vírus ou doenças de fora.

Com relação à reversão do quadro negativo criado pela decisão canadense, acho que, em grande medida, essa reversão ocorreu quando recebemos do Canadá, dos Estados Unidos e do México um atestado de sanidade com relação à BSE, que o mundo inteiro tomou conhecimento. Mas isso não basta. A Associação Brasileira da Indústria de Exportadores de Carnes e um grupo de frigoríficos do sul do Brasil estão trabalhando num programa – praticamente concluído – de divulgação da carne brasileira no exterior. Está-se discutindo o momento de dar partida a esse programa de longo prazo, realizado pelo setor privado, que certamente contará com o apoio do Governo

Federal por meio da Apex ou do Ministério da Agricultura. A idéia é começarmos a vender.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil há 500 anos é comprado. Primeiro, nem compravam; levavam daqui pau-brasil, ouro, diamante. Depois, levaram algodão, café, couro, minério. Nós nunca vendemos. Até hoje, vendemos muito pouco. Uma das lições que estamos aprendendo é que o Brasil agora terá que ser vendedor. E, para isso, teremos que fazer propaganda, relações públicas, investir em **marketing** e falar bem dos nossos produtos.

Um dos problemas que temos no Brasil, Senador, é que temos o péssimo hábito de falar mal das nossas coisas. Nós, brasileiros, gastamos sempre muito mais tempo falando mal das nossas coisas do que falando bem. É claro que há tanta mazela, tanta distorção, tanto problema numa sociedade em construção, que há muita coisa que falar e criticar. No entanto, em matéria de exportação, se quisermos ganhar essa guerra, vamos ter que falar bem dos nossos produtos. Vamos ter que falar bem, por exemplo, daquele abacaxi...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Do Tocantins.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Como é o nome do Município?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Miracema e Miranorte, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Não comi nem na Paraíba. Espero que o Senador Suasuna...

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Podemos falar bem da carne bovina, do Embraer-145. Tem muita coisa boa para falar, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Temos que falar bem das nossas coisas. Fiquei feliz hoje, pois, quando cheguei no gabinete do Presidente Jader Barbalho, S. Ex^a me ofereceu castanha-do-pará. É assim que tem que ser. Precisamos valorizar as nossas coisas. Precisamos falar bem dos nossos produtos para que os outros também os valorizem. Precisamos falar cada vez mais da nossa carne, e os empresários do setor devem fazer isso publicamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – V. Ex^a lembrou muito bem que não bastam as ações institucionais. As populações dos municípios fronteiriços, a população brasileira tem o dever de procurar

defender a nossa integridade, defender a sanidade animal do nosso rebanho. Isso completa bastante o trabalho que os Governos dos Estados e dos Municípios e o Ministério da Agricultura têm feito com relação à proteção do nosso rebanho.

Sr. Presidente, estou satisfeito com os esclarecimentos do Sr. Ministro. Mais uma vez, meus cumprimentos pelo belo desempenho à frente da Pasta da Agricultura.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado, Sr. Senador.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, que disporá de cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, prezado conterrâneo, é com muita satisfação que me dirijo a V. Exª que, no passado, foi um dos Ministros mais moços da história deste País já tendo ocupado vários Ministérios e que, neste momento, tem um desempenho, realmente, muito importante e muito significativo para o nosso País na crise que atravessamos.

É importante porque, ainda que a crise se referisse ao Ministério de V. Exª – normalmente, na história deste País, o Ministério de V. Exª é pouco, digamos assim, respeitado – normalmente, as soluções seriam encontradas em outro local com muito pouca participação do Ministro da Agricultura.

V. Exª, que já vem tendo uma ação profundamente correta na agricultura do Rio Grande do Sul e do Brasil, teve um desempenho realmente merecedor do nosso respeito. E acho que V. Exª, junto ou acima dos demais Ministros do Governo, fez com que saíssemos não digo com a alma lavada, mas saíssemos bastante satisfeitos desse incidente. Um incidente que foi, de certa forma, uma provocação para nós.

Um parceiro como o Brasil, do tamanho do Brasil, da credibilidade do Brasil, não merecia, por parte de irmãos, que nem Canadá, Estados Unidos, México! Canadá, então, que conhece desde o primeiro expoente no Rio Grande do Sul. Há lá também a delegação do Paraná, que vem todos os anos, traz o seu gado e conhece o nosso. Nos anos em que fui Governador, a representação estrangeira mais numerosa

era a do Canadá, e era com quem tínhamos um tratamento mais efetivo. Era com a do Canadá!

De repente, uma atitude grosseira, vulgar, e que, de acordo com os próprios técnicos do Canadá, foi uma provocação. Quer dizer, que haja as suas questões com a tecnologia nossa, com os nossos aviões... Que bom! Quem diria que o Brasil, já a esta altura, estaria discutindo isso, teria os seus aviões cruzando os ares do mundo e tendo questões iguais a essa! Mas daí a tentar atingir o nosso setor primário! E logo onde levamos anos, e anos, e anos, para ganhar a credibilidade e o selo de qualidade que detemos hoje! Foi algo realmente que soou mal perante a minha sensibilidade.

Penso que esta seja mais uma questão, meu nobre Ministro, para nos certificarmos da importância que o Mercosul tem para nós. Ainda que, à primeira vista, imaginemos que Mercosul é Brasil, um pouquinho Argentina, e o resto, o Chile já está saindo, o Uruguai é insignificante! Mas, na verdade, se fizermos uma análise do Mercosul e dos países que ele pode abranger, verificaremos que, se essa é uma das regiões mais pobres do mundo, de mais miséria, de mais fome, de mais atraso e de mais analfabetismo, é também uma região onde, se todos nós nos integrássemos, não precisaríamos importar nada de ninguém, petróleo, minerais, matéria-prima, agricultura, alimentos, absolutamente tudo que for necessário. Poderíamos ser uma região próspera, rica, um mercado de consumo imenso, se inclusive tivéssemos a coragem, a começar pelo Brasil, de equacionar tremendas questões internas de injustiça social, a começar pela reforma agrária nos países da América Latina, a começar pelos desníveis sociais nos outros países da América Latina onde, se no Brasil a injustiça social já leva milhões à miséria, nos outros países esse desequilíbrio é ainda maior do que o nosso. A ideia do Mercosul é a que faz com que este continente tenha a grande condição de ocupar o seu espaço. E hoje, quando vemos que não é mais o Mercado Comum Europeu mas, pode-se dizer, a nação européia, verificamos que aquilo que parecia uma piada quando nasceu, depois da guerra, quando se imaginava sentar a uma mesa Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Polônia, países que se odiaram, que se mataram, que se esfaçalharam, hoje estão aí no maior exemplo fantástico de uma confederação de nações, a caminho de uma língua, a caminho de uma moeda, a caminho de um mercado, a caminho de um parlamento só.

Meu querido Ministro, meu prezado amigo, penso que esse é um grande caminho, e o Brasil é o grande responsável por ele. Durante muito tempo, ele não pôde ser trilhado porque os americanos de um lado e nós, do outro, fizemos o ridículo papel de espalhar-mos a tese de que a guerra entre a Argentina e o Brasil era inevitável. E V. Ex^a, como eu, sabemos que por causa disso a metade sul do Rio Grande do Sul vive a situação que está vivendo: quatro quartéis em Santiago, quatro quartéis em Alegrete, três quartéis em Livramento, três em São Borja. Durante 50 ou 100 anos, metade do Exército brasileiro estava na fronteira com a Argentina, à espera de uma guerra que nunca existiria; e o Rio Grande proibido de crescer. As estradas nossas tinham que ser de bitola estreita, não podíamos ter fábricas. Durante 50 anos, Uruguiana mandou a sua lã com a sujeira para São Paulo, porque nem lavagem de lã podia ter na fronteira do Rio Grande do Sul, porque isso se constituiria num perigo quando viesse a invasão argentina. Hoje, graças a Deus, isso terminou, mas penso que exatamente porque o Mercosul tem um lugar é que essa Alca vem num momento diabolicamente ruim para nós.

E eu estranho, meu querido Ministro, que não haja grandeza por parte dos Estados Unidos de que rerimpor a Alca, em que a negociação vai ser Estados Unidos/Brasil, Estados Unidos/Argentina, Estados Unidos/Chile e Estados Unidos/Canadá, mas não nos dão a chance de sentar em condições, de igualdade nunca, de respeito pelo menos.

Penso que V. Ex^a, o Presidente Fernando Henrique, o Governo e este Congresso vêm tendo uma boa atuação. O Senado votou uma moção total de solidariedade ao Mercosul dizendo que a Alca vinha no seu devido tempo, não agora. Estamos fazendo a nossa parte. Mas essa retaliação, a mim, soa, de certa forma como provocativa no que tange ao Mercosul, para mostrar que mesmo com o maior, o gigante, o Brasil acontece isso o que os coitados do Equador e Peru podem imaginar no futuro?

Por isso V. Ex^a, um gaúcho que sabe a importância, o significado que sempre essa matéria teve para nós do Rio Grande, perguntaria o que pensa V. Ex^a sobre essas reflexões, o que pensa V. Ex^a de como devemos aproveitar esse incidente grosseiro – que os próprios técnicos canadenses dizem que ocorreu por causa da questão da aviação e a partir daí inventaram uma crise que não existia, e quem diz isso são os técnicos, punidos por essa afirmação, mas ficou claro que não existia e que, na forma de retaliação, autori-

zados que foram, inventaram um problema que aqui não existia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Marcus Vinícius Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Quero inicialmente agradecer ao meu amigo e conterrâneo Pedro Simon a gentileza das suas referências. As reflexões de V. Ex^a são pertinentes. Os comentários sobre a metade sul do Rio Grande do Sul são muito precisos.

A metade sul do Rio Grande do Sul, para a qual estamos hoje tentando inventar programas, projetos para recuperar, foi vítima de uma estratégia de guerra provável ou guerra possível durante 50/100 anos e hoje é a região mais pobre do Estado e uma das regiões mais pobres do Brasil em alguns Municípios. Creio também – e este é um aspecto perverso – que, na negociação com o Mercosul, uma das regiões mais prejudicadas foi justamente a metade sul por causa do arroz, dos lácteos, da carne e do couro.

O Mercosul, em vez de ajudar a metade sul do Estado, acabou prejudicando-a mais ainda. Mas não tenho a menor dúvida em dizer a V. Ex^a que a opção brasileira natural é o Mercosul e que tudo de vemos fazer para viabilizá-lo. Aliás, ele já está viabilizado. Está passando por uma fase de uma certa estagnação depois de um período de grande crescimento, mas vai voltar a crescer. Ele cresceu, da mesma forma que a Comunidade Escandinava, da mesma forma que o Benelux. Quer dizer, é normal que países vizinhos estabeleçam uniões aduaneiras, unidades tarifárias, programas de integração. Na Europa, são vários os exemplos; na Ásia, são vários os exemplos. Aqui, o nosso exemplo é o Mercosul.

Não tenho dúvidas de que temos de fortalecer o Mercosul, sendo esta a nossa primeira opção. Uma das razões porque sempre defendi o fortalecimento e a ampliação do Mercosul com o Chile, com a Bolívia, quem sabe com outros países, é que fica muito mais fácil negociar com os americanos com um bloco maior do que país a país. A negociação país a país vai ser muito difícil, mas, se ampliarmos o Bloco, a negociação será mais fácil e, certamente, mais proveitosa.

Agora, esse debate sobre a Alca, em contraposição ao Mercosul, está deixando de lado uma coisa muito importante que tenho dito por aí de vez em quando. Nós já nos demos conta de que o Mercosul é o maior exportador de alimentos do mundo? Um dia desse, mostraram-me uma estatística. Não são os Estados Unidos. Estes são o maior exportador e im-

portador também. Nós somos os maiores exportadores líquidos de alimentos do mundo – de frutas a carne, de cereais a couros o que se quiser.

O que está faltando – e aí de novo um exercício difícil –, o que temos de fazer é um **marketing** do Mercosul, assim como temos que tratar dos assuntos da febre aftosa, e o estamos fazendo em conjunto com nossos parceiros do Mercosul, pois não existe a possibilidade de uma política isolada, temos que tratar de outros produtos. Talvez não possamos tratar sobre a carne agora, em face das emergências sanitárias, mas, mais cedo ou mais tarde, teremos uma carne do Mercosul, como teremos frutas do Mercosul. Está faltando arrojo, inclusive de algumas áreas empresariais para usar mais a marca Mercosul, que é de qualidade e de boa sanidade na grande maioria dos seus produtos. Acredito no Mercosul, acredito que essa fase de relativa estagnação nos ensinará a construir novos mecanismos para fortalecer a integração, e não vejo a Alca como uma ameaça ao Mercosul, mas, sim, o Mercosul como instrumento de uma negociação melhor para nós no âmbito da Alca.

Essa seria a síntese do meu pensamento sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Continuando o debate, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a foi muito feliz no total da exposição, mas é importante esclarecer que, quando V. Ex^a diz corretamente que nossa metade sul do Rio Grande do Sul, a zona mais carente, ao contrário do que se imagina, foi a que mais sofreu com o Mercosul por causa da concorrência existente entre o que produziu e o que produz o Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul produz arroz, a Argentina produz arroz; o Rio Grande do Sul produz trigo, a Argentina produz trigo; o Rio Grande do Sul produz carne; a Argentina produz carne; o Rio Grande do Sul produz lã, a Argentina produz lã; o Rio Grande do Sul produz frutas, a Argentina produz frutas; o Rio Grande do Sul produz ovelhas, a Argentina produz ovelhas; o Rio Grande do Sul produz leite, a Argentina produz leite.

São Paulo produz café, a Argentina não produz café; São Paulo produz banana, a Argentina não produz banana. Ou seja, facilitou para São Paulo e dificultou para o Rio Grande do Sul.

Foi por isso que nós – e eu acompanhei isso como Ministro da Agricultura do Governo Sarney e depois como Governador do Rio Grande do Sul integrando o grupo que criou o Mercosul –, no início, o pri-

meiro tratado que celebramos no Mercosul levou dez anos para a sua assinatura definitiva, isso porque entendíamos que esse era o prazo necessário para fazer as adaptações.

Isso aconteceu na Europa, onde o processo levou quarenta anos. Todos imaginavam no início que o vinho tinto português iria desaparecer concorrendo com o tinto italiano e o francês; que a champanhe espanhola desapareceria com a concorrência com a italiana; que os caminhões da Espanha desapareceriam concorrendo com os alemães.

No entanto, adaptaram-se. Criaram fórmulas pelas quais integraram-se. Em vez de uma empresa destruir a outra, fizeram uma sociedade e se integraram. Em determinadas regiões onde um produto não tinha condições de continuar a ser produzido, fizeram alterações, concederam prazo para que se mudasse de produção.

Não tivemos essa chance. Enfrentamos a Argentina, quando o nosso gado levava quatro anos para o abate e o deles, dois; quando uma vaca leiteira no Rio Grande do Sul produzia quatro ou cinco litros de leite e as deles produziam dezesseis, dezoito ou vinte litros.

O vale de Buenos Aires é um dos mais férteis e produtivos, como o vale do Nilo, do mundo. Para eles produzirem o trigo, lançam a semente e colhem o grão, sem a necessidade de inseticida, adubo ou coisa alguma. Quanto às frutas, a uva, por exemplo, eles produzem usando a água das geleiras que desce dos Andes e têm uma produção fantástica, doce como açúcar, de modo que eles podem produzir um vinho de altíssima qualidade. Enquanto nós, em nossa região vinícola, enfrentamos um inverno cujas chuvas caem, em um ano, em janeiro e no ano seguinte em fevereiro ou na colheita. A dosagem de açúcar, às vezes, é cinco, dez, quinze ou vinte, variando tremendamente de uma safra para a outra.

Então é preciso haver adaptações e temos condições de nos adaptar. O nosso vinho, no Rio Grande do Sul, sabe V. Ex^a, cresceu durante esse tempo todo, durante essa corrida, quando estava perdendo mercado e, hoje, já é de categoria.

Um caso que pode dar-nos o maior exemplo disso é a maçã. Passamos a vida inteira comprando maçã da Argentina. O Brasil passou a vida inteira importando maçã. Hoje, graças às produções do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, principalmente de Santa Catarina, a nossa produção de maçã é superior à da Argentina. A nossa maçã é muito melhor,

mais gostosa e tem muito mais qualidade do que a da Argentina. Nós nos adaptamos.

Agora, como isso foi feito com redução de prazo, não tivemos chance de ter essa preparação. Estamos fazendo isso pelo sofrimento. Sabe disso V. Ex^a muito melhor do que eu. São os produtores de São Borja e companhia, vendendo as suas terras, com a falta de entendimento e de grandeza por parte do Governo Federal, pois não conseguem acompanhar as dívidas, multiplicadas nos seus juros. Na região, há famílias tradicionais de produtores fixadas na terra há 400 anos. Contudo, essas propriedades, que sempre tiveram um valor fixo em dólar, estão sendo vendidas e hoje praticamente não valem coisa nenhuma.

Realmente, V. Ex^a tem muita razão quando diz que a região vive um momento difícil. Apesar disso, existe aquela história de o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste voltarem os olhos para o Sudeste – portanto, para São Paulo –, esquecendo-se do Sul, que não é São Paulo. Quando olham para o Sul, não tomam conhecimento da metade sul, que não é o Sul. Por isso, os planos de V. Ex^a são importantes nesse sentido. É importante, quanto ao Mercosul – e só digo isso porque V. Ex^a fez uma afirmativa muito séria e importante para nós, gaúchos, para a nossa metade sul das regiões mais pobres do Brasil –, apresentarmos um projeto concreto, porque agora, com o episódio da Argentina, que envolve Uruguaiana – depois de tanto tempo, terão energia em abundância –, temos condições de fazê-lo. Inclusive eu, quando Governador, meu prezado Ministro, apresentei uma proposta ao então Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que continua ocupando o cargo, de fazer um distrito triindustrial em Uruguaiana, na região fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, aproveitando os produtos dos três países, a fim de promover uma área de desenvolvimento, sendo ali talvez um grande modelo do que pode ser o Mercosul nesse sentido.

Mais uma vez agradeço a V. Ex^a e quero dizer que fico muito feliz em vê-lo aqui, em ver o seu brilhante desempenho. V. Ex^a está recebendo o aplauso da Casa.

Muito obrigado.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

Devido ao grande número de interessados no debate, eu pediria aos Srs. Senadores inscritos que li-

mitassem o seu tempo ao que foi determinado no início da sessão: cinco minutos para a interpelação, cinco minutos para a resposta do Sr. Ministro e dois minutos para a contradita.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT SP) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Sr. Ministro da Agricultura, Pratin de Moraes, existem duas fontes básicas para que a doença da vaca louca chegue ao País: por meio de animais já infectados ou por meio da ração animal fornecida ao rebanho – a farinha de osso, a farinha de carne ou a farinha de sangue, alimentos proibidos, por exemplo, pelo governo inglês. A revista **Isto É** de nunciou que o País importou esse tipo de ração. Na edição de hoje da revista, no artigo "À sombra de um outro Brasil", está publicado que determinada página da Internet informava, até a semana passada, que o gado brasileiro consome 66 mil toneladas de farinha de carne por ano, um dos maiores suspeitos de ser a origem da síndrome da vaca louca na Europa. Isso aparecia até quarta-feira, dia 7, no **site** de uma empresa paulista especializada na venda de ingredientes para rações animais, Aboissa Óleos Vegetais. Depois, quando o operador dessa empresa soube que dialogava com um repórter da **Isto É**, ele disse que se tratava de importação anterior. Mas pergunto a V. Ex^a: de fato, existem importadores de farinha de osso ou farinha de sangue no Brasil? A destinação é realmente como ração animal? Há alguma medida específica do Ministério da Agricultura a respeito desse assunto?

Sr. Ministro, passo ao segundo ponto: ontem, o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Márcio Fortes de Almeida, afirmou que o relatório a respeito dessa questão da vaca louca havia sido enviado em julho de 1998 ao Governo do Canadá. Desde então, diz nunca ter recebido qualquer outro pedido do Canadá contestando as informações enviadas. Já o representante canadense insiste em confirmar que protocolou resposta no Ministério em 1998, quando dizia serem insuficientes as informações prestadas pelo Governo brasileiro. Eu agradeceria se V. Ex^a pudesse esclarecer inteiramente a verdade desse episódio.

No que diz respeito à febre aftosa, pergunto ao Ministro Pratini de Moraes quais são as medidas preventivas que está tomando o Governo brasileiro. Hoje, diversos países têm limitado a importação de carne de país onde se registrou a incidência da aftosa. Da parte do Brasil, que iniciativa está havendo, por exemplo, do ponto de vista da cooperação com outros paí-

ses vizinhos do continente, como a Bolívia, que sozinha dificilmente conseguiria combater focos de eventual doença? Quanto ao consumidor brasileiro, como ele fica diante de situações como a da carne argentina, por exemplo, cuja importação está sendo proibida nos Estados Unidos? As carnes européias que porventura tenham problemas dessa natureza podem estar entrando no Brasil? Enfim, quais são as medidas preventivas e de cooperação com os países do continente sul-americano que o Brasil está tomando?

Para concluir, Sr. Ministro, ontem perguntei ao Ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores, sobre a possibilidade de uma ampla consulta antes da tomada de decisão tão importante sobre a Alca que o Governo do Brasil está por fazer. O Ministro Celso Lafer mencionou que acredita ser da maior importância que se consultem todos os segmentos possivelmente afetados. Poderia haver um grande debate, obviamente incluindo-se o segmento dos produtores e de todos os envolvidos com a agricultura. Na Suíça, acabava de ocorrer um plebiscito sobre a adesão do país à União Européia. Em outros países europeus, houve recentemente consultas populares para a decisão de ingresso ou não na União Européia. Como considero importante esse ponto, estou preparando um projeto de lei dentro da regulamentação do plebiscito e deferendo decidida recentemente pelo Congresso Nacional. Aliás, trata-se de uma proposição do Deputado Almino Afonso, aqui aprovada. Gostaria de perguntar a V. Ex^a como avalia a proposta de o povo brasileiro ser consultado por ocasião das eleições para a Presidência da República em 2002, por exemplo, sobre se deve o Brasil participar ou não da Alca, obviamente depois de muito bem esclarecida a natureza do ingresso do Brasil na Alca e suas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo a palavra ao Ministro Pratini de Moraes pelo prazo de cinco minutos, para a devida resposta.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Eduardo Suplicy, espero ter anotado todas as suas perguntas. No entanto, se não o tiver feito, pedirei, por gentileza, que as repita.

Com relação à farinha de carne, houve uma importação de 150 quilos para teste em ração de cães. Não há importação regular. Importações para testes de produtos que não são utilizados no consumo corrente são eventualmente autorizadas e ocorrem em pequenas quantidades – no caso, são 150 quilos.

A farinha de carne é permitida para ração de aves, mas não de ruminantes. Aliás, o Brasil proibiu,

em 1996, o uso de ração de ruminantes para ruminantes e de mamíferos para ruminantes. O grande problema da BSE e da sua propagação é a ingestão por um ruminante de ração que tenha resíduos de células nervosas de outro ruminante evidentemente contaminado.

Gradualmente, de 1990 até 1996, o Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, tomou todas as providências para proteger-se contra o mecanismo de propagação da doença que se fazia mediante ração animal.

Com relação à aftosa, há uma estreita colaboração entre os produtores do Mato Grosso e da Bolívia. Até agora, foram doadas 400 mil vacinas contra aftosa para serem aplicadas no gado de uma espécie de zona tampão que se está construindo na Bolívia, na fronteira com o Brasil. Estamos acompanhando esse trabalho, temos discutido essas questões com o Governo boliviano e estamos assistindo a um trabalho de cooperação entre produtores brasileiros e bolivianos que parece bastante eficaz e que deve cobrir a quase totalidade – senão a totalidade – dos animais na região fronteira ao Brasil.

Com relação à Argentina, temos um trabalho de colaboração estreita com o Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar – Senasa, o serviço sanitário argentino. Há 15 dias, estive no Brasil o Dr. Machinea, do Senasa, e conversou com o Dr. Luiz Carlos de Oliveira, do nosso SDA – Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário, combinando ações conjuntas. A minha intenção, logo que baixe a poeira em Buenos Aires, após toda essa mudança de Governo, é conversar com o novo Secretário de Produção, Indústria e Agricultura, para restabelecer os entendimentos que temos tido com a Argentina no âmbito do Ministério da Agricultura ou Secretaria de Agricultura.

Da mesma forma, com o Ministro Gonzalez, do Uruguai, temos linha telefônica permanentemente aberta. O acordo entre os Ministros da Agricultura da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Brasil, além dos acordos formais, é informal de comunicação e de prévio aviso. Qualquer problema sério em algum dos países que possa requerer uma ação de defesa sanitária é previamente comunicado ao outro país pelos Ministros. Geralmente conversamos os quatro.

Com relação ao Uruguai, é bom lembrar que esse país está livre de aftosa, sem vacinação. É o mesmo **status** do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, de forma que trocamos freqüentemente informações quando surgem emergências sanitárias. Tive-

mos uma emergência sanitária em Jóia, Rio Grande do Sul, em agosto do ano passado, que foi acompanhada pelos veterinários uruguaios; e tivemos uma emergência sanitária no Uruguai, em Artigas, onde fui pessoalmente acompanhar as ações. Procuramos, então, manter as ações de defesa informadas entre os países.

Com relação à carne da Europa, não a compramos, e, desde 1990, vimos restringindo a importação de gado em pé. É proibido trazer da Europa qualquer produto e carne.

A vigilância sanitária já foi acionada para proibir inclusive a importação de enlatados que contenham carne, como, por exemplo, o molho bolonhesa. Também não é permitido o ingresso no Brasil de queijos franceses ou de presunto espanhol, porque eles podem ser portadores de alguma doença.

Com relação à Alca, é absolutamente fundamental que todos os segmentos da sociedade sejam consultados e participem. Não sei se o plebiscito é a melhor solução num País dessas dimensões. Poucos países o praticam. A Suíça o adota, mas se trata de um país pequeno. Não sei se seria cabível, numa Nação como o Brasil, utilizar o plebiscito para discutir uma questão de negociação econômica, principalmente por se tratar de um país muito heterogêneo em termos de interesses econômicos.

De qualquer forma, no que diz respeito ao Ministério da Agricultura, haverá em São Paulo, na próxima semana, mais uma reunião com a cadeia do agronegócio para discutir com a Confederação Nacional da Agricultura, com a sociedade rural e com outras entidades representativas da agricultura nacional os pontos de vista.

A posição que tendemos a adotar na agricultura ainda não foi formalmente apresentada a meus colegas da Camex. Mas, em princípio, se abrirem mercados para os nossos produtos, poderemos negociar; caso contrário, não há o que negociar. Essa posição é muito clara. O que queremos? Queremos negociar; queremos entrar com solúvel; queremos óleo de soja, açúcar, redução da tarifa do suco de laranja, menos tarifa para calçados, menos restrições em aço. Enfim, há uma lista inteira de produtos do agronegócio e do setor manufatureiro.

Quanto ao Canadá, como tive oportunidade de mencionar durante o meu pronunciamento inicial, o Governo brasileiro recebeu uma consulta do Canadá, em junho de 1998, que foi respondida em julho de 1998, sobre a questão da BSE. E nunca mais houve qualquer consulta a respeito. Houve, inclusive, notícia

de que teria sido entregue a uma funcionária do Ministério mais uma consulta. Falei com essa funcionária, a Dr^a Denise Mariano, à época, coordenadora de febre aftosa e sem nenhuma relação com BSE. Ela não recebeu essa consulta, mas, se tivesse recebido, certamente teria respondido. Não haveria nenhuma dificuldade.

Houve, nessa questão, uma grande preocupação de dizer que os brasileiros não respondem a comunicações. Respondemos, sim! E não aceitamos que venham dizer que somos inadimplentes. Tive o cuidado de mandar verificar em todos os arquivos e registros de protocolo do Ministério se havia alguma consulta, alguma correspondência não respondida. E nada foi encontrado! Tudo o que pedem ao Brasil informamos. Acho até que informamos demais!

Quanto à vaca louca, o relevante é a cadeia de alimentação. Como eles sabem que, na alimentação utilizada no Brasil, não há possibilidade de contaminação, eles vêm para a rastreabilidade, pedindo informações enormes sobre gado importado. Esquecem que o problema da vaca louca ou da BSE, na Europa, passou a ser agudo em dezembro do ano passado, quando constataram a presença da doença na Alemanha, país de onde importamos o maior número de animais.

O fato de se trazer animais de um país não significa que haja a possibilidade de introdução da doença. Isso ocorre se esses animais entram na cadeia alimentar. E essa tem sido a tese brasileira que eles, muitas vezes, não querem aceitar.

Temos de trazer essas pessoas ao Brasil e fazer como fizemos: levar a Campo Grande; depois, a Lins e a Ribeirão. Sobrevoamos aqueles canaviais de Ribeirão, os mais bonitos do mundo, para elas verem que este é um País verde! Esta é a tese que o Brasil deve insistir. Temos de repetir insistentemente que, no Brasil, boi come pasto! No Brasil, boi é herbívoro! Não é culpa do Brasil se, na Europa, boi virou canibal ou carnívoro. O boi do Piauí certamente é herbívoro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ministro Pratini de Moraes, considero importante a mobilização que V. Ex^a realiza, inclusive, como mencionou, na próxima semana em São Paulo, a fim de informar e ouvir todos os segmentos do setor da agroindústria, que tem interesse específico na implementação ou não da Alca, bem como no fortalecimento do Mercosul.

Gostaria de transmitir a V. Ex^a que considero o assunto importante para os 170 milhões de brasileiros. A Constituinte de 1988 assegurou o direito de realização de consulta popular, de plebiscitos. Considero esta uma prática saudável em alguns outros países. E, mais e mais, poderemos utilizá-la, criando até uma tradição exatamente a respeito de assuntos que transcendem interesses tais como a constituição ou não da Alca e em que prazo.

V. Ex^a há de convir que quando os Presidentes dos Estados Unidos George Bush, Bill Clinton e George W. Bush mencionam que gostariam de implantar, até 2005, uma grande área de livre comércio do Alasca à Patagônia, muitas vezes estão pensando mais nos interesses daquelas empresas que gostariam de aqui vender bens de serviços através das fronteiras, de participar de licitações públicas, e nem sempre pensando na condição do próprio ser humano. Eles não estão propugnando, por exemplo, que seja dada total liberdade ao ser humano, nas três Américas, de estar indo e vindo, de ter os mesmos direitos sociais. Se um dia tivermos essa perspectiva, quem sabe esta questão da decisão de constituir uma união econômica dos três continentes das Américas, próximo daquilo que está por acontecer na União Européia, tomará uma outra figura, uma outra natureza. Então, eu gostaria de ressaltar que talvez seja até muito interessante que os brasileiros venham a tomar uma decisão a respeito desse assunto por meio de um plebiscito.

Agradeço as informações prestadas por V. Ex^a.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Suplicy, estou recebendo a informação agora e gostaria de adicioná-la à resposta que dei sobre a questão de cooperação no âmbito da América Latina.

Hoje foi debatido, em Assunção, o Plano Regional do Cosalfa, plano regional de combate à aftosa; foi ampliada a doação de vacinas e criado o novo sistema de assistência à Bolívia; foi feita uma reunião bilateral com o Paraguai para discutir questões de interesse comum; e também foi feita uma reunião bilateral entre o Brasil e a Argentina, em que o nosso representante manifestou o nosso apoio e solidariedade àquele país, no momento em que enfrenta um novo surto de febre aftosa. E o último ponto acertado na reunião de hoje foi um passo adicional no sentido do fortalecimento do Centro Pan-americano de Combate à Aftosa, o Panaftosa, que está localizado no Rio de Janeiro e para o qual nós estamos alocando recursos para construir lá um laboratório de alta segurança, tipo aqueles que vemos nos filmes de **science fiction**, para poder manipular esses vírus exóticos e es-

sas doenças que podem ser introduzidas aqui. E isso será feito pelo Panaftosa com recursos aportados pelo Ministério da Agricultura para uso em toda a região.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Por permuta com o Senador Jonas Pinheiro, do PFL, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, Líder do Partido nesta Casa.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Pratini de Moraes, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer a meu colega de bancada, Senador Jonas Pinheiro, a gentileza de haver permutado o tempo comigo.

Mas eu queria, Sr. Ministro, inicialmente, congratular-me com V. Ex^a pela maneira patriótica, lhana, correta, firme com que se houve em todos os episódios que envolveram a questão canadense. Aliás, o colega de V. Ex^a de Ministério, Ministro Celso Lafer, salientou essa circunstância na exposição que enviou a esta Casa e o fez também da tribuna que hoje V. Ex^a ocupa.

Não sou nem gosto de ser repetitivo, mas vou me permitir repetir um pouco do início do que disse ontem na interpelação ao Ministro das Relações Exteriores, para dar uma concepção inteiramente pessoal.

Tive a oportunidade de verificar que o Canadá – e creio que por três ocasiões – já motivou plebiscitos visando à sua própria divisão. Tudo começou quando, na década de 60, o Presidente De Gaulle fez o voto de desejar em Quebec que ela fosse livre. Os dois primeiros plebiscitos foram para responder “sim” ou “não”, que foram derrubados por boa margem de votos. Ou melhor, a causa de separação foi derrubada por larga margem de votos.

Já no último eu assisti um pouco dos debates no Canadá, quando lá estive em 1995 – aliás, era Cônsul em Toronto o excepcional assessor internacional de V. Ex^a, o Ministro Athayde –, e nos debates travados em torno da divisão a pergunta formulada foi mais inteligente: “Você aceitaria que, eventualmente, o Governo de Quebec encetasse negociações com o Governo de Ottawa visando uma eventual separação?” Era algo mais ou menos assim. E aí houve o risco, porque para iniciar negociações é mais fácil responder “sim”. E, por 1% apenas, não houve a divisão.

Isso, a meu ver, Ministro Pratini de Moraes, demonstra à saciedade que um país que é membro do G7 e do G8, do tamanho do Canadá, com a importân-

cia econômica e internacional que ele tem, que se dá o luxo de pensar numa divisão, já demonstra que politicamente é um país dúbio.

O Governobrasileironão precisadizerisso, muito menos o Ministro das Relações Exteriores, nem V. Ex^a; mas eu, como Parlamentar, que tenho direito a esta tribuna, e V. Ex^a, que honrou esta Casa por tantos anos, sabe que eu tenho o direito de dizê-lo. Já se falava também que lá no sudoeste canadense, Vancouver, eventualmente, no caso de divisão, gostaria de associar-se aos Estados Unidos, incorporando-se ao Estado de Washington.

Isso é apenas para demonstrar a V. Ex^a o encaminhamento da pergunta que faço: é de que a mim me parece que, nesse episódio todo, tão bem respondido tecnicamente por V. Ex^a e pelo Ministério da Agricultura, houve uma inserção política, por causa do caso Bombardier **vis-à-vis** Embraer-145. Parece-me ter sido só isso. Nada mais do que isto: uma retaliação. Aliás, nem retaliação foi, porque não agimos nesse sentido. A mim me parece que foi exatamente o conteúdo político, porque foi uma grande injustiça com o Brasil, e é a primeira das perguntas que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Sr. Senador Hugo Napoleão, agradecendo as palavras de V. Ex^a, quero dizer que estou inteiramente de acordo. Essa decisão que o Canadá tomou e implantou através do embargo não tem nada de sanidade. Do ponto de vista sanitário, ela invocou risco teórico. Não conheço na história das nações e das relações econômicas entre nações o estabelecimento de restrições ao comércio fundamentado em risco teórico. Risco teórico existe para tudo e para todos a todo tempo. Então, não há a menor dúvida de que esta inspiração foi política e fundamentada neste contencioso aeronáutico, sobre o qual ontem, creio, o Ministro Celso Lafer deu mais informação.

Acrescento apenas outro ingrediente que esteve presente nessa discussão com o Canadá, ao qual não se fez muita referência aqui. Há poucos anos, o Canadá era o terceiro exportador mundial de carnes; o Brasil não aparecia na lista. Hoje, o Canadá é o quinto exportador e o Brasil, o terceiro.

O Brasil está incomodando. Temos que nos preparar porque cada vez que assumirmos um espaço nesse mercado sofreremos restrições e retaliações de toda ordem. Essa progressiva ascensão do Brasil no mercado internacional e as conseqüentes reações

são naturais. Temos que estar mais bem preparados, inclusive tecnicamente, com equipes mais qualificadas. Sugeri ontem, por participar muitos seminários sobre exportação, que parem de fazê-lo e usem o dinheiro no aprendizado de inglês, para, depois, irem às feiras vender. Deveríamos proibir seminário de exportação, pois repete-se a reclamação dos empresários em relação ao PIS, ao Cofins e à CPMF – que existirão enquanto não conseguirmos acertar essas contas – e a pequenos detalhes burocráticos. Temos que sair e vender. Precisamos deixar de ser o maior país comprador do mundo para ser um país vendedor. No momento em que começamos a vender avião até a nossa carne foi agradável. Mas é assim mesmo. Penso temos que estar preparados para esta questão.

V. Ex^a referiu-se a uma certa falta ou insuficiência de seriedade neste País, o que me preocupou neste debate, e eu deveria, talvez, esta resposta ao Senador Eduardo Suplicy. O Canadá invocou para tomar esta decisão, além do risco teórico, um documento da FAO que nunca existiu. Isso foi muito preocupante, e nos dirigimos à FAO para perguntar se o documento existia. O documento não existia. Chegamos ao ponto de, por meio da representação aqui, perguntar onde é que estava o documento. Recebi uma resposta formal do representante da FAO no Brasil, na qual dizia que este documento não existe. Como é que um país invoca um documento de uma organização internacional para embasar uma decisão restritiva sobre as carnes de um país detentor do maior rebanho comercial do mundo e o documento não existe? Isso é muito preocupante. E esses dados, evidentemente, fornecemos ao Ministério das Relações Exteriores, uma vez que cabe ao Itamaraty tomar alguma ação. Realmente, se a prática for essa agora, teremos que apelar para outros instrumentos também de defesa comercial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Concedo dois minutos ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Cumprirei, Sr. Presidente. Finalmente, Ministro Pratinide Moraes, o Ministro Celso Lafer, disse ontem que o Brasil iria procurar na OMC algum instrumento que permitisse responsabilizar governos cujos serviços de defesa de saúde pública adotassem medidas sem fundamento que viessem a causar prejuízos à economia de qualquer país membro. E disse mais: "Estamos examinando também todas as possibilidades jurídicas de levar o Canadá a responder na OMC pelas injustas ações tomadas neste caso". Há quem diga que a essa organização internacional defende países ricos; pes-

soalmente não tenho essa concepção, até mesmo porque estamos postulando agora, no caso dos aviões, uma nova ação junto ao OMC. E, embora não estejamos entre os países ricos mas em desenvolvimento do grupo dos 77, pobre também não somos, mas industrializados. Não creio muito nessa assertiva, mas gostaria de ouvir V. Ex^a sobre o assunto da questão da OMC.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Hugo Napoleão, partilho com V. Ex^a essa visão de que a OMC pode ter os seus pecados, mas, sendo ela um organismo que defende e regula o comércio multilateral, ao Brasil interessa dela participar. Creio que ao Brasil interessa o multilateralismo do comércio, porque somos um **global player**, como dizem; somos um país que vende para o mundo inteiro.

Um país como o Canadá, que destina 85% das suas exportações para os Estados Unidos e apenas 15% para outros países, talvez não precise ser membro da OMC.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – O percentual é impressionante!

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Esse é o percentual. E o México vai pelo mesmo caminho. O nosso maior mercado é a União Européia, ao qual destinamos de 28% a 30% de nossas exportações. Também comercializamos com os Estados Unidos, Extremo Oriente, Oriente Médio, África e Mercosul, nosso grande parceiro. Assim, temos interesse em preservar a OMC, embora reconheçamos que algumas de suas regras não foram feitas para nós, mas para o G-8; aliás, para o G-7, porque cremos que a Rússia não participa dessas vantagens. Disso não tenho a menor dúvida.

Entretanto, a nossa presença na OMC, a atuação dos nossos Embaixadores – hoje, de Celso Amorim e, antes, do atual Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer – tem sido importante. O Brasil é muito consultado pelas outras nações em desenvolvimento. Portanto, a nossa presença deve ser preservada e devemos nos manter na OMC. Contudo, isso não vai impedir que algumas figuras como muitos Ministros da Agricultura certamente protestem contra as regras da OMC. Sou um deles, mas é preferível ter um lugar onde, pelo menos, eu possa protestar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, estou plenamente satisfeito com as ponderações do Sr. Ministro, a quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Existem dez oradores inscritos que desejam

participar deste debate. E a sessão para esta finalizada se encerrará às 18 horas e 53 minutos.

Então, solicito novamente aos Sr^s Senadores que se restrinjam aos cinco minutos iniciais e nos dois minutos da contradita, para que todos tenham o direito de falar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto, do PTB, de Minas Gerais.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, Sr. Ministro, cumprimento V. Ex^a pelo trabalho que vem realizando no Ministério da Agricultura, buscando o aumento da produção, da produtividade, da qualidade dos nossos produtos, ouvindo naturalmente os reclames dos produtores, o que é natural, mas sabendo representá-los bem tanto no País quanto no exterior.

Cumprimento-o também pela determinação com que V. Ex^a e o Governo brasileiro, o Presidente Fernando Henrique, o Ministro Celso Lafer se houveram nesse episódio do Canadá, Estados Unidos e México. Essa determinação, os argumentos técnicos de que dispunham e a vontade política permitiram a resolução da questão em um espaço muito curto. Mas restou fatos a respeito do qual temos que refletir. As barreiras sanitárias, todos nós conhecemos, mas sabemos que haveremos de enfrentar outros desafios. O primeiro desafio é o da febre aftosa, cuja erradicação é um trabalho que V. Ex^a vem realizando muito bem. Devemos ter, no mês de maio, em Paris, o reconhecimento pelo OIE de mais uma grande parcela do território brasileiro e de grande parte do nosso rebanho – aproximando-se de 70% do rebanho – considerados livres de aftosa.

Um grande mercado se abre, mas, como veio agora a vaca louca, outros pontos haveremos de enfrentar. As chamadas barreiras sanitárias constituem uma realidade e haveremos de assumir essa posição.

Minha primeira pergunta, para que V. Ex^a possa, neste momento, esclarecer aos Srs. Senadores e à sociedade brasileira é: tivemos com isso benefícios, pois V. Ex^a disse que agora a carne brasileira recebe o reconhecimento da sua qualidade. É inquestionável. Tínhamos, num primeiro momento, uma dúvida em relação à nossa carne, mas hoje há o consumo consciente de que é uma carne de qualidade. Entretanto, fica para todos nós uma dúvida. Com isso tivemos também um prejuízo, e naturalmente deve haver a busca para a sua compensação. V. Ex^a fala nas negociações que deverão ocorrer, mas haveria disposição do Governo brasileiro, na OMC, de buscar formas de ressarcimento desse prejuízo, responsabilizando os

técnicos pelas medidas tomadas, haja vista que não tinham fundamento, e, sendo assim, o prejuízo é inconteste?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com a palavra o Sr. Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Arlindo Porto, ex-Ministro da Agricultura e do Abastecimento, quero agradecer as suas palavras generosas. Vindas de quem já exerceu o Ministério da Agricultura e do Abastecimento com brilho e competência de V. Ex^a assumem uma dimensão especial para mim. Muito obrigado.

V. Ex^a marcou a sua passagem no Ministério da Agricultura com duas ações muito importantes: uma foi o Pronaf, que é um grande instrumento de apoio à agricultura familiar, e outra foi a continuação e ampliação do programa de erradicação da aftosa no Brasil. V. Ex^a tomou decisões importantes nessa área que certamente foram fundamentais para que o programa seguisse nos seus trilhos. Penso que essa é a primeira tarefa a que temos de dar seqüência. É o que chamo o dever de casa. Cada vez mais o dever de casa do Ministério da Agricultura, na área da sanidade animal e vegetal, é fundamental para embasar as nossas posições no plano internacional.

Com relação à OMC, temos três ações possíveis. A primeira já foi proposta pelo Ministério da Agricultura no sentido de que o Brasil encaminhe protesto formal ao Comitê Fitossanitário da OMC para que seja chamada a atenção do Canadá, imposta alguma penalidade e revisto o sistema de trabalho e as normas do Comitê para que não se repitam mais ações como essa, pois trata-se de uma questão de normas. Além disso, é uma chamada de atenção a um país que se comportou de forma inadequada.

A segunda ação, evidentemente, diz respeito àquela a que o Ministro Celso Lafer já se referiu ontem. É uma ação que está sendo estudada e que visa verificar se temos condições de cobrar uma multa, uma indenização, pelo fato de essa ação de embargos ter sido realizada sem fundamentação técnico-científica, contrariando inclusive os pareceres dos cientistas do País. Tal questão certamente será conduzida com a competência habitual do Embaixador Celso Amorim, em Genebra. É claro que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento já deu e continuará dando todo o apoio e todo o suporte técnico de que o Itamaraty necessitar.

A terceira ação foge ao escopo da OMC, pois refere-se à ação dos empresários. Já tive a oportunidade de trocar idéias com os dirigentes dos principais

frigoríficos afetados, e os seus advogados estão estudando as ações que podem ser tomadas. Prudentemente, eles decidiram aguardar que tudo se normalizasse – e já está tudo normalizado desde o final da última semana –, para ingressar com ações no campo da justiça canadense.

Pessoalmente, considero o embargo – ainda que inspirado por outras razões políticas – um episódio encerrado. O nosso interesse hoje é fazer negócios com o Canadá, sabendo que, eventualmente, nesses negócios, podem haver técnicas pouco habituais. Mas, trata-se de um grande mercado e temos interesse em negociar com o Canadá e vender a nossa carne lá, ainda que o volume seja muito pequeno. Estou seguro de que os empresários saberão adotar as medidas cabíveis na defesa dos seus interesses. O maior problema que tivemos foi, felizmente, a velocidade: conseguimos evitar o efeito dominó, com o cancelamento dos embargos em grande número de outros países. O mal maior conseguimos evitar. Isso faz com que nos concentremos mais nos instrumentos, nos mecanismos e nas normas da OMC, que devem ser adequadas para que isso não se repita.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Retorno a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Sr. Ministro, há outro questionamento que farei, muito mais por demanda de lideranças do setor da pecuária. Estamos falando bastante em pecuária de corte, mas há a pecuária de leite, também de alta importância para o Brasil, que é grande produtor nesse campo. Entretanto, existe também uma concorrência muito desleal com os subsídios – não aprofundaremos essa questão já exposta por V. Ex^a, pontuando alguns países que subsidiam de maneira muito forte. Com isso, os produtos de lactos no Brasil enfrentam essa concorrência desleal. Sabemos dos desafios e do trabalho incessante que V. Ex^a e toda a equipe do Ministério têm procurado realizar. Mas a grande preocupação é a chamada triangulação da entrada de produtos. O questionamento não é tanto para o meu esclarecimento, mas para uma orientação mais ampla à sociedade brasileira sobre o trabalho que está sendo feito e o que o produtor pode esperar dessa triangulação para diminuir o seu prejuízo e colocar-se em condição de competitividade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Sr. Ministro tem mais dois minutos.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Arlindo Porto, com relação ao leite, V. Ex^a tem acompanhado as ações tomadas pelos produtores,

com nosso apoio inclusive, relativamente à medida antidumping, que foi acolhida; e, afinal, foi feito um acordo com a Argentina e também, creio, um entendimento com o Uruguai, no sentido de evitar uma concorrência predatória. Acredito que, com relação à Argentina e, particularmente, ao Uruguai, não devemos ser muito restritivos. A preocupação deve ser mesmo com o leite que vem de fora. Aí a minha proposta é pura e simplesmente tarifária. A única resposta que o Brasil tem para produto subsidiado é o aumento da tarifa. Tem que ser isso. O nosso suco de laranja paga 45% para entrar nos Estados Unidos. Certos tipos de carne brasileira pagam 300% para entrar na Europa. Fora a cota Hilton, o imposto pode chegar a 300%. Então, por que aqui no Brasil todo mundo quer que a tarifa máxima seja 20%? Por que automóvel não é 20% e tem que ser 35%? Por que alho não é 35% e automóvel também? Tem algum coisinha errada. O que acho é que precisamos rever a nossa estratégia de formulação de tarifa externa, inclusive no âmbito do Mercosul. Entendo que se esse produto tem subsídio na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, deve ser tarifado. Não podemos importar subsídio porque é um crime que se comete contra a agricultura e contra a Nação. Se há subsídio, tarifa.

Na questão do leite, para terceiros países simplesmente aumentar a TEC, que já propus fosse aumentada para o leite, para o arroz, para o alho, para o pêssego, para o coco, uma vez que não podemos importar coco com subsídio, competindo com o Sergipe, com o Ceará e com outros Estados. Isso é inaceitável.

Em relação à triangulação, os instrumentos e mecanismos que hoje estão em prática a impedem. O que quero é que, se alguém detectar um caso, telefone para o Ministério para a Secretaria de Defesa Agropecuária, que têm soluções claras, como fizemos para o alho e outros produtos, caso em que apreendemos o produto triangulado na hora.

Tenho dito isso aos nossos líderes da agropecuária no Conselho Nacional de Agropecuária Leiteira e à CNA. Repito: o que precisamos é receber informação, porque agiremos com muito rigor. Quem fizer triangulação no leite vai pagar muito caro.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Durante o discurso do Sr. Arlindo Porto, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Ademir Andrade. S. Exª dispõe de cinco minutos para sua indagação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro Pratini de Moraes, eu me dou por satisfeito com a exposição de V. Exª no que se refere à crise do Canadá. Parabeno-o pela atitude que teve desde o primeiro momento com relação a esse fato. É evidente que o povo brasileiro deu uma demonstração de unidade e reagiu a essa atitude do Canadá, mobilizado, talvez, pela enorme expressão que deu a imprensa a essa questão. O próprio Presidente, talvez seguindo a indignação da população brasileira, fez quase uma declaração de guerra ao Canadá, quase uma ameaça. Achei extremamente correta a atitude de Sua Excelência, embora tenha sido reflexo da coisa que o povo queria e desejava que fosse feito.

Minha dúvida, Ministro, é que, na sua exposição, V. Exª faz uma análise dos subsídios que os países desenvolvidos do Primeiro Mundo, basicamente os países europeus, os países do hemisfério norte, dão à agricultura e à pecuária em seus respectivos territórios. V. Exª faz uma análise como se fosse algo próprio ou inadmissível. E eu fico fazendo a comparação com o que acontece conosco e o que acontece com a agricultura, com a pecuária, com a pesca, enfim, nos chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo.

O Brasil é a quinta nação do mundo em extensão territorial, a segunda nação do mundo em área agricultável, e tem uma população razoável de 169 milhões de habitantes. Eu queria que V. Exª avaliasse isso. À época da ditadura, havia mais incentivo à agricultura do que existe hoje nos governos civis, nos governos democráticos. Havia mais estímulo do que existe hoje, havia uma redução de juro em quem tomava dinheiro para aplicá-lo na agricultura. Eu queria que V. Exª nos dissesse por que razão há tão pouco subsídio, há tão pouco estímulo a esse setor.

Ouvia tentamente V. Exª, inclusive as várias respostas que deu aqui às inúmeras indagações. Em determinados momentos, V. Exª parece um Ministro de oposição, pelas posições firmes, seguras, que tem a respeito de determinadas questões. Em muitos casos, V. Exª soma suas opiniões às nossas. Parece que tem dificuldades no próprio Governo, porque as suas idéias, pelo que ouvimos aqui, são extremamente avançadas em comparação àquilo que, na prática, o Governo executa.

Então, fico pensando nas suas dificuldades e gostaria que V. Exª as expusesse, para que pudésse-

mos ajudá-lo, porque essa é a nossa intenção. Esse, para nós, é um setor muito pouco estimulado. Segundo o último senso – registre-se aqui, Ministro, talvez V. Ex^a possa contribuir para mudar essa situação –, a população urbana foi estimada em 82,5% do total da população. Talvez seja um dos países mais urbanizados do planeta. E isso, evidentemente, se dá em função, primeiro, da concentração da propriedade da terra. Isso também se dá em função do pouco incentivo que existe nessa área da agricultura. Essa situação absurda precisa ser modificada, porque a concentração urbana está gerando a miséria, a prostituição, o banditismo, a delinquência, o seqüestro, a violência. Não é possível atender às necessidades desses trabalhadores que se deslocam até a cidade a fim de buscar o conforto que não possuem no campo. Às vezes, eles têm razão de sair, pois objetivam um pouco mais de conforto, de acesso a televisão, a rádio, a festas, a diversões que o mundo moderno proporciona. Entendo que o Governo comete um grande pecado nessa área.

Para concluir, pergunto: o que se pode fazer a fim de que o Brasil ofereça a esse setor o que a Europa, os Estados Unidos e o Canadá oferecem? O que falta? Aqui, nós, parlamentares, temos de nos unir e fazer pressão a fim de que sejam reduzidas as dívidas estratosféricas que ninguém no setor teria condições de pagar se não fossem renegociadas há algum tempo. Gostaria que V. Ex^a explicasse isso, pois nossa intenção é a de contribuir.

Gostaria de fazer outra pergunta. Há cerca de três anos, a vacina contra a febre aftosa sofreu um aumento de quase 100%. Os jornais, à época, noticiaram que se tratava de cartelização das indústrias de vacina contra a doença, que agora está sendo insistentemente combatida no Brasil. Até então, há quatro ou cinco anos, não percebíamos a preocupação do Governo com a doença. O Governo permitiu o aumento. Não sei que providências foram tomadas, mas eu me lembro que comprávamos a vacina a cerca de R\$0,30. De um instante para outro, passou para R\$0,65, R\$0,70, preço vigente até hoje. O Governo nunca ajudou o produtor no fornecimento de vacinas e não combateu esse aumento, que foi considerado, na época, uma cartelização e um abuso. Nós inclusive questionamos esse aumento de preço da vacina e não obtivemos resposta.

Eu tenho uma curiosidade. V. Ex^a disse que o Brasil é o maior criador de gado comercial do mundo. Eu queria saber exatamente o que significa isso. Em julho do ano passado, o Ministro da Agricultura da

Índia me dizia que a Índia tem 400 milhões de cabeças de gado. É por que a Índia não vende o seu gado? Eu queria compreender um pouco. Em termos numéricos, em que lugar está o Brasil. Somos o segundo, e a Índia é o primeiro? Qual é a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Eu peço a V. Ex^a que conclua a sua indagação, porque já se passaram dois minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Eu já vou concluir, Sr. Presidente.

Também há uma preocupação, Ministro. No ano passado, estavam previstos R\$6,4 bilhões no Orçamento do Ministério da Agricultura, o Governo liberou apenas R\$3,44 bilhões, pouco mais do que 50%; o que é um absurdo em nosso entendimento. No Orçamento de 2001, estão previstos R\$7,19 bilhões. Quanto V. Ex^a pensa que será liberado, efetivamente, e que prejuízos trouxe essa diferença entre aquilo que foi aprovado pelo Ministério que V. Ex^a dirige e aquilo que foi executado?

Espero a resposta de V. Ex^a, para que eu possa fazer mais indagações.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passo a palavra ao Sr. Ministro da Agricultura.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Sr. Senador Ademir Andrade, para simplificar a resposta, vou passar às mãos de V. Ex^a o resumo do Plano Agrícola 2000/2001, que inclui os recursos a taxas equalizadas e a sua variação em relação à safra anterior.

Tivemos um aumento de 44%, nessa safra, nos recursos com juros fixos de 8,75%, o que representa mais R\$2,7 bilhões. Além disso, tivemos uma renovação de programas setoriais de investimentos, que não existiam no passado, no valor de R\$1,3 bilhão, com taxas de juros entre 8,75% e 10,75%, e que inclui o programa **Modern Frotas**, que é a renovação de tratores e colheitadeiras, além do Pró-solo e Pró-leite. Aumentamos para R\$200 milhões, de um patamar de R\$78 milhões, os recursos obtidos através dos sistemas bancos cooperativos. Um dos nossos objetivos é ampliar a participação dos bancos cooperativos no financiamento à agricultura. Eliminamos a exigência de que pelo menos 80% da renda bruta anual seja oriunda de atividades agropecuárias. Muitas pessoas possuem outra renda – por exemplo, professores, funcionários públicos que exercem também uma atividade rural – e isso estava limitando o acesso ao crédito rural. Reduzimos de 40% para 20% a exigência de obrigatoriedade de aplicação das exigibilidades bancárias em financiamentos de até R\$40 mil. Já que se criou o Pronaf, essa faixa é atendida por esse órgão. Aumen-

tamos para R\$300 mil por propriedade os financiamentos para culturas irrigadas de arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, mandioca e sua sementes; e das culturas de frutas de R\$40 para R\$60 mil por proprietário. Aumentamos o percentual de recursos com desconto com nota promissória rural, e uma série de outros instrumentos que representam um avanço importante sobre a safra anterior.

Ainda não estou satisfeito com isso. Considero que ainda é pouco e que precisamos de um volume ainda maior de recursos com juros equalizados para financiar a agricultura. Mas, se consegui aumentar 44% de um ano para outro, foi um avanço e, no ano que vem, vamos aumentar novamente.

O País, durante a fase de controle fiscal rigoroso, efetivamente reduziu muito o volume de financiamentos com taxa de juros equalizados. A partir da safra passada, conseguimos um aumento, este ano conseguimos um novo aumento e houve um substancial aumento, também, no volume de recursos para o Pronaf, com taxas que podem chegar a 2 ou 3% para os pequenos agricultores.

Vou passar a V. Ex^a um resumo de todas essas inovações com as comparações relativas à safra anterior, que poderão dar a V. Ex^a uma idéia. Ainda é pouco, Senador.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Comparado com outros países.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Sim, comparado com outros países. O excesso de subsídios em outros países está criando distorções brutais. Uma pergunta que a União Européia dificilmente responde é sobre os subsídios que pagam tanto à exportação quanto ao apoio interno. Quanto é recebido pelo agricultor realmente? Uma parte importante dos subsídios, chamados agrícolas, vai para os intermediários, para os **traders**, para os transportadores, para os armazenadores e para as negociações de cotas que existem na Europa, onde posso comprar cota para importar frango brasileiro por US\$1 mil dólares por tonelada, e faço negócio, ganhando dinheiro em cima de negociação de cota.

Creio que há um volume enorme de distorções nesses sistemas de subsídios, principalmente o europeu, mas também o americano e o japonês. Uma das consequências, pelo que dizem os meus cientistas, desse processo de subsídio absurdo é a vaca louca, que acabou transformando, pelo subsídio, ração animal num produto barato, que passou a ser consumido em larga escala, acabando por levar a doença através do prion, material das células nervosas infectadas, não só à Inglaterra, mas também a outros países.

Não considero subsídio palavra feia. Acho que temos que dar subsídio, sim, mas não no nível deles. Precisamos dar subsídio para tecnologia, armazenagem, o PEP, para ajudar o transporte de arroz, de soja, de milho, de algodão. Acho que vamos chegar lá, Senador. À medida que este País for crescendo e tivermos maior volume de depósitos no sistema bancário, haverá mais recursos para a agricultura. Já houve um avanço e espero que neste ano haja outro.

Há outro fato muito importante: à medida que caia a taxa de juros, que já foi de 40% e que hoje é de 16%, vai ficando mais fácil para a agricultura se financiar no mercado comercial. Quando essa taxa chegar a 12%, o que acontecerá talvez no final deste ano, a agricultura já precisará muito menos desses financiamentos subsidiados, que na verdade não são feitos por uma política. O juro é tão alto no País que a agricultura não pode pagar. Essa é uma forma de evitar impor à agricultura taxa de juros de mercado. Se conseguirmos baixar essa taxa de juros para 12%, a vida dos agricultores e o financiamento à agricultura ficarão muito mais fáceis.

De qualquer forma, passo a V. Ex^a estas informações: com relação à vacina, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento apoiou, na ocasião, a investigação e fez gestões com os produtores por meio do Sindan, que é o sindicato correspondente. Houve uma redução de preços temporária por excesso de oferta e, depois, ele voltou ao preço normal, segundo informa a Secretaria de Defesa Agropecuária, que é entre R\$0,60 e R\$0,70.

Creio que precisaríamos preparar uma informação mais completa aos Senadores, mostrando a evolução do preço da vacina nos últimos anos, pois também estou interessado nisso. V. Ex^a levantou um ponto sobre o qual eu mesmo preciso de mais esclarecimentos, sobre essa questão da vacina contra a aftosa, principalmente no momento em que não só estamos vacinando numa área cada vez maior, mas estamos oferecendo apoio à Bolívia e a outros países por meio de doações da vacina.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ministro, volto a indagar sobre a questão do rebanho.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Sim. Na Índia, eles têm as vacas e bois, mas não os matam.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Matam em parte.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Mas em um volume muito pequeno. Então, na verdade, o grosso do rebanho é para produzir leite e uma grande parcela daqueles bois – lembro-me das vezes em es-

tive na Índia – ficam passeando, têm um sentido de santidade.

Temos o maior rebanho comercial do mundo, é um rebanho que não só produz, mas que é usado para abate. Aqui no Brasil, todo o rebanho, em um certo ponto, é usado para o abate. Essa é a diferença. O maior número de cabeças de gado do mundo está na Índia, mas o maior rebanho comercial do mundo está no Brasil.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Eu gostaria de passar alguns dados. É evidente que V. Ex^a deve ter conhecimento, mas é bom que se esclareça. Um país como a França, 17 vezes menor do que o Brasil, produz 60 milhões de toneladas de grãos; a Índia, com um território duas vezes menor do que o Brasil, produz hoje 400 milhões de toneladas de grãos; a China, com uma área agricultável menor do que a do Brasil, produz 430 milhões de toneladas de grãos. E nós estamos chegando agora, com esse território imenso e uma população razoável, a cerca de 90 milhões de toneladas de grãos.

Creio, Ministro, que precisamos realmente aperfeiçoar a nossa agricultura e pensar na propriedade familiar, prestigiá-la realmente em todo o território nacional para que possamos aumentar a produção. Na minha avaliação, temos capacidade de aumentar a nossa produção agrícola em pelo menos dez vezes, se nos compararmos a outras nações do mundo. É evidente que, para isso, é preciso apoio do Governo, é preciso incentivo, principalmente na área técnica, de pesquisa. O que vimos nos últimos anos foi a quase destruição da Emater, da CEPLAC; as Emater dos Estados brasileiros foram destruídas e, com isso, deixou-se de dar a assistência de que o trabalhador precisava. Mas V. Ex^a também não respondeu à questão do orçamento. Há uma previsão e uma liberação de recursos que chega à metade daquilo que foi previsto no caso do seu Ministério. Eu gostaria de compreender o tamanho do prejuízo que dá aquilo que se propõe o Ministério a fazer e aquilo que ele realmente pode executar. O dado que tenho é do Siafi, de 2000: R\$6,4 bilhões previstos e foram liberados R\$3,4 bilhões; e este ano está previsto R\$7,19 bilhões.

E a última pergunta é: devemos colocar tarifas em cima de produtos que nós importamos? Porque são subsidiados nos seus países. O que está impedindo que isso aconteça, Sr. Ministro? Depende de quem a decisão? Quem dá a última palavra, é o Ministro da Economia? É o Ministro Pedro Malan? Por que não se atende a essa colocação que V. Ex^a faz? Se o produto é subsidiado e vai prejudicar, trazer prejuízo

ao nosso produtor brasileiro, o que está faltando para se efetivar essa punição, essa tarifa, para equilibrar aquele que produz dentro do nosso território?

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Com relação às tarifas, as propostas que estamos fazendo estão sendo aceitas. O que estou procurando fazer, e a Camex está adotando e recomendando aos demais parceiros do Mercosul, é com o apoio do Ministro Malan e dos meus colegas de Camex. O que estamos procurando fazer não é apenas aumentar essas tarifas – estamos falando da TEC, Tarifa Externa Comum do Mercosul –, mas transformar isso numa política do Mercosul. Alguns aumentos de tarifas fizemos. Acolhemos vários pleitos de questões antidumping e estamos aumentando a tarifa média de produtos agrícolas. Contudo, enfatizo que precisamos transformar isso, porque esta tem de ser a política do Mercosul e das nações em desenvolvimento: contrasubsídio, aumento a tarifa. Já estamos fazendo isso, embora numa escala limitada, porque na lista de exceções que está sendo negociada agora, há um certo número de posições livres. Todavia, vamos ampliar esse trabalho sistematicamente.

Com relação ao orçamento, a execução orçamentária do ano 2000, entre a lei original mais créditos suplementares, atingiu R\$4,532 bilhões; para o ano de 2001, a estimativa é de R\$5,253 bilhões. Não sei como é que se fecham esses números. Eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que estão alocados ao Ministério da Agricultura também recursos que utilizamos por conta do Tesouro Nacional, como, por exemplo, a política de preços mínimos. AGF Opções, apoios à comercialização, que talvez entrem no Ministério da Agricultura, mas que, na verdade, são recursos do Tesouro Nacional que administramos. Talvez isso explique essa diferença. De qualquer forma, pedirei à minha equipe que estabeleça um quadro claro quanto a essa numerologia e nós passaremos a V. Ex^a. Os dados que tenho indicam um aumento do nosso orçamento para este ano, sem créditos suplementares, de 4,5 bilhões para 5,2 bilhões.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, mas o que me preocupa é a diferença do que é previsto e o que realmente é liberado para o Ministério. Os dados que nós temos no Siafi são aqueles que apresentei a V. Ex^a. Agradeço a informação de V. Ex^a.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Senador Ney Suassuna é o próximo orador, a quem concedo ocupar a tribuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende.

Antes, porém, que rofaizerum apelo aos Srs. Senadores e ao Ministro Pratini de Moraes, que aqui vem e nos presta informações relevantes no que diz respeito ao rebanho bovino brasileiro, para que todos se atenham ao tempo, porque ainda há uma lista extensa de oradores que desejam fazer indagações pertinentes a S. Ex^a o Sr. Ministro da Agricultura.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sr. Presidente, digníssimo Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr^{as} e Srs. Senadores, a intenção dos nossos colegas Senadores quando requereram a presença de V. Ex^a e a do ilustre Ministro de Relações Exteriores, nesta Casa, para debater o embargo por parte do Canadá, dos Estados Unidos e do México à carne bovina brasileira, realmente foi uma iniciativa extremamente importante. Nesse espaço de tempo, a questão já ficou como que parcialmente solucionada. Para muitos, já não se justificava mais as presenças de V. Ex^{as} nesta Casa, neste instante, para discutir esse tema. E o que se observa é que a Casa, na verdade, está tomada de vontade de discutir o tema agricultura brasileira, que é uma área apaixonantes sobre todos os aspectos na vida da nossa população.

Quando a questão do embargo chegou no seu clímax, tivemos oportunidade de ocupar a tribuna desta Casa e manifestar a nossa revolta pelo gesto precipitado, impensado e injustificável por parte de um país amigo, pois nada justificava aquela atitude naqueles termos.

Também tivemos oportunidade de fazer uma advertência à área do Governo, da qual participamos e defendemos nesta Casa, ouvindo ora a entrevista de um Ministro, ora a paciência de outros, mas eu devo aqui, Sr. Ministro Pratini de Moraes, fazer justiça a V. Ex^a: eu não tenho reparos a fazer ao comportamento de V. Ex^a naqueles momentos difíceis que atravessamos, pois V. Ex^a assumiu com coragem, com presteza, com competência a defesa dos interesses nacionais e, conseqüentemente, dos pecuaristas brasileiros. Por isso quero cumprimentá-lo.

Tivemos oportunidade de participar, ao lado dos Senadores Jonas Pinheiro, Osmar Dias e outros e de Deputados Federais como o Deputado Ronaldo Caiado e outros, de uma reunião com V. Ex^a, que nos fez sentir confiantes e tranquilos pelas providências to-

madadas. Mas, Sr. Ministro, nós ainda não estamos inteiramente tranquilos em relação a essas questões.

Tenho acompanhado, ao longo dos anos, o comportamento da pecuária brasileira e os fatos que atingem diretamente os interesses dos pecuaristas. E tenho observado que o setor, muitas vezes, é surpreendido por fatos inesperados. Lembro-me de que, no passado, quando o sul do País estava declarado livre da febre aftosa, exportando com mais facilidade os seus produtos, de uma hora para a outra, houve o surgimento de focos nos Estados do sul pela entrada – algumas vezes clandestina – de animais de países vizinhos em nosso território.

Durante muitos anos o Ministério manteve um serviço na nossa fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Eram desinfetados todos os veículos que adentravam o nosso território, para evitar a entrada da mosca do chifre no Brasil. No entanto, Sr. Ministro, do dia para a noite, a pecuária foi surpreendida com a invasão da mosca do chifre em todo o território nacional. E o mais surpreendente: no dia seguinte, todas as casas de produtos veterinários estavam tomadas de remédios para o combate à mosca do chifre. A pecuária brasileira tem gasto milhões e milhões de dólares, nos últimos anos, no combate à mosca do chifre, com resultados relativos.

Desse modo, Sr. Ministro, a minha preocupação é uma só. E sei que é a de V. Ex^a. Mas gostaria que essa inquietação não ficasse restrita ao Ministério da Agricultura e que o Governo como um todo, a área econômica, o Ministério do Planejamento e todas as áreas das quais depende o Ministério da Agricultura, realizassem, juntamente com V. Ex^a, um trabalho que pudesse evitar que amanhã fôssemos surpreendidos com o mal da vaca louca em nosso território.

Temos notado que existe uma guerra selvagem, movida por interesses econômicos, cujos autores não têm alma nem pátria. Então, precisamos estar preparados para tudo. Minha advertência é nesse sentido, ou seja, que o Governo, de modo geral, esteja extremamente solidário com V. Ex^a, para evitar que a pecuária brasileira seja inesperadamente tomada de males, fato que todos realmente receamos.

Não terei réplica. Então, concluo cumprimentando V. Ex^a pelo seu desempenho não apenas na questão específica do mal da vaca louca, no episódio com o Canadá, mas pelo seu esforço à frente do Ministério da Agricultura. Quem passou por ali, como eu, o Senador Pedro Simon e outros passamos, sabe que não é fácil coordenar os trabalhos realizados pelo Ministério, órgão que depende muito de outras áreas do Go-

verno, sempre convivendo com planos econômicos, que, ao final, têm como objetivo maior reduzir os gastos. Mas V. Ex.^a tem conseguido aumentar a produção agrícola, tem conseguido meios de financiamento para o custeio e comercialização da safra. V. Ex.^a vem lutando, realizando um trabalho extraordinário na exportação dos nossos produtos, elevando o conceito do produto rural brasileiro a países consumidores. De forma que o cumprimos. E podemos declarar: o Senado Federal nunca faltou e jamais faltará como o Ministério da Agricultura em qualquer instante, apoiando V. Ex.^a nos seus projetos, nos seus empreendimentos, na sua luta para a consolidação da agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o senhor Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado, Senador Iris Rezende, figura ilustre que exerceu com brilho o Ministério da Agricultura e sabe das dificuldades que enfrentamos naquele Ministério. Devo dizer a V. Ex.^a, Senador, que duas coisas que encontrei no Ministério da Agricultura me deram muita energia e vontade de trabalhar. O Ministério não fazia concurso há vinte e quatro anos e realmente no ano de 99 enfrentou – e o Ministro Turra deve ter sentido grandes dificuldades – um problema sério de desembolso financeiro no primeiro semestre. Mas encontrei uma equipe extraordinária.

Uma das coisas mais interessantes que há no Ministério da Agricultura é a sua gente. De maneira que defendi perante o Presidente a criação da figura do fiscal federal da agropecuária – e a proposta deve ter sido apresentada ao senhor no passado – dizendo “essa gente precisa de prestígio”. Precisamos dar ao pessoal que cuida da agricultura no Brasil mais prestígio e foi por isso que criamos a carreira.

Conseguimos um pouco mais de recursos, não tanto quanto eu gostaria, mas conseguimos mais recursos inclusive para fazer alguns programas novos, como o de recuperação de pastagens que é um programa importante para Goiás e Mato Grosso, Estados do Brasil Central. Devo dizer-lhe outra coisa que tem acontecido. Hoje os meus colegas da área econômica, em particular o Presidente da República, estão plenamente engajados e conhecedores da questão da sanidade animal e vegetal.

Venho repetindo todos os anos, em cada safra que apresento ao Presidente e aos meus colegas, eu repito: tecnologia, sanidade, preservação ambiental racional. A sanidade está sempre presente.

De forma que, apesar das dificuldades que tivemos para implementar algumas medidas, estamos

conseguindo fazer as contratações e renovar a Embrapa, alocando todos os recursos necessários pelo menos para essas duas áreas. To me bem nota – e aliás, aconteceu este ano pela ação do nosso Senador Amir Lando, do nosso Senador Jonas e do Senador Ney Suassuna e talvez V. Ex.^a tenha participado – de que esses três Senadores comandaram, aqui no Congresso Nacional, o restabelecimento de emendas fundamentais para a sanidade e tecnologia. E essa colaboração do Senado Federal, eu a agradeço.

Devo dizer a V. Ex.^a – e V. Ex.^a sabe bem – dos desafios que são muito grandes. E a minha disposição é a de prestar o melhor serviço que eu puder ao meu País e ao Ministério sob a orientação do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Vamos colher, este ano, a maior safra da História, mas os Ministros da Agricultura nada têm a ver com isso. Os Ministros da Agricultura têm a ver com a safra ruim. Isto eu já aprendi: se a safra é ruim, a culpa é do Ministro da Agricultura; se a safra é boa, foi São Pedro, foi o Banco do Brasil ou foi o outro. Este ano, vamos colher... estamos colhendo uma safra muito boa. Com exceção de umas pequenas áreas de seca aqui em Goiás, que perdeu um pouco do milho, é uma safra extraordinária.

Agora o nosso problema não são as tais 100 milhões de toneladas. Cem milhões de toneladas produzimos num estalar de dedos. O problema é qual será o preço, para quem vamos vender e como se comporta a renda do produtor. Eu gostaria de parar de falar em produção física, porque estou convencido de que, com pequenas alterações, atingiremos nosso objetivo, face a essa extraordinária diversidade de áreas de produção que hoje temos, com a extraordinária tecnologia de que o algodão de Mato Grosso é um exemplo fantástico, o café de Rondônia, ou o café de Barreiras, na Bahia, ou o novinho precoce de Goiás. Temos quantos e quantos exemplos? O nosso problema, e vai ficar agudo este ano, é o problema de renda. O preço da soja está em queda, o preço do café está nos mais baixos níveis, sei lá de vinte ou trinta anos, para não falar em outros produtos!

Não me quero estender, porque já estou deixando de atender à recomendação do meu Presidente. Mas quero dizer o seguinte: neste ano, quero voltar a reunir com aquele grupo de Parlamentares, no qual participaram o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Arlindo Porto. Vamos ter que voltar a discutir a questão da renda, porque não adianta produzir 91 milhões de toneladas e a renda do produtor ser menor. Esse é o nosso grande desafio!

Na pecuária, a situação é diferente, tanto o frango como o suíno, a tendência é a melhoria de preço. Mas, na agricultura, nos grãos, principalmente soja, café, ou nos outros produtos, realmente é um problema que terá que ser trabalhado por todos nós juntos este ano.

Agradeço muito as palavras de V. Ex^a, e é uma alegria revê-lo aqui, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro por cinco minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Ministro, em primeiro lugar, quero congratular-me com V. Ex^a pela belíssima exposição.

E veja o que estaríamos perdendo! Ontem, esta Casa, o Senado Federal, quase retirou a convocação de V. Ex^a para estar presente hoje, pois considerava válida a presença do Ministro Celso Lafer para tratar do problema da “vacalouca”. Na verdade, a “vacalouca” no Ministério das Relações Exteriores é apenas um ponto. E foi o Ministério da Agricultura, V. Ex^a, como Ministro da Agricultura, a equipe do Ministério, liderada pelo Dr. Luiz Carlos de Oliveira, da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, que comandou o processo. E V. Ex^a vem até aqui trazer toda essa explicação. A presença até agora dos Senadores na Casa evidencia a importância do processo junto ao Ministério da Agricultura. Portanto, reafirmo, ganhamos com a convocação de V. Ex^a.

V. Ex^a já esgotou o assunto, mas gostaria apenas de dizer, e tomei nota, que precisamos falar bem do nosso produto. Sr. Ministro, dissemos isso ao Embaixador do Canadá em reunião da qual eu participei como também outros Parlamentares, os Senadores Iris Rezende, Osmar Dias e o Deputado Ronaldo Caiado. Disse que enquanto a disputa entre Brasil e Canadá envolvia apenas aviões, o País não fez uma revolução. Fez a revolução quando meteram o bico em nossa carne, que é orgulho nacional. Somos vaidosos pela carne que temos. Então, quando o Canadá veio e disse que a nossa carne era doente, viu-se a reação do povo brasileiro em todas as esferas.

Sr. Ministro, V. Ex^a sofreu mais, mas todos nós sofremos com o pavor que os produtores de carne do Brasil tiveram com esses poucos dias dessa decisão canadense. Em todas as rodas de pecuaristas estavam todos apavorados porque não sabiam o que fariam. Os frigoríficos sofreram também um grande prejuízo, muitos deles com seus produtos prontos para embarque, outros já em navios ou em portos já desembarcando seus produtos, e os pedidos sendo cancelados em função desse contencioso levado a efeito pelo

Canadá. Sr. Ministro, foi imediata a reação do Ministério da Agricultura, do Governo brasileiro, o que justifica, portanto, a importância de V. Ex^a no Senado Federal e as congratulações que daqui V. Ex^a recebe.

Para encerrar, Sr. Ministro, quero parabenizar V. Ex^a por ter conseguido aquilo por que estávamos brigando há muito tempo. Foram 24 anos sem concurso público para o Ministério da Agricultura.

Sr. Presidente, vou concluir dizendo que é uma vergonha até para o Ministério da Agricultura que a sanidade animal, feita nos frigoríficos, viesse a ser exercida por profissionais, médicos veterinários é verdade, treinados, mas que não pertenciam aos quadros do Ministério, eram funcionários contratados pelas Prefeituras para trabalharmos nos frigoríficos e, muitas das vezes, Sr. Ministro, pagos pelos próprios frigoríficos. Desse modo, não tínhamos sequer condição de exigir alguma coisa daquele profissional.

Parabéns, Ministro, parabéns pelo apoio à Embrapa e peço que atentem para a Ceplac, que é o órgão que cuida de ações vinculadas ao cacau; vamos tomar conta desse órgão que está sofrendo. Em Mato Grosso temos um bom programa para o cacau e que dispõe de apenas três profissionais, um Estado daquele tamanho. Por fim, V. Ex^a já esgotou quase todas as questões, e inclui-se um apelo que ia fazer a V. Ex^a, convocar novamente a comissão intitulada por V. Ex^a de alto nível, a começar pela sua pessoa, porque essa comissão agrega não só o Congresso Nacional, Senadores e Deputados, como todos os representantes do setor pelo Brasil afora.

Parabéns, Ministro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Com a palavra o Ministro Pratini de Moraes.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Quero agradecer as palavras generosas e de apoio e estímulo do Senador Jonas Pinheiro, que tem sido um grande parceiro nosso na discussão de todos os temas relevantes à agricultura nacional.

Tomei nota da Ceplac, aliás há uma boa notícia, o preço do cacau está subindo, já passou dos US\$1.000, é o único produto que temos boas notícias em matéria de preço. Estamos procurando cuidar melhor da Ceplac.

Quero lhe dizer também que o primeiro tema que desejo colocar em debate na nossa comissão é a Alca, a agenda da agricultura para a Alca. É importantíssimo que façamos essa reunião nos próximos dez dias para termos oportunidade de trocar idéias sobre a questão da agenda agrícola na Alca.

Finalmente, penso que V. Exª não levantou os temas do Estado do Mato Grosso porque parece que estão andando razoavelmente bem, senão tão bem como gostaríamos.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando por permuta com o Senador Pedro Piva, por cinco minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, o **affair** Brasil-Canadá, apesar dos danos econômicos, comerciais e sociais que gestou no País, teve um lado que deve ser ressaltado por todos nós. O Brasil ergueu-se sustentado no orgulho nacional. A sociedade brasileira como um todo, por todas suas classes sociais, seja indústria, o comércio, os estudantes e o povo em geral foi tomado de uma postura indignada de repúdio. Isso mostra que o orgulho nacional despertou, saindo da passividade potencial para atos concretos.

O Governo atuou com eficiência, oportunismo e a aspereza necessária que a Nação reclamava. O Ministério da Agricultura veio com a diligência que a competência oferta, sobretudo com a agilidade que a convicção determina, mas não poderíamos deixar de destacar a figura do Ministro. É importante que a República disponha de quadros competentes, conhecedores da Pasta que dirige.

Não há dúvidas, Ministro Pratini de Moraes, V. Exª, com essa longa trajetória no comércio exterior, que esta tarde, em dado momento, acentuou, a figura de V. Exª no cenário internacional, conhecido e reconhecido, possibilitou a credibilidade necessária para falar com a firmeza de quem conhece, de quem procura ser verdadeiro e, sobretudo, de votado ao interesse do Brasil.

Esses aspectos particulares da personagem que comanda o Ministério da Agricultura também deve ser destacada, porque, com certeza, a experiência de V. Exª na área do comércio enriquece a agricultura. Como já foi acentuado nesta tarde, o grande problema a agricultura brasileira é a comercialização. E, para isso, o Ministério tem que ter uma visão além da produção, além da sanidade animal e vegetal, se pudessemos ser sucintos, além de todas as atividades próprias do Ministério é preciso olhar mais longe o comércio, porque, não havendo venda, não pode haver atividade produtiva. Neste ponto, a colaboração de V. Exª é decisiva, neste momento, no Ministério da Agricultura. Esta é uma questão antiga. Kaustki, na questão agrária, ainda no século XIX, falava que o problema da agricultura era a produção advinda em tempos

em que o clima corria bem e todas as condições de produção eram favoráveis, porque, no momento da crise, no momento dos processos produtivos prejudicados por eventos climáticos, o preço subia, e o produtor resolvia o seu problema de caixa. Mas não podia, na que le momento, com certeza, em que a produção era excessiva, resolver, porque nessas circunstâncias o preço baixava e a agricultura padecia.

Então, mais uma vez, quero ressaltar esses aspectos.

Sr. Presidente, V. Exª foi complacente com tantos, e eu agora peço mais alguns minutos, porque tenho certeza de que não gastei os cinco minutos que me são deferidos pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª já gastou 7 minutos, nas proximidades dos 8 minutos. Peço a V. Exª que formule a sua intervenção.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Então, não farei réplica e usarei todo o meu tempo neste momento.

Eu não poderia deixar de situar um aspecto fundamental: que o Ministério da Agricultura – pude observar isso na Relatoria-Geral do Orçamento, e o Ministro se refere, por várias vezes, à nossa contribuição –, tão importante, sobretudo no combate à aftosa, estivesse desprovido de recursos essenciais para atender às funções mínimas que lhe são conferidas pela lei e pela Constituição.

Na delegação da competência do Ministério, havia uma carência absoluta de recursos. Atendendo emenda da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e o apelo desesperado do Ministério, na figura do Ministro sobre modo, tivemos a oportunidade de conferir não os R\$135 milhões, mas R\$150 milhões, para cobrir todas as ações do Ministério. Destaco a pesquisa agropecuária e as ações de combate às doenças, principalmente a aftosa.

Neste momento, Sr. Ministro, gostaria de salientar que é inconcebível uma área tão sensível encontrar-se desprovida de recursos essenciais, quando sabemos que é importante erradicar a aftosa e outras doenças; e não falo da vaca louca, porque esse vírus foi meramente, até agora, um vírus de essência política. Mas, com certeza, teremos que ter recursos indispensáveis, necessários, para prevenir que o nosso rebanho seja afetado por aquilo que hoje é previsível, mas não está sendo de um maneira eficiente e devidamente precavido. Por isso quero que V. Exª, ao receber o nosso reconhecimento na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, saiba que o Poder Legislativo está atento à agropecuária brasileira e à produção agrícola em geral. Contudo, temos de

sensibilizar melhor o Poder Executivo para que o Ministério possa levar a cabo suas tarefas, com os recursos mínimos, de ordem material, financeira ou pessoal, enfim, tudo aquilo que é indispensável à execução dessa tarefa tão importante para a riqueza nacional e para o bem-estar da população, porque sabemos que tudo começa pela produção de alimentos e pela comercialização tão importante no superávit da balança comercial do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Sr. Senador Amir Lando, inicialmente, quero agradecer as palavras generosas de V. Ex^a, um conterrâneo também, deslocado, mas prestando grandes serviços a este País e reiterar os meus agradecimentos a V. Ex^a e a seus Pares na Comissão de Orçamento, que realizaram um trabalho importantíssimo para o Ministério da Agricultura e que, indubitavelmente, adquiriu uma dimensão especial, em face das emergências sanitárias recentes e da necessidade de enfrentá-las.

Creio, Sr. Senador, que o desafio que temos na área sanitária é importante, como também nas outras áreas de defesa. Contudo, cada vez mais percebo que precisamos discutir as questões de renda, sentimento esse reforçado quando considero o Estado de V. Ex^a, com 2,5 milhões de sacas de café, e vejo o preço a que chegou o café hoje. Temos que concentrar a parte sanitária naquilo que é fundamental. E a outra preocupação do Ministério tem que ser com a questão de renda. Não quero estender demais o meu tempo, apenas quero lhe dizer que vamos trabalhar nessa linha com muita intensidade, porque não é possível continuarmos a assistir a deterioração de preços de produtos agrícolas que está acontecendo nos últimos três ou quatro anos.

Muito obrigado mais uma vez por suas palavras. Continuamos à disposição de V. Ex^a e do seu Estado no Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sr^{as}. e Srs. Senadores, por mandamento regimental, dispomos apenas de 13 minutos para o encerramento da sessão. Temos ainda alguns oradores inscritos. Faço, novamente, um apelo a todos para que se atenham ao tempo, a fim de que possamos ouvir pelo menos mais dois interpellantes.

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Ex^a pela benevolência em fazer com que o Regi-

mento permita essa elasticidade. Procurarei cumprir com este horário.

Sr. Ministro Pratini de Moraes, nos dias em que estourou a restrição do Canadá quanto à importação da carne bovina brasileira, eu disse aqui no plenário que V. Ex^a estava acertado em ir a Washington, com o Secretário dos Negócios da Agricultura, para tratar do assunto, para fazer um protesto mais violento. V. Ex^a é conhecido não só por nós, catarinenses, mas pelos brasileiros, como um homem polivalente, eclético, arrojado. E penso que agiu corretamente nesse episódio.

Por isso, ontem, quando aqui estive o Ministro Celso Lafer, do Ministério das Relações Exteriores, eu até disse que, embora o quadro seja um tanto restrito, precisávamos designar os diplomatas mais agressivos nos negócios comerciais em geral, para podermos ser mais dedicados e mais arrojados lá fora.

Além disso, é aquilo que V. Ex^a diz: se vamos importar alguma coisa que muitas vezes não é tão importante, pelo menos que não paguemos essa mercadoria com o nosso filé **mignon**. Vamos entregar também aquilo em que tenhamos uma sobra. Temos de ser um pouco mais espertos nos negócios, e V. Ex^a tem uma queda para isso. Sentimos isso em todos os setores.

Assim, ao cumprimentá-lo, Ministro Pratini de Moraes, gostaria de fazer duas indagações. Alguns países estavam questionando se tínhamos o rastreamento de gado importado da Europa para o Brasil, para que se pudesse, de uma forma ou de outra, ter cuidados em relação a isso. Gostaria de saber se o Ministério de Agricultura tem esse conhecimento. Existe esse rastreamento? É possível acompanhar esse gado importado?

Para finalizar – e abrindo mão da réplica, em função do tempo –, sabemos que a Europa não pode exportar carne bovina neste momento. Sabemos também que a Rússia importa cerca de 600 mil toneladas de carne bovina anualmente. Será que agora, por intermédio de V. Ex^a e da Camex, não seria possível desenvolver um trabalho arrojado para que abrissemos o mercado para a carne bovina na Confederação da Rússia? Além disso, não só porque Santa Catarina tem uma suinocultura e uma avicultura desenvolvidas, mas aproveitando que essa Confederação importa cerca de US\$800 milhões/ano de carne suína – e o Brasil exporta para ela apenas em torno de US\$30 milhões –, não poderíamos, num conjunto mais arrojado, avançar nesse mercado?

Seriam essas as minhas considerações, também elogiando V. Ex^a por ter agido no momento certo. Ainda sobre o mercado da Confederação da Rússia,

não desejamos o azar da Europa, em absoluto. No entanto, como ela não pode exportar, é um mercado enorme que se apresenta para o Brasil.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Senador Casildo Maldaner, começarei pela segunda pergunta, que diz respeito à Rússia. Já negociamos com ela, no ano passado, um acordo para exportar carne de suínos. Em 1999, exportamos 15 mil toneladas de suínos de Santa Catarina e do Paraná para a Rússia. Neste ano, exportaremos 60 mil toneladas.

Já convidamos uma missão russa, que chegará no próximo mês, para a carne bovina. E o nosso Secretário de Defesa Agropecuária seguirá para Moscou na próxima semana. Quando há uma emergência sanitária, eles ficam aqui. Superada a emergência, determino que efetuem a venda, porque o novo nome do protecionismo é sanitário.

Vendemos a carne suína hoje, convencendo o russo de que o nosso porco é bom e tem qualidade. O pessoal das empresas de Santa Catarina e do Paraná vai junto. Fazemos um acordo sanitário, e eles vão vender o produto. Com a Rússia, já está tudo acertado, e a carne suína está seguindo. Agora, negociaremos com a Rússia a carne bovina.

A nossa próxima etapa será vender carne para o Japão, o maior importador do mundo desse produto. Depois, trataremos melhor do Oriente Médio, que representa outro capítulo. O Senador Ney Suassuna, aqui presente, conhece bem o assunto.

Estamos atuando nessa área em estreita colaboração com o Governo de Santa Catarina, com o Secretário Odacyr Zonta, com o pessoal da Perdigão, da Sadia e do Paraná. Estamos trabalhando em conjunto com as empresas. Abriamos o mercado, do ponto de vista sanitário. Eles vão aos países e vendem os produtos.

Com relação à sua pergunta sobre rastreabilidade, imaginei que seria feita anteriormente. Dar-lhe-ei apenas um resumo, porque são muitas as informações. Importamos 5.961 animais, devem estar faltando alguns nessa lista, mas o registro de importação é esse. Vivos existem 2.915, foram abatidos 457, morreram 2.440. Desses 5.961 animais, há completa rastreabilidade para 5.812 deles. Existem 149 cuja rastreabilidade não completamos.

Tenho dito para o pessoal da União Européia que o Brasil é um continente. Em Uberaba, por exemplo, alguém importa um touro e, de repente, compra uma fazenda em Paragominas e leva o animal para lá. Há um primo dessa pessoa que tem uma fazenda em Tocantins, e ele empresta o touro para o primo durante um ano. Isso ocorre muito aqui.

Então, não é possível haver rastreabilidade perfeita. Tenho a impressão de que quem estabeleceu essas regras de rastreabilidade deve ser holandês, que faz o rastreamento do gado da Holanda de bicicleta. Esta é uma nação continental!

Então, às vezes, fico um pouco – não diria irritado – desconfortado quando ouço alguns cientistas europeus dizendo que é necessário rastrear todos os animais. Será que eles já perceberam o tamanho deste País, as dificuldades que temos e as propriedades imensas? Rastreamos quase tudo. Só faltam 2% do total de animais. Os Estados Unidos não fizeram isso, eles importaram só 500 animais. Mas nós o fizemos, com o apoio das entidades de classe, das associações que registram os animais e da secretaria dos agricultores. Instruí a Secretaria de Defesa Agropecuária para que centralize as ações, porque isso não era centralizado anteriormente. Não havia o problema da vaca louca, e a maior parte desses animais veio da Alemanha – são animais da raça Fleckvieh, Simmental. Esse problema só surgiu em dezembro do ano passado. Centralizamos esse assunto no Ministério e vamos manter esse controle dentro do Ministério, até a morte desses animais, que serão enterrados nas propriedades. Assim, daremos segurança. Esse é um trabalho que precisamos fazer para assegurar que a nossa carne não seja afetada pela BSE.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Ministro, com muita satisfação, vejo o sucesso de V. Ex^a. Já tive o prazer de encontrá-lo no Governo Garrastazu Médici, trabalhando no mesmo Ministério. Lembro-me do orgulho que eu tinha quando falavam de um Ministro que falava seis línguas. Naquele tempo, éramos mais jovens.

Mas, meu Ministro, apesar das providências tempestivas adotadas pelo Brasil no episódio da vaca louca, temo que não tenhamos reagido com a adequada energia diante de um artifício inventado malevolamente pelo Governo canadense para prejudicar a expansão brasileira no comércio internacional.

Já estamos habituados à guerra comercial travada pelos países ricos contra o Brasil. Já sabemos como é difícil romper a muralha do protecionismo desses países, mas essa constante peleja que enfrentamos, apesar de agressiva e causadora de enormes prejuízos à nossa economia, ela trava-se num certo nível de comportamento civilizado, como se fossem golpes desfechados numa luta sujeita a regras.

O que sofremos no episódio da vaca louca elevou a agressividade em matéria de guerra comercial a um patamar sem precedentes no saco de maldades das represálias comerciais. O Governo do Canadá recorreu, nesse episódio, ao golpe baixo, à calúnia, à ação traiçoeira, pérfida, solerte, velhaca.

O Canadá é um país honrado, mas o seu Governo houve-se com desonra ao nos acusar de sepetão e sem fundamento de estarmos infectados com o mal da vaca louca.

O Canadá é um país honrado, mas o seu Governo houve-se com desonra ao difamar o nosso produto, com repercussão internacional, causando enormes prejuízos ao nosso País.

O Canadá é um país honrado, mas o seu Governo houve-se com desonra ao tratar de nos impingir uma suposta epidemia no setor da pecuária, quando, na verdade, procurava desfechar uma represália contra a nossa Embraer, mais competente que a Bombardier canadense.

O Canadá, Sr. Ministro, é um país honrado, mas o seu Governo houve-se com desonra ao atuar em favor da Bombardier, empresa que é a maior financiadora das campanhas eleitorais do partido que lá está no poder.

O Canadá é um país honrado, mas o seu Governo houve-se com desonra ao lançar-se na aventura dessa agressão, por força de laços de parentescos existentes entre o chefe desse Governo e o Presidente da Bombardier, um certo Robert Brown que, além disso, já fez parte desse Governo.

Sr. Ministro, o que espero do Governo brasileiro no rastro desse episódio é que saiba fazer o Governo do Canadá entender que nos deve desculpas formais e explicação ao mundo, além da indenização financeira.

O que eu espero do Governo brasileiro é que comunique e esclareça, em fórum internacional de elevada importância, a agressão que sofreu, alertando principalmente os outros países emergentes e excluídos que, a partir de hoje, estarão também eles diante deste novo perigo: a doença imaginária, inventada e divulgada como venenosa arma de guerra comercial, de negação do acesso dos seus produtos ao mercado internacional.

O Brasil, Sr. Ministro, tem feito esforços assombrosos na modernização da sua agricultura, e V. Ex^a tem sido um elemento ativo nesse processo, não só da agricultura como da pecuária, dentro de técnicas naturais de produção, o que constitui extraordinária vantagem comparativa nesses tempos de transgênicos e clonagens. Não podemos permitir que a conta-

minação da nossa imagem de país de tecnologias limpas, com o fito exclusivo de prejudicar a marca Brasil, reduza, deslealmente, a nossa competitividade.

Por isso, pergunto, Sr. Ministro: qual a estimativa do seu Ministério dos prejuízos causados ao Brasil no curto e longo prazo em relação a este evento? O Ministério de V. Ex^a adotou alguma providência no sentido de orientar o Governo brasileiro para exigir compensações financeiras do Canadá? A OMC já foi acionada? Do ponto de vista privilegiado – e V. Ex^a tem uma inteligência realmente privilegiada –, por que o Brasil é tão complacente com os nossos parceiros comerciais hegemônicos e tão tímido na defesa dos interesses nacionais no âmbito da OMC? – organismo legítimo para a solução dos conflitos e para as arbitragens das punições e do qual somos sócios fundadores.

Para finalizar, por que insistimos tanto em vender para os países que têm cotas e deixamos os árabes e outros países que não têm cotas e que dependem só e unicamente do nosso engenho e arte? Por que não agredimos um pouco mais esses países, do ponto de vista comercial?

Por último, peço ao Ministro um apoio: venho brigando para que o nosso Porta-Aviões Minas Gerais, que será desativado, se transforme num **shopping** ambulante do Brasil, indo de porto em porto, vendendo as nossas matérias-primas, os nossos insumos e os nossos produtos acabados. Para a nossa alegria, o projeto está andando. Solicito ao Ministro que, com a sua inteligência privilegiada e como homem de exportação, também pensasse, depois, em como pode apoiar uma idéia que tem duas condições: ou trata-se de uma idéia tola, o que não acredito, ou de uma grande solução para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Muito obrigado, Sr. Senador.

O Brasil tratou hoje do tema proposto por V. Ex^a no Comitê de Medidas Sanitárias da OMC. É importante frisar que esse conceito de compensações na OMC se refere à liberalização comercial. Não existe hipótese de compensação pecuniária nos dispositivos da OMC. Por conseguinte, o Brasil não fez – e nem deve fazer – nenhuma transferência de recursos ao Canadá em decorrência de créditos negativos em controvérsias, no caso da Embraer. Damesma forma, o Canadá não fará pagamento algum ao Brasil em decorrência desse episódio da vaca louca.

Agora, os setores privados, isto é, os frigoríficos privados que foram prejudicados, os pecuaristas que atrasaram o recebimento, que deixaram, enfim, de enviar seus bois para o abate no momento certo, estes, sim, certamente entrarão com ações na justiça do Canadá, pleiteando indenizações. Há várias estimativas do nível de prejuízo. Nenhuma até agora adquiriu um grau de consistência, porque, do ponto de vista financeiro, as exportações que haviam sido represas já foram embarcadas. Talvez se perca alguma coisa de exportação para o Canadá, que importa US\$5 milhões por ano. Os Estados Unidos, não. Para os Estados Unidos, a estimativa é vendê-los neste ano mais de US\$100 milhões. Aí, sim, haveria dificuldades.

Combinamos a ação junto ao Comitê Fitossanitário, que propusemos imediatamente, e deixamos que o setor privado tome as suas iniciativas por intermédio de seus advogados. Eles certamente farão algo melhor do que o Governo, porque sabem negociar e saberão escolher os representantes mais adequados para esse tipo de trabalho.

Com relação aos árabes, a minha experiência é de que o Governo não faz bem essas coisas. Quem deve fazê-lo são as empresas privadas, com o apoio do Governo. Estamos realmente perdendo algumas oportunidades em alguns países que são mercados muito interessantes. Deveríamos estimular que empresas se engajem em fazer negócios com o apoio do Governo – como acontece no mundo inteiro –, com o Proex e outros instrumentos.

Tivemos a experiência da Interbras, também tivemos a experiência de outra empresa ligada ao Banco do Brasil, cujo nome não lembro – já extinta há muito tempo –, que começou como uma **trading**. Essas atividades de governo não dão certo, porque acabam deixando de ser privadas para cumprir missões de governo, e aí vão para um terreno que não é comercial e os resultados, em geral, não são bons.

Eu sugeriria sempre, nesses casos de países, como é o caso dos países árabes, em que é muito importante, às vezes, armar uma operação – não digo um barter, mas uma operação **back to back**, como se costuma dizer –, escolher empresas e apoiá-las, para que realizem os seus negócios, dando-lhes linhas de crédito com juros competitivos no mercado internacional, para que elas possam oferecer crédito para os países compradores.

Considero a idéia do Minas Gerais excelente. Espero que V. Ex^a possa levá-la para frente e, desde já, vamos reservar um espaço para o Ministério da Agricultura ter o seu estande para colocar cachaça,

fruta, carne brasileira e seus cos, aquilo que tem sido um grande sucesso.

Temos realizado experiências modestas de participação internacional, como agora na Semana Verde, em Berlim, e em outros eventos, e devo dizer que com grande resultado. A cachaça brasileira está assumindo uma posição extraordinária; a caipirinha tem um grande sucesso; nós já vamos exportar esse ano, eu acredito, US\$20 milhões de cachaça. Eu já conversei com a OMC para registrar o nome "cachaça", nós já vamos tratando disso no INPI. As nossas frutas, ano passado, deram mais de US\$400 milhões de receita. Penso que estamos avançando.

Minha única preocupação é com relação aos preços, que não estão bons. Mas precisamos vender. Dizia há pouco que este País é um país comprado, precisamos vender. Precisamos virar o jogo e V. Ex^a, com a experiência que tem até mesmo na área empresarial, pode certamente nos ajudar muito com idéias, com ousadia e agressividade. Não podemos não temer que ter medo de ousar. O Brasil tem que ousar mais, tem que se colocar na linha de frente e fazer **marketing**. Precisamos deixar de ser comprados; precisamos vender.

Gostaria de finalizar esses comentários dizendo que o Ministério da Agricultura está pensando assim em todas as suas ações. O homem da área sanitária está enfrentando uma emergência, mas sai daqui e vai ajudar a vender carne na Rússia. É fundamental que estejamos lado a lado com as empresas privadas promovendo o produto brasileiro, assegurando a sua qualidade e sanidade.

Muito obrigado pelos seus comentários, e, mais uma vez, permita-me registrar os agradecimentos do Ministério da Agricultura pela sua ação junto com os demais Senadores Amir Lando e Jonas Pinheiro naquela emenda tão importante para nós.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Ney Suassuna foi o último orador inscrito, se V. Ex^a desejar, Sr. Ministro, a Presidência concede-lhe dois minutos para considerações finais.

O SR. MINISTRO PRATINI DE MORAES – Já são 19 horas e sei das limitações do tempo, então quero apenas, Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, agradecer a oportunidade de ter vindo a esta Casa encontrar tantos amigos e um ambiente simpático, acolhedor e tão incentivador. É um grande prazer também estar em uma sessão presidida por V. Ex^a, que conheci ainda jornalista e que uma vez me perguntou "Pratini, você não vai?" Como quem dizia: "Você não vai se candidatar pelo Rio Grande?" É bom vê-los Se-

nador Edison Lobão, meus amigos Senadores Jonas Pinheiro, Ney Suassuna, Leomar Quintanilha, Casildo Maldaner, nosso companheiro de viagens um pouco tumultuadas em Santa Catarina.

Estou à disposição dos senhores no Ministério da Agricultura. Estamos querendo ajudar o Brasil a vender. Produzir o Brasil sabe, mas precisa aprender a vender e temos que nos juntar nessa tarefa.

Muito obrigado pela atenção dos senhores. Muito obrigado ao Senado por esta oportunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência agradece a presença do Ministro da Agricultura Pratinha de Moraes pelas valiosas informações que nos trouxe e se congratula com os conhecimentos de S. Ex^a, hauridos ao longo de muitos anos de estudo e de experiência na vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão.) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25, DE 1998

(Em regime de urgência – art. 336, inciso II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 65, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis sob nºs 49, 50 e 51, de 2001, das Comissões:

– de Educação, Relator: Senador Joel de Holanda;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira; e

– Diretora, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2000 (nº 642/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.020, de 30 de mar-

ço de 1995, que dispõe sobre a implantação, em caráter emergencial e provisório, da Defensoria Pública da União, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.224, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Bernardo Cabral.

– 3 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2000 – COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2000-Complementar, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.045, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Araguaia, tendo

Parecer sob nº 950, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com voto contrário do Senador José Eduardo Dutra e abstenção do Senador Lúcio Alcântara.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 1996 (nº 274/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, tendo

Parecer favorável, sob nº 779, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2000 (nº 85/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Patense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 780, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2000 (nº 286/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Emissora Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 836, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arthur da Távola.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 92, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2000 (nº 229/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Costa Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 861, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Agnelo Alves.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2000 (nº 297/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Princesa das Matas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 864, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ribamar Fiquene.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 158, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2000 (nº 374/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iporã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iporã – PR, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.112, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Osmar Dias.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 175, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2000 (nº 370/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Santa-Ana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.245, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sebastião Rocha.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 202, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2000 (nº 427/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.104, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valmir Amaral, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 13 –

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 18, de 2001, do Senador Juvêncio da Fonseca, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 664 e 688, de 1999, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 05 minutos.)

**ATA DA 9ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 7 DE
MARÇO DE 2001**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 8 de março de 2001)

R E T I F I C A Ç Õ E S

À página nº 02560, 2ª coluna, na subscrição do Requerimento nº 65, de 2001, de urgência para o Projeto de Resolução nº 25, de 1998, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que institui o diploma mulher-cidadão Bertha Lutz e dá outras providências,

Onde se lê:

Hugo Napoleão – Lúcio Alcântara – Hugo Napoleão

Leia-se:

Romero Jucá – Gilberto Mestrinho – Hugo Napoleão

.....

Trecho de Ata, à página nº 02566, 2ª coluna, que se republica por haver saído com incorreção referente à votação do Requerimento nº 67, de 2001, de autoria do Senador Jader Barbalho, que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1999, para a sessão do dia 5 de abril de 2001:

.....

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento nº 67, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra, que propõe o adiamento da discussão para 05 de abril de 2001.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI) – Presidente, contra o voto do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Registrado o voto da Liderança do PFL.

Fica prejudicado o Requerimento nº 68, de 2001, do Senador Romero Jucá.

A matéria retornará à Ordem do Dia no próximo dia 5 de abril.

.....

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO
SENADO FEDERAL, SENADOR JADER BARBALHO**

14/03/2001

Quarta-feira

-
- 10:00 - Sessão Solene destinada a comemorar o Dia
Internacional da Mulher**
Plenário do Senado Federal
- 12:30 - Reunião de Líderes**
- 14:30 - Excelentíssimo Senhor Marcus Vinicius Pratini de
Moraes, Ministro da Agricultura e do Abastecimento**

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

**Criada através do Requerimento nº 497,
de 2000-SF “destinada a investigar fatos
envolvendo Associações Brasileiras De
Futebol”.**

Ata da 18ª Reunião, realizada em 8-3-2001.

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e um, às dez horas e vinte e sete minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores, Alvaro Dias, Geraldo Althoff, Geraldo Cândido, Ney Suassuna, Valmir Amaral, Romeu Tuma e José Eduardo Dutra, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “*destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol*”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a oitiva do Senhor Aremithas José de Lima – Funcionário do Vasco da Gama. O Senador Alvaro Dias, comunica ao Plenário que o depoente enviou um FAX assinado por Silvio A. H. Godoi – OAB/RJ nº 2.105 A e OAB/SP nº 51.747, anexando Declaração Médica, justificando a ausência do depoente. O Senador Geraldo Althoff, solicita a palavra e sugere algumas providências a serem adotadas, no sentido de se enviar à cidade do Rio de Janeiro uma Junta Médica do Senado Federal, acompanhada com Assessores da CPI e um Delegado da Interpol, para, em conjunto com o médico do Sr. Aremithas, definirem a data em que será possível realizar o seu depoimento. Se após o Laudo da Junta Médica atestando as condições normais de saúde do Depoente e constatando os argumentos falsos constantes da Declaração Médica enviada à CPI. Esta Comissão deverá encaminhar ao Ministério Público no sentido de se providenciar a apuração da eventual prática do crime de falsidade de atestado médico, previsto no artigo 302 do Código Penal, cuja pena pode chegar a 1 ano de prisão; esclarecendo ao Depoente da sua eventual prática de crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal. A Presidência acata a solicitação do Senhor Relator, determinando à Secretaria que providencie os meios necessários para a realização da diligência solicitada. O Senador Alvaro Dias, concede a palavra ao Senador Geraldo Cândido que faz suas considerações à respeito das determinações acatadas pela Comissão referente ao depoente. A seguir, o Senhor Presidente comunica ao Ple-

nário o agendamento das próximas oitivas da CPI, a realizar-se nos dias 13 e 15 de março do corrente ano. Na segunda fase da reunião, de caráter administrativo e reservada, dentre outros assuntos tratados, foram discutidos e aprovados por unanimidade, os seguintes Requerimentos: **1)** Requerimento nº 140/2001, que solicita a esta Comissão sejam tomados os depoimentos na Polícia Federal das seguintes 14 pessoas, com a participação de Assessores desta CPI: Rubens Gregório, José Luis Catapano, Antônio Rodrigues da Silva, Edimilson Narchi, José de Mello Junqueira, Marcelo Santana de Moraes, Carlos Alberto Sommerfeld, Regis Arnaldo Bueno, Elias Katudjian, João de Oliveira Rodrigues Filho, Carmine del Gaizo Netto e Tales de Souza Porto. e **2)** Requerimento nº 141/2001, que solicita a Central de Inquéritos Policiais do Ministério Público da Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro, informações sobre as providências adotadas em decorrência da *notitia criminis* apresentada por Rogério L. Vianna, contra o Senhor Wagner José Habraão, em 19.01.2000, sob Protocolo nº 225/2000, bem como cópia dos respectivos autos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradece a presença dos Senhores Senadores, declarando encerrada a segunda e última fase da 18ª Reunião da CPI, e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Com a concordância do Plenário, está aprovada a ata da 17ª reunião, realizada no dia 7 de março.

A reunião de hoje tinha por objetivo ouvir o Sr. Aremitas José de Lima, funcionário do Vasco da Gama, convocado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo advogado encaminhou ontem declaração médica de que o mesmo, por razões de saúde, não poderia comparecer à CPI. No entanto, o advogado não apresentou procuração para representar o depoente convocado.

Esta Comissão aguarda, no prazo de cinco dias, apresentação desta procuração, sob pena de desconsiderarmos as petições encaminhadas por fax no dia de ontem. Até este momento, não chegaram os

originais, conforme informa o advogado, através do fax endereçado ontem. De outro lado, o atestado médico que apresenta nos parece ser totalmente irregular, sem o CRM do médico, sem o nome do médico, enfim, uma declaração médica, no mínimo, estranha e duvidosa.

Faço a leitura do ofício encaminhado ontem pelo Sr. Dr. Sílvio Godói:

"Aremitas José de Lima, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 481101917, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, vem a V. Exª, face ao ato convocatório em referência, expor e requerer o que segue:

A convocação em epígrafe consubstancia-se na norma insita no art. 58 da Constituição Federal. No que tange ao ora convocado, é fato público e notório que antes mesmo da aprovação unânime da sua convocação por esta Comissão Parlamentar de Inquérito viu-se este acometido de graves problemas de saúde, motivo pelo qual deu-se sua internação por determinado período em hospital de clínicas, estando submetido a tratamento médico desde então.

Com efeito, consoante assegura a prescrição médica à declaração inclusa, lamentavelmente, o ora convocado encontra-se afastado de qualquer tipo de atividade física ou laborativa e estresse físico e mental. Portanto, tendo em vista graves problemas de saúde, está o convocado impossibilitado de comparecimento junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto não alterado o seu quadro de saúde.

Destarte, apresenta o convocado os presentes esclarecimentos de forma a demonstrar que sua impossibilidade de comparecimento perante esta CPI se dá única e exclusivamente por circunstâncias alheias à sua vontade.

Diante do exposto, requer a junta da presente aos autos, bem como dos documentos que a acompanham.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2001.

Sílvio Godói, Advogado."

Ele informa, aqui, que os documentos originais foram enviados por Sedex.

Esclarecemos, também, que a convocação do Sr. Aremitas só foi possível graças ao auxílio da Polícia Federal do Rio de Janeiro, que o intimou a comparecer a esta CPI.

Com esses esclarecimentos, passo a palavra ao Senador Geraldo Althoff, Relator desta Comissão, para a sugestão de providências que esta Comissão deve adotar.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho tido oportunidade de, quando possível, colocar de maneira muito clara que, acima das pessoas estão as instituições. O Senado Federal é a maior instituição legislativa deste País, por isso deve merecer respeito e consideração não só por parte daqueles que têm assento nesta Casa, nós, Senadores, mas também de todos os cidadãos que, porventura, venham a ser solicitados a prestar qualquer tipo de colaboração, por razão de qualquer tipo de convocação junto ao Senado da República.

Preocupa-nos, sobremaneira, neste momento da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outra, colocada e posta exatamente por razões de ordem eminentemente constitucional, criada a partir do art. 58, no seu § 3º, da Constituição Federal, que a nossa CPI e qualquer outro tipo de comissão parlamentar de inquérito, quer seja do Congresso, quer seja da Câmara ou do Senado, possa, em determinados momentos, vir a sofrer pressões externas de entidades associativas, para que, dessa maneira, pessoas aqui venham e omitam a responsabilidade constitucional de, aqui, dizerem a verdade.

Causa-nos estranheza, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mesmo com o sentimento de compreensão, de respeito a qualquer cidadão deste País, que, num primeiro momento, tenhamos que ter transferida para a próxima terça-feira a vinda do Sr. Calçada, ex-Presidente do Clube de Regatas do Vasco da Gama, mas, com muita sensibilidade, mesmo assim, entendemos e transferimos.

Preocupa-nos também o fato de recebermos um atestado médico que justifica a ausência do Sr. Aremitas José de Lima para que não possa, por consequência deste, estar aqui conosco nesta manhã.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de, neste momento, em que coloco de maneira até um pouco fora daquilo que me é habitual, de uma maneira até enfática, e com um sentimento bastante irrequieto, solicitar que algumas providências sejam tomadas para que tais fatos sejam, em primeiro lugar, esclarecidos e que providências tomadas sejam, a fim de que, no tempo mais rápido possível, possamos ter essas pessoas aqui conosco.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma solicitação para que esta Presidência, em contato com o Serviço Médico do Senado Federal, envie uma junta médica para o Rio de Janeiro, para que, em conjunto

com o médico do Sr. Aremitas - e aqui é bom que se diga que no atestado médico que nos chega não conseguimos identificar o nome do médico, não tem a identificação do seu CRM, ou seja, do número de inscrição no Conselho Regional de Medicina - essa junta médica do Senado Federal defina a data em que seja possível a presença do mesmo nesta CPI para prestar seu depoimento.

Na eventualidade de que essa junta médica informe a impossibilidade do Sr. Aremitas aqui estar conosco, haveremos, por consequência disso, de tomar outras providências capazes de esclarecer a razão por que o Clube de Regatas Vasco da Gama determinou a realização de depósitos bancários na ordem de R\$2 milhões nas contas do Sr. Aremitas José de Lima, depósitos estes que, por nossa compreensão, deveriam ser dirigidos ao próprio Clube de Regatas Vasco da Gama.

Caso a junta médica juntamente com o médico-assistente do Sr. Aremitas José de Lima ateste a possibilidade de o mesmo vir a prestar depoimento junto a esta CPI discordante do atestado apresentado, então, o caso seja encaminhado ao Ministério Público Federal para que providencie a apuração da eventual prática de falsidade de atestado médico, prevista no art. 302 do Código Penal, cuja pena pode chegar a um ano de prisão. Que seja ainda determinada a condução coercitiva do Sr. Aremitas José de Lima para prestar depoimento junto a esta CPI, bem como o encaminhamento do caso ao Ministério Público Federal para apurar eventual prática de crime de desobediência, prevista no art. 330 do Código Penal.

É bom lembrar ainda, fato a que já me referi, que o atestado médico não informa o número do CRM do médico que o emitiu, e posso falar com conhecimento de causa, considerando o fato de que sou médico de origem: o atestado médico não tem a identificação do nome do médico, não tem o número de inscrição do Conselho Regional de Medicina. De maneira tal que, se necessário, seja encaminhado ao Ministério Público Federal para apuração da eventual prática do crime de exercício ilegal de medicina por quem tem uma assinatura não identificada, prevista no art. 282 do Código Penal, cuja pena pode chegar a dois anos de prisão.

Eugostaria, Sr. Presidente, que essas providências fossem tomadas e novamente transmitir e transferir o meu sentimento de inquietude e de responsabilidade das pessoas frente a esta Comissão Parlamentar de inquérito, colocando não em jogo as pes-

soas, os Srs. Senadores que dela fazem parte, mas **sub judice**, acima de tudo, a instituição do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – As propostas do Senador Geraldo Althoff independem da deliberação do Plenário desta Comissão. Desta forma, a Presidência as acolhe e solicita o encaminhamento de todas as providências à Secretaria da Comissão para elaboração dos documentos necessários para o encaminhamento das mesmas.

Está visível o propósito escuso de obstrução dos trabalhos de investigação desta CPI, não há como ignorar a existência dessa tentativa. Obviamente, implica uma espécie de confissão relativamente às denúncias já veiculadas pela imprensa do País envolvendo a pessoa do Sr. Aremitas José de Lima, que deveria estar aqui, hoje, apresentando a sua versão para esses fatos relatados.

Portanto, Sr. Relator, as providências requeridas serão adotadas prontamente para que esta Comissão cumpra o seu dever, perseguindo o objetivo de oferecer ao País um diagnóstico correto da realidade do futebol brasileiro. É evidente que as providências já adotadas com o encaminhamento de solicitação de abertura de inquéritos criminais especialmente refletem a gravidade dos fatos aqui investigados. O que esta CPI já apurou até esta data é suficiente para a conclusão de que temos uma atividade econômica na absoluta informalidade, com a estrutura composta para a sua administração de forma a não atender as expectativas da legislação vigente no País em relação a outros empreendimentos ou a outras atividades de natureza econômica. O futebol como atividade econômica está praticamente na marginalidade, insisto, especialmente porque as estruturas da administração do futebol, repito, se constituem em verdadeira farsa, onde conselhos deliberativos, conselhos fiscais apenas homologam decisões de dirigentes muitas vezes marcadas pela ilicitude. E esta estrutura da administração do futebol brasileiro está distante da fiscalização do Poder Público. Portanto, dirigentes ou aqueles que cercam dirigentes sentem-se descompromissados com a legislação vigente no País, desobrigados de cumprir a legislação sem nenhum risco de responsabilização civil e criminal. E até esse tipo de comportamento aqui, hoje, retratado com essa tentativa de fuga à responsabilidade do depoimento, reflete esse cenário de impunidade que, lamentavelmente, vem contribuindo

de forma desastrosa para o empobrecimento do futebol brasileiro como espetáculo e, sobretudo, como atividade econômica, já que tem se tornado inviável como atividade econômica exatamente pela falta de profissionalismo e pela ausência de uma legislação que possibilite a fiscalização necessária para que os procedimentos adotados na direção de clubes e entidades possam ser considerados legais e, sobretudo, éticos. Portanto, Sr. Relator, acolhemos.

Consulto o Senador Geraldo Cândido se deseja manifestar-se a respeito, já que é um dos principais membros desta CPI envolvido com esta investigação relativa ao Clube de Regatas Vasco da Gama.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, na verdade, o que está ocorrendo é que algumas pessoas estão acostumadas à impunidade que acontece neste País. Muitas vezes não levam a sério algumas entidades porque pensam: se não formos, não acontece nada.

Concordo com o Relator, Senador Geraldo Althoff, quando diz que temos que ser mais rigorosos nesses casos. Não podemos ser condescendentes e dizer: a pessoa não veio, mas virá na próxima semana. Queremos que nos envie os documentos verdadeiros. Constatamos que o documento apresentado deixa dúvida porque do atestado médico não consta nem se quer o CRM do seu autor, no caso o médico.

Portanto, devemos encaminhar a proposta do nosso Relator, sendo muito mais rigorosos nesta questão. Inclusive, já ouvi muitos comentários de pessoas que estão acompanhando a CPI, dizendo o seguinte: olha, a CPI da **Nike** não vai muito longe, porque há dirigentes de clubes na sua composição. São comentários de populares. Mas a CPI do Futebol poderá ter resultados altamente positivos. A população tem-nos dado um crédito de confiança pelos encaminhamentos que se tem dado na nossa Comissão e temos que corresponder a essa expectativa. A população está na expectativa em torno do resultado da CPI. Então o nosso trabalho possui com uma carga maior de responsabilidade. É este o caminho porque, se deixarmos a coisa correr um pouco à vontade, vamos acabar chegando ao final sem muitos resultados positivos, sem atingir o nosso objetivo: a apuração rigorosa dos fatos desta caixa-preta que é o futebol brasileiro.

Portanto que ro para benizar V. Ex^a e o nosso Relator. Estou de pleno acordo com as propostas e penso que é este o caminho que devemos seguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Geraldo Cândido.

Exatamente em resposta a esta confiança de parte da opinião pública nos trabalhos desta Comissão, que é acompanhada também por algumas personalidades ligadas ao futebol do Brasil historicamente, como Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, que se referiu a esta CPI de forma extremamente positiva, o ex-jogador Sócrates, ainda recentemente em entrevista a meios de comunicação, também revelando a confiança de setores inteligentes do esporte nacional nos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, o que faz aumentar e muito a nossa responsabilidade, gostaríamos de dizer que as decisões anunciadas hoje relativamente a procedimentos que devem ser adotados neste caso são a sinalização de que não recuaremos no propósito de chegarmos aos objetivos maiores desta investigação.

A propósito, é bom lembrar que esta CPI já produziu providências rigorosas, inclusive aquelas que culminaram com a abertura já de cinco inquéritos criminais relativamente a dois casos do Rio Grande do Sul, envolvendo os dois grandes clubes daquele Estado, ao Técnico Wanderley Luxemburgo, ao Vasco da Gama, ao Botafogo, do Rio de Janeiro, e estamos aguardando ainda a decisão sobre a abertura do inquérito policial, solicitação encaminhada ao Ministério Público relativamente ao Clube de Regatas do Flamengo. Portanto, esta CPI, mesmo sem chegar à fase conclusiva da proposta de relatório final, já adota providências importantes e rigorosas com o objetivo de cumprir o seu dever.

Está confirmada para a próxima terça-feira a presença do ex-Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama Antônio Soares Calçada, em reunião após a Ordem do Dia, e, para a próxima quinta-feira, estão confirmadas as presenças do Dr. Roberto Abranches, Presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, e do Dr. Paulo César Ferreira, ex-Conselheiro do Clube de Regatas do Flamengo.

A Presidência, portanto, convoca os Srs. Senadores para essas duas reuniões na próxima semana e agradece a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h50min)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 91 , DE 2001

O **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003248/01-1

RESOLVE dispensar a servidora DENISE MARIA VASCONCELLOS IUNES PEREIRA, matrícula 4780, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Area 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PSB, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

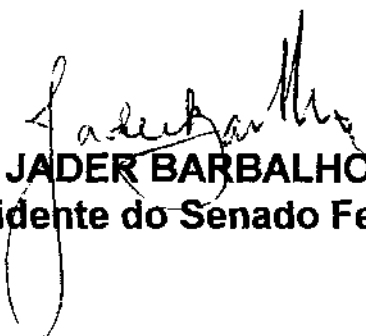
ATO DO PRESIDENTE
Nº 92 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

tornar sem efeito a exoneração de **PATRÍCIA MARIZ C. DE ALBUQUERQUE**, do cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, levada a efeito pelo Ato do Presidente nº 22, de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

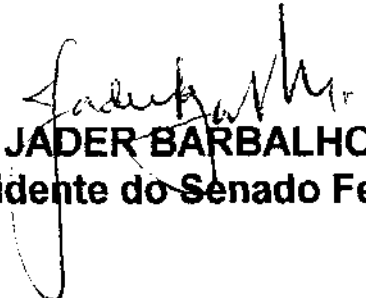
ATO DO PRESIDENTE
Nº 93 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

tornar sem efeito a exoneração de **CARLOS ALBERTO BEZERRA DE CASTRO**, do cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, levada a efeito pelo Ato do Presidente nº 22, de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

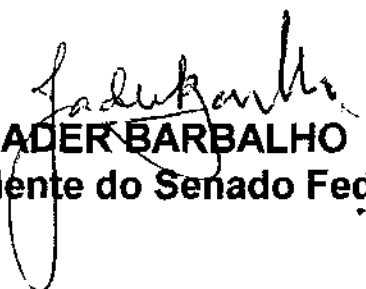
ATO DO PRESIDENTE
Nº 94 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

tornar sem efeito a exoneração de **CIRCE CUNHA DE ANDRADE**, do cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, levada a efeito pelo Ato do Presidente nº 22, de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 95 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **LUIZ FRANCISCO TERRA JÚNIOR**, para o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 96 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **MARCO ANTONIO NORMANDO** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

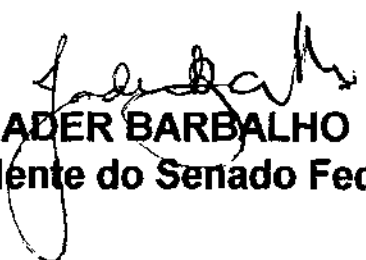
ATO DO PRESIDENTE
Nº 97 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **MARIOLGA SAMPAIO TIBERY** para o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

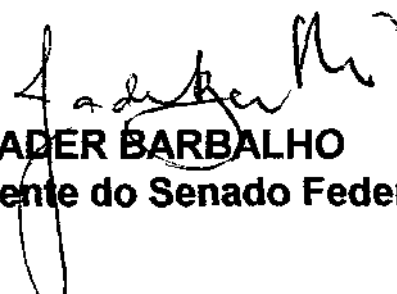
**ATO DO PRESIDENTE
Nº 98 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **SHIRLEY BENTES** para o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de março de 2001.



JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

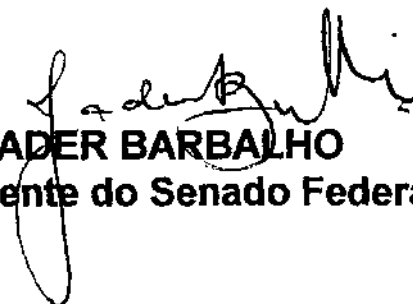
ATO DO PRESIDENTE
Nº 99 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **ANA MARIA SEGUIN DIAS E SILVA** para o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de março de 2001.



JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

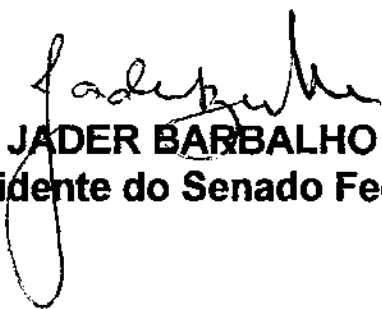
ATO DO PRESIDENTE
Nº 100, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

nomear **IARA JONAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Presidência, a partir desta data.

Senado Federal, 14 de março de 2001.



JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 352, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003693/01-2,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FREDERICO JOSÉ OTAVIANO R. DE BARROS**, matrícula n.º 31259, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador José Jorge, a partir do dia 13/03/2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 353, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003725/01-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLEIDIANE FIDELIS ROMERO DE SOUZA**, matrícula n.º 31194, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Amir Lando, a partir de 13/03/2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.

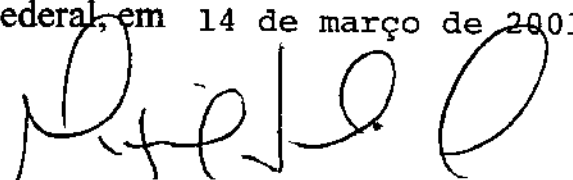

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 354 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003725/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA VALESKA SAMWAYS FERNANDEZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.



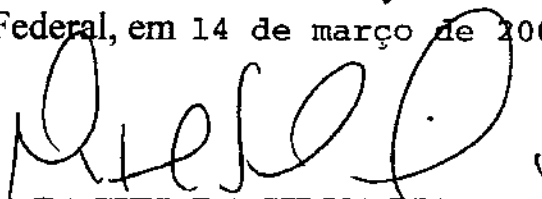
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 355 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 003459/01-2,

R E S O L V E exonerar **MARIA APARECIDA NUNES FONSECA**, matrícula n.º 31536, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete Gabinete do Senador Tasso Rossado e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tasso Rosado.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 356, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003511/01-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA AUXILIADORA CAMPOS MEDEIROS**, matrícula n.º 31.184, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, a partir de 08 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 357 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003350/01-0,

RESOLVE designar a servidora **NARA LUCIA RODRIGUES CANALE**, matrícula 2512, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do PSB, com efeitos financeiros a partir de 23 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.

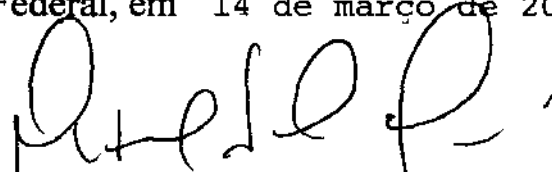

AGACIEL DA SILVA MAIA.
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 358 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003510/01-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAYAHARA GOMES BATALHA DE GOES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.

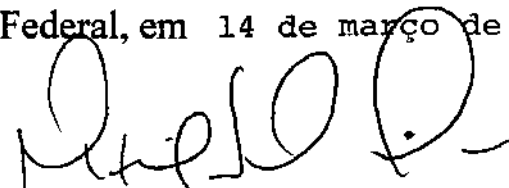

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 359, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003418/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO HENRIQUE SOBRAL SANTOS**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PSB.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.



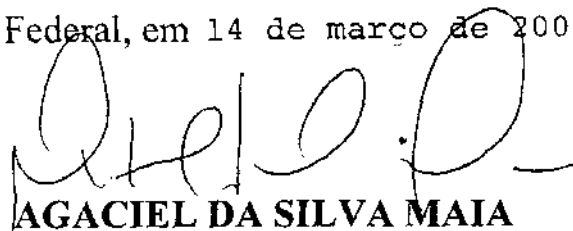
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 360, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003482/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE IVAN CASCUDO RODRIGUES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Tasso Rosado.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 361 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003174/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **MARLI DALKIRANES**, matrícula 3631, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.

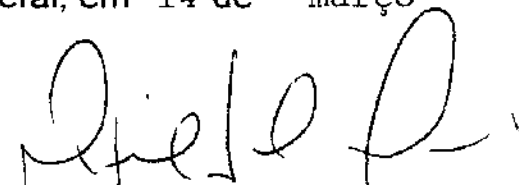

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 362 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;
RESOLVE:

Dispensar a servidora **VICTORIA MARIA DE FREITAS MURAT GEBAILI**, matrícula nº 555, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Administração de Dados, da Divisão de Administração de Dados e Recursos de Apoio, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 1º de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001



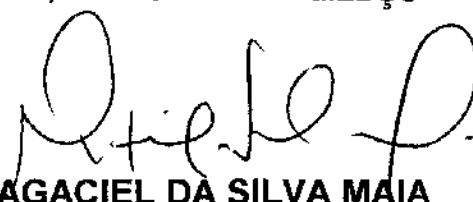
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 363 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **RICARDO FARIA CORREA TEIXEIRA**, matrícula nº 420, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Assistente de Diretor, do Diretor da Divisão de Administração de Dados e Recursos de Apoio, e designá-lo para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Assistente de Diretor, do Diretor da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 364 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **RICARDO VIANA DE CAMARGO**, matrícula nº 206, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Assistente de Diretor, do Diretor da Divisão de Suporte Técnico e Operações, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001

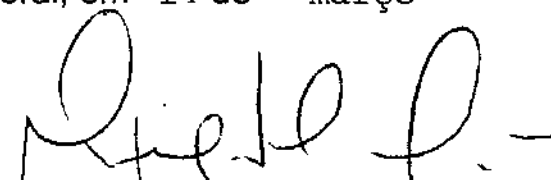

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 365 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **PEDRO ENÉAS GUIMARÃES COELHO MASCARENHAS**, matrícula nº 511, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento ao Orçamento, Fiscalização e Controle, da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 366 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **JOSÉ MENDONÇA DE ARAÚJO FILHO**, matrícula nº 2909, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Consultor Técnico, da Consultoria da Diretoria Executiva, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 367 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **CYRO DA COSTA BASTOS**, matrícula nº 029, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Produção, da Divisão de Suporte Técnico e Operações, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 368 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Dispensar o servidor **ANTONIO CARLOS FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 468, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Assistente de Diretor, do Diretor da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001

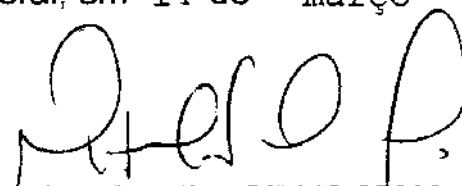

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 369 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;
RESOLVE:

Dispensar o servidor **JAMES RAYMUNDO MENEZES DE CARVALHO**, matrícula nº 464, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Desenvolvimento da Comunidade Virtual do Legislativo, da Coordenação Especial do Programa Interlegis, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 370 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997;
RESOLVE:

Designar o servidor **FERNANDO CICIALIATI JUNIOR**, matrícula nº 564, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento ao Orçamento, Fiscalização e Controle, da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 371 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOÃO BATISTA DE HOLANDA NETO**, matrícula nº 3290, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal da SEEP, para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento à Área de Assessoramento Legislativo, da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, a partir de 07 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 372 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE:**

Designar o servidor **MARCO ANTONIO MOTTA DE SOUZA**, matrícula nº 560, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Atendimento ao Orçamento, Fiscalização e Controle, da Divisão de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas para as Áreas Legislativa e de Orçamento, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, durante os impedimentos e afastamentos do seu titular.

Senado Federal, em 14 de março de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

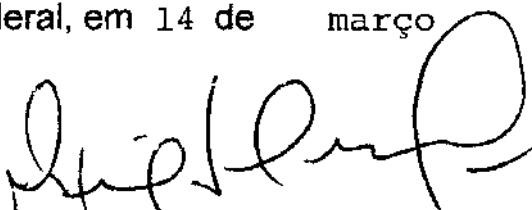
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 373 , DE 2001

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997; **RESOLVE**:

Designar o servidor **WAGNER RODRIGUES TEIXEIRA**, matrícula nº 542, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, símbolo FC-4, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 14 de fevereiro de 2001.

Tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 311, de 08 de março de 2001.

Senado Federal, em 14 de março de 2001

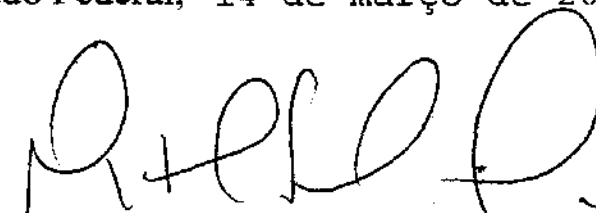

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 374 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003446/01-8,

RESOLVE designar o servidor VALMIR DA SILVA, matrícula 1355, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Eduardo Suplicy, com efeitos financeiros a partir de 08 de março de 2001.

Senado Federal, 14 de março de 2001.



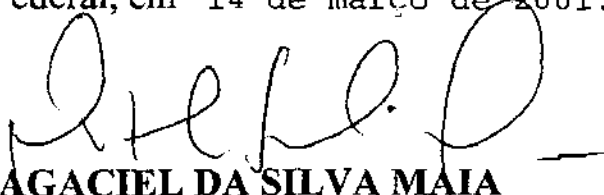
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 375 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003509/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELBER ANDRADE BATALHA DE GOES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.

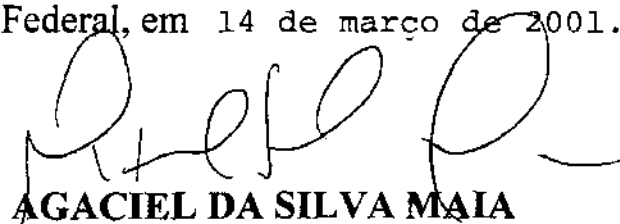

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 376 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003586/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NUNZIO BRIGUGLIO FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 14 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

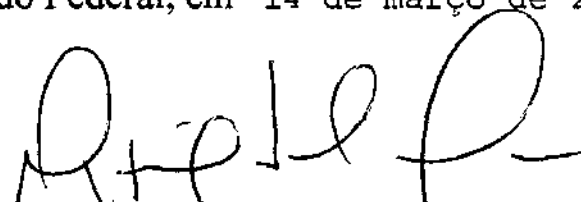
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 377, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003685/01-2,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, os servidores abaixo relacionados, lotados na Liderança do PMDB:

NOME DO SERVIDOR	MATR.	CARGO EM COMISSÃO
Maria Baptista Leitão	30138	Secretário Parlamentar
Mariolga Sampaio Tibery	30159	Secretário Parlamentar
Edmilson Braz Pestana	30202	Secretário Parlamentar
Luiz Francisco Terra Junior	30292	Assessor Técnico
Iara Jonas	31114	Assessor Técnico
Marco Antônio Rodrigues Normando	30655	Assistente Parlamentar, Ap-2
Shirley Bentes	30691	Assistente Parlamentar, Ap-3
Ana Maria Seguin Dias E Silva	30688	Assistente Parlamentar, Ap-3

Senado Federal, em 14 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral